

Defesa Nacional

N.º 620

Jul/Agô 1968



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
540

Rio de Janeiro, GB — Jul/Ago 1968

Número
620

As ideias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma satisfação por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

ACEITA-SE Intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil	NCr\$ 3,00
(Desconto em fólio autorizado, mensal: NCr\$ 0,60)	
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)	
Exterior	NCr\$ 12,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos.)	

Número avulso:

Mês	NCr\$ 0,60
Atrasado	NCr\$ 0,80

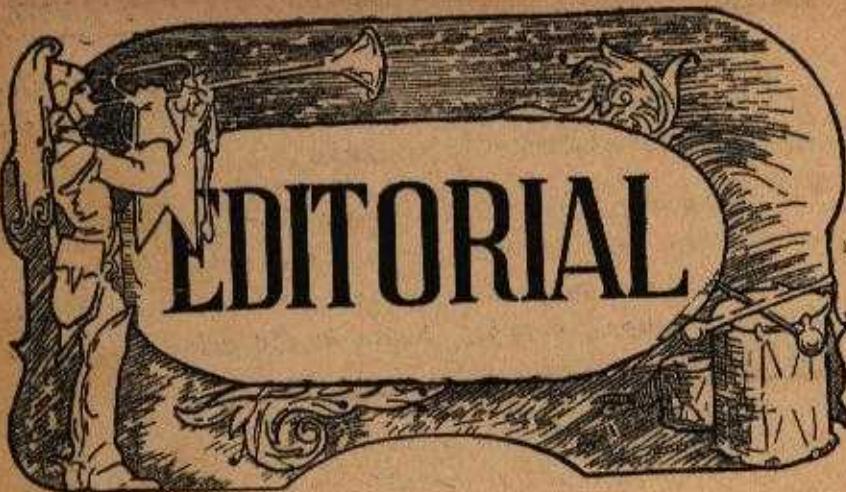
ENDERECO

Ministério do Exército
Ala Marcílio Dias
Caixa Postal, 17 (DO MEX)
ZC — 35
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
Considerações sobre a Educação da Juventude — Gen Div João Bina Machado	7
Elementos Básicos da Nacionalidade — As Instituições — Prof. Manuel Diégues Júnior	13
A Utopia de uma Sociedade sem Classes — Trad. do Ten-Cel Kleber F. Oliveira	37
Considerações Deuterinárias (Continuação) — Gen Div José Campos de Aragão	41
Produção de Informação Estratégica — Ten-Cel Alvaro Galvão Pereira	57
Os Conflitos Modernos e a Guerra do Vietná — Gen Carlos de Meira Mattos	69
Centros de Instrução — Ten-Cel Helio Augusto Canongia	75
O Mêdo: Seus Efeitos em Combate — Cap Inf Gélio A. Barbosa Fregapani	79
Considerações sobre a Circularia do Exército Brasileiro — Maj Cav Cezar Marques da Rocha	89
Contribuição do Faibrás à Instrução da Infantaria — 1º Ten Inf Hiram de Freitas Câmara	97
Marchas Administrativas do DI — Maj Cav José de Faria Corrêa	111
Uma Opinião sobre a Tropa de Selva — Cap Inf Gélio A. Barbosa Fregapani	115
Caxias e o Risco Damasceno — Cap Inf Filadelfo Reis Damasceno	121
Comissão de Limites Brasil-Uruguai: Orientação e Trabalhos de Andréa — Bacharel em Direito José Andréa	127
Processo de Emancipação Política do Chile — Maj Inf Hélio Costa	135
O OG do Exército no Rio de Janeiro — Maj Reginaldo M. Miranda	143
Ensinamentos da Guerra Árabe-Israelense — Gen Beaufre — Trad. Maj P. Marcos	149
Paulo Afonso, Sonho do Passado e Realidade do Presente	155
Centenário de Nascimento do General Alfredo Vidal	161



EDITORIAL

Dia do Soldado

(25 de Agosto)

A carreira militar foi sempre um duro ofício. As exigências físicas, morais e intelectuais. O rigor da disciplina. Os horários absorventes. A modéstia e o anonimato da caserna. A lentidão do acesso. A movimentação constante. O apoucado do sólido militar. O perigo. A eventualidade da guerra. Tudo dizia que ser soldado era ser um forte, de corpo e de espírito. Tudo pedia que, para os quadros permanentes, só fôssem os bons, e os de sólida vocação militar.

Com o advento de várias formas de guerra subversiva fêz-se ainda mais difícil ser soldado. Antes, o perigo e o inimigo eram distantes e visíveis. Hoje, as ameaças estão à nossa volta, e não se vêem.

É que a guerra perdeu a lealdade medieval, a inteligência napoleônica e a grandiosidade da primeira metade do século XX, para situar-se, quase, apenas, na desumanização pela conquista da psique humana.

Foram os ventos que sopraram de Berlim, e hoje sopram de Moscou, de Pequim e de Havana, que tornaram mais difícil ser soldado de uma nação democrática, sobretudo ser soldado no Brasil de nossos dias.

Ser soldado, no Brasil de nossos dias, é viver integrado na comunidade, fazer-se cidadão e civil, mas ser acusado malvadamente de militarista.

É estudar a vida inteira, pesquisar, pensar, meditar e aprender, cada vez mais, com a maior humildade, mas ser tachado de "quadrado", enquanto as vedetas, de poucas letras e muitos palavrões, posam e são aclamadas como "intelectuais".

Ser soldado é buscar o lenitivo de nossa religião, "as coisas religiosas: santas missões, procissões, sermões" e ouvir tanto padre descaminhado, renegando dois mil anos e negando, perante o povo, o seu soldado, que é do povo, que entre o povo vive só para o povo ("Pobres de espírito os que julgam a Lei pelos homens da Lei, a Igreja pelos homens da Igreja, a eternidade por um trapo de tempo...").

Ser soldado, no Brasil de nossos dias, é estar sofrendo sózinho nas fronteiras amazônicas, ou cavando o chão ressequido do Nordeste para construir os caminhos e encontrar o caminho, mas ouvir cantarem as canções de protesto os bilionários cantadores da onda subversiva.

Ser soldado é conviver e integrar-se nas raças, nas classes, nas idades, na nacionalidade inteira, mas ser imputado de "nazista".

Ser soldado é defender intransigentemente o interesse nacional, viver a vida inteira cuidando o bem comum, mas ser chamado de "gorila", de "entreguista", de "reacionário" e de "vendido ao capital estrangeiro".

Ser soldado é viver uma vida de restrições, é tantas vezes não poder comprar o couro para os pésinhos de seus filhos, mas ser apontado como "privilegiado", "gozador" e "parasita".

Ser soldado, hoje em dia, no Brasil, é um constante desafio. É viver na tensão, no sofrimento, na ameaça, na injúria, na injustiça. É, tantas vezes, não ser reconhecido, nem por seus filhos. É ser chamado de "milico", de "usurpador".

É sofrer tudo isso no fundo de sua alma, mas levantar a cabeça, recobrar as energias, e prosseguir na missão de ajudar a educar seu povo — sobretudo de fazer de cada adolescente um cidadão de verdade — e, junto aos patriotas e aos homens de bem, antecipar o futuro grandioso desta Nação.

A Defesa Nacional, saudando, no Dia do Soldado, o soldado brasileiro, faz votos para QUE OS BONS E FORTES CONTINUEM SEMPRE SOLDADOS.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

Gen. Div.

JOÃO BINA MACHADO

1 — Juventude atual

— Muito se tem falado sobre a juventude atual. E, às vezes, dela se fala mal: delinqüente, transviada, imatura, cabeluda, yê-yê-yê, agitadora, subvertendo padrões, ditando a política nacional e internacional que deve ser seguida pelos governantes...

A Juventude de sempre foi agitada, curiosa, indagadora, idealista, um tanto apressada em conclusões e simplista em soluções para os contrastes da vida, que vai de repente descobrindo.

A Juventude atual, indiscutivelmente, atingiu maturidade mental e intelectual precocemente, devido a ter sido submetida, desde cedo, ao intenso bombardeio de influência psicológica de que são dotados os modernos meios de comunicação humana como o rádio, a televisão, os livrinhos ilustrados, as histórias em quadrinhos, a literatura de ficção científica, as encyclopédias coloridas, etc. etc. — cada vez mais ao alcance de qualquer bôlso.

A Juventude está entregue, cada vez mais, a uma técnica avançada de propaganda, que com virulência espantosa, incute-lhe padrões novos e cria-lhe necessidade, com prioridade absoluta, de se dedicar à leitura e à visão de que houver de mais atual, moderno e avançado.

A Imaginação do jovem assim tratado não tem limites. Acompanha a velocidade criadora do mundo moderno.

2 — A Televisão

Destaca-se dos meios atuais de comunicação humana a televisão, artifício audiovisual ao vivo, de enorme poder de penetração que atinge já a todas as camadas e justamente nas horas de maior receptividade, isto é, nos momentos de repouso dentro do próprio lar.

O homem na televisão, descobriu e liberou uma força incrível de persuasão, de influência e ainda não sabe como dominá-la. Faz dela uso intenso e indiscriminado, menosprezando seu perigo.

Do mesmo modo que a energia liberada do átomo, ela pode vir a destruir seu próprio criador.

¹ NOTA — Trecho do EI n.º 38, de 18 Abr 98, da DEF, de despedida do Diretor da época, cedido gentilmente por solicitação da Redação da Revista, tendo em vista a atualidade do assunto.

ansiedades, querendo ver, por cima da cortina que os encerra, soluções de outros povos às suas dúvidas.

— Há distância entre juventude e pais e mestres sempre que êsses insistem em aplicar padrões antiquados, do tempo ultrapassado de Júlio Verne.

10 — Pais e mestres evoluídos

— Mas há também o outro lado da medalha.

— A geração adulta atual evolui igualmente com a velocidade dos tempos modernos, parte que é, causa e efeito, do mesmo processo de influição, das mesmas técnicas de propaganda dos novos meios de comunicação humana, autora do desenvolvimento atual.

— Adultos acompanham ou conduzem o mundo moderno e são êles que produzem a liberação do átomo, a fissão e a fusão nuclear, a viagem à lua, a conquista do espaço. São êles que criam a ficção-científica tão do agrado da juventude.

11 — Estudantes perplexos

— Por outro lado, os jovens não têm sabido, por si só, sair do estado de dependência econômica em que vivem, nem de resolverem sózinhos suas dúvidas, aflições, ansiedades e angústia.

— Na verdade, jovens intelectualmente maduros, insistem ou permitem que os tratem ou tolerem como irresponsáveis, quando, sem serem sancionados, esbanjam o dinheiro público, através do ilícito das greves, faltando a aulas financiadas com recursos retirados da comunidade para sua formação.

— Na verdade, jovens estudantes não têm sabido organizarem-se por si só, para aplicar suas capacidades e tempos ociosos em proveito dos menos dotados, do ensino dos necessitados, em auxílio dos que precisam, participando assim ativamente do desenvolvimento desejado; colaborando para corrigir as injustiças sociais que denunciam.

12 — Valores morais

— Pesquisa de opinião há pouco realizada entre estudantes do país anunciou que a mocidade atual, às vezes mal falada, achava que seus pais tinham tido mais educação cívica e religiosa do que êles estavam tendo nos colégios e julgava que o tempo de seus pais é que estava certo.

— A mocidade de hoje demonstra assim ser dotada de excelente estrutura moral, cujo cultivo anda um tanto descuidado nos nossos currículos escolares.

13 — Atualização dos currículos

— Prego modificação necessária e urgente do ensino e da aprendizagem, de modo a melhor adequá-los aos tempos modernos e à mentalidade atual, visando atingir os fins instrutivos e educacionais a que se destinam.

Há que levar a seleção das matérias e dos programas de cada matéria para os pontos de atração da indagação atual dos jovens, de modo a satisfazer-lhes a curiosidade invulgar no campo técnico-científico e de responder-lhes às perguntas sobre a explosão humana e social, em moldes atuais. Sem este diálogo escolar, entre aluno e mestre, o jovem irá aprender em outro lugar, menos no livro didático e na sala de aula, as respostas às suas indagações, surgindo daí a conotação de que o livre texto é saber ultrapassado que lhe impingem, de validade apenas escolar e que pode ser esquecido depois dos exames. E vai ouvir noutro lugar versões deturpadas, respostas menos adequadas, quase sempre dos menos capazes, e menos responsáveis.

14 — Educação

— Felizmente os nossos pedagogistas já vêm tomando consciência de que a finalidade da Escola de qualquer nível, seja primário, médio ou superior, não é apenas instruir e sim educar; e que educação é instrução complementada por um sentido moral de que se ensina e pelo desenvolvimento de um senso de responsabilidade na execução do que se aprende.

15 — Educação integral

— Vão-se aos poucos conscientizando os nossos meios pedagógicos de que a educação deve ser integral, para o preparo do homem integral, apto a se integrar na comunidade a que se destina.

Educação integral como sendo a soma da educação intelectual, educação física, educação cívica, educação ética ou moral, educação estética ou artística, educação política, econômica, social, religiosa e militar.

16 — Universidade integrada

— Daí a necessidade da moderna Universidade integrada, que, de uma maneira racional e econômica, substitua as Faculdades autônomas e estanques por um sistema de melhor e equilibrado preparo dos jovens, em todos os campos educacionais citados.

As Universidades modernas, dignas desse nome, vêm percebendo que não basta prepararem um profissional tecnicamente perfeito e sim dotá-lo, também, de um complemento educacional global, condizente com a comunidade a que se destina integrar e não apenas, pertencer marginalizado.

17 — Educadores capazes

— Todo jovem tem fome de saber e à Escola devem ser levadas e lá respondidas — todas as indagações do aluno, sem o que não será de estranhar e de reclamar que vá ele receber a versão deturpada através do demagogo político ou do agitador social.

18 — Educação militar

— Finalmente, consideremos que nossas Escolas Militares se destinam a instruir os seus alunos nas técnicas e táticas de empregar armas de guerra. Ao mesmo tempo, devem ensinar-lhe, e com preocupação, a distinguir quando é ou quando não é lícito empregar tais armas, dentro das normas legais e dos padrões morais brasileiros, desenvolvendo-lhes sentimento de grande responsabilidade pelo emprêgo que fizerem ou determinarem de tais armas.

Inconsciência seria — e a comunidade correria grande risco — atribuir armas a quem não tivesse sido educado para o seu porte e que não demonstre responsabilidade do seu uso.

19 — Estabelecimento de Ensino Militar

— Todos esses conceitos acima referidos constituem o complemento educacional que vai além da educação meramente intelectual e corresponde ao *algo mais* que se espera, e que justifica a existência, dos estabelecimentos militares de ensino.

Que esses conceitos e conselhos sirvam de orientação a todos os senhores alunos e mestres.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. **É a sua
tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE — AS INSTITUIÇÕES

PROF. MANUEL DIEGUES JUNIOR

S U M A R I O

- 1 — INTRODUÇÃO. A FORMAÇÃO BRASILEIRA COMO PROCESSO DE CRIATIVIDADE CULTURAL**
- 2 — AS INSTITUIÇÕES BÁSICAS**
 - 2a — A Família**
 - 2b — A Sociedade**
 - 2c — A Economia**
 - 2d — A Organização Política**
 - 2e — A Religião**
- 3 — O BRASIL MODERNO**
 - 3a — As transformações verificadas**
 - 3b — O pluralismo contemporâneo**

1 — Introdução

A FORMAÇÃO BRASILEIRA COMO PROCESSO DE CRIATIVIDADE CULTURAL

O que antes de tudo devemos assinalar, para que possamos compreender as instituições brasileiras, de suas origens a seu estado atual, é que, em nossa formação, uma característica desde logo aflora: somos o produto de um entrechoque de culturas que, em dado momento se encontraram em nosso território. Cada uma delas trazia seus valores próprios, não raro, por sua vez já mesclados nos respectivos grupos, como resultado de anteriores contatos culturais. O que hoje temos resulta desse entrechoque.

Português, indígenas, negros africanos participaram desse processo, em que se transculturaram os elementos em contato; dessa fusão ou absorção resultaram valores novos, já brasileiros, aqui nascidos. A "criatividade cultural" foi o processo principal em nossa formação, criando-se, pela fusão ou absorção de elementos originalmente europeus, africanos ou indígenas, o que já podemos chamar de cultura brasileira.

N. da R. — O Professor Manuel Diégues Júnior é atualmente Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Membro do Conselho Técnico da Campanha de Defesa do Poder Brasileiro.

Nenhum dos grupos fundamentais era puro; ao contrário, resultavam êles de variado entrechoque cultural, de modo que, por sua vez, já apresentavam heterogeneidade. Era de pura aparência a unidade com que se apresentavam.

É evidente que alguns dos elementos originais mantiveram suas formas próprias, se bem que quase sempre adaptando-se às novas condições do meio brasileiro. Fatos materiais e técnicas de trabalho, por exemplo, assim surgiram no Brasil, ao passo que outros conservaram as linhas gerais de suas origens, sem prejuízo, é claro, de certas características que foram tomando, sobretudo através dos tempos, pela própria influência do ambiente. O caso, de modo geral, de nossas instituições.

Não se deve esquecer que a influência portuguesa, de uma parte como cultura mais desenvolvida, e, de outra parte, como grupo dominante, porque se tornou o colonizador, foi a básica, o lastro principal; sobre elas as outras vieram ajustar seus elementos, mas o valor português tomou feição mais persistente, e não apenas mais dominante. O caso, em geral, das instituições. Nossas instituições, em seus traços fundamentais e essenciais, são primordialmente portuguêsas sem prejuízo da flexibilidade sofrida no ambiente brasileiro, em consequência do que, não raro, foram tomando forma própria, apresentando características peculiares, permitindo-se certa originalidade, ou seja, aquilo que lhes deu a marca brasileira. Adocicando-se ou amaciando-se, diriam alguns autores; ou então, ajustando-se à influência com que o ambiente foi modelando; ou ajustando-as, ou adaptando-as.

O lastro português, no que sua influência se tornou decisiva, se fez assim a base de nossas instituições — a família, a sociedade, a economia, a própria religião — cada uma delas, em espírito ou em natureza, bem portuguêsa, implantada pelos colonizadores, mas desde cedo adquirindo características brasileiras, sofrendo a marca da terra, o ambiente dando-lhe sua fisionomia, fazendo-a já nossa, brasileira.

Não podemos esconder esse lastro português; ele foi essencial, e sem dúvida, se fez responsável por sua evolução. Contudo, não há esquecer que, no processo de abrasileiramento das características ou peculiaridades que tais instituições foram tomando, um elemento importante para essa adaptação foi a regionalização. O condicionamento regional teve influência considerável; e foi nesta regionalização que quase poderíamos dizer institucionalizada, que as instituições passaram a apresentar feição mais ajustada ao nosso ambiente, instituições abrasileiradas ou já brasileiras, embora a marca originariamente lusitana se tenha conservado sempre viva.

Não é possível esquecer ou desdenhar esse processo de regionalização. O Brasil teve seu território ocupado, numa sequência que, dentro do espaço físico, se condicionou à influência de cada meio;

ou seja, o homem aceitou o que o meio oferecia, e daí surgiu uma atividade económica própria, ecológicamente ajustada, influindo nas características das diferentes instituições implantadas, seja a própria sociedade, com estruturas peculiares, seja a religião, com uma feição adequada ao meio, seja ainda a família que se organizou.

A região no Brasil foi um fator importante na caracterização brasileira; ela marca, em primeiro lugar, as feições com que se diversificaram as formas de ocupação da terra e os tipos de atividade implantados; e depois possibilitou a diversificação de formas peculiares de vida brasileira, sem quebra da unidade. A unidade pela diversidade. O que é, sem dúvida, uma das características brasileiras mais importantes, se não a mais importante, origem de nosso pluralismo atual.

2 — As Instituições Básicas

2a — A Família

Foi a família a primeira instituição que se implantou no Brasil, partindo de uma base lusitana para se adaptar a algumas feições que o ambiente lhe foi dando. Em princípio, o ultra *equinoxiale non peccavit* era dominante; se além do equinócio não havia pecado, a família no Brasil começou irregularmente através do amancebamento com indias e com africanas, troncos que haveriam de servir ao próprio crescimento da população brasileira. Através dos casamentos irregulares, as uniões ilícitas, a mestiçagem se desencadeou.

Longe de mim a idéia de que também não se formassem as famílias através de uniões regulares, pelo casamento. Contudo, os primeiros tempos, o aventureirismo sobretudo, não permitiram que a família se fundasse em sua base estável, originando-se da sacramentalidade que lhe dava a Igreja. Sómente a partir das capitania, e principalmente depois de 1550, é que o casamento começa a tornar-se regular como base da constituição da família. As cartas jesuíticas são depoimento muito vivo para marcar esta época. E o padre Nóbrega insistia em que se mandassem mulheres de Portugal para se fazermos os casamentos com os colonos solteiros. Foi por iniciativa sua, por exemplo, que vieram as órfãs da Rainha que, casadas em Salvador, se tornaram tronco de famílias hoje ilustres.

Possivelmente a exceção teria sido Pernambuco. Para aí, já em 1534, Duarte Coelho trouxe mulher, filhos, cunhados e toda a parentela possível; assim fez com que se organizasse a família de maneira mais regular. Tanto isso parece verdade que, em uma de suas cartas, Nóbrega diz ser dispensável mandar mulheres para casar em Pernambuco, pois aí a família estava organizada, os casamentos legalizados, e os costumes honestos, graças à ação enérgica e moralizadora do primeiro donatário.

O estímulo à mestiçagem se assinala como um dos traços de maior fortalecimento da formação da família na organização da sociedade brasileira. O mestiço integrou-se na família, participando de sua organização, ou em particular, de sua unidade. Esta unidade de família, representando uma base de organização social, salientou-se pelo sentido amplo e largo que tomou; família que se alongava do senhor ao escravo, abrangendo parentes não próximos, compadres, afilhados; ou então, formando verdadeiros blocos ajustados e harmônica-
mente movidos, o que alguns autores chamam de "clãs patriarcas".

A família, ou especialmente, a unidade da família, tornou-se, na formação da sociedade brasileira, elemento importante e fundamental. Foi uma força poderosa, não sómente econômica, mas também social, política e até mesmo guerreira. É que, neste caso, os grupos de família se mantinham unidos nas suas lutas, nas célebres lutas de família, quase constantes na história social do Brasil. Se havia essa união, para um efeito externo, não menor era a união no que se refere à sua vida interna. O senhor, chefe de família, mantinha o seu poder sobre a esposa, filhos, parentes próximos ou não, afilhados, compadres. O compadrio ou o afilhadismo foram forças que logo se implantaram e se desenvolveram no Brasil como uma de nossas características culturais mais significativas. Através do compadrio criou-se uma larga rede de relações sociais, não apenas de utilidade, mas sobretudo de unidade.

Dois aspectos caracterizam essa força da família: a influência social criando o apadrinhamento para o emprêgo, o pistolão, e a influência política, fazendo os integrantes dos cargos políticos. O que foi este último aspecto, retrata-o bem significativamente a projeção das famílias nas Câmaras Municipais, por elas dominadas; Câmaras que se tornavam quase autônomas falando ao Rei de potência a potência, expulsando governadores e não cumprindo ordens régias. Uma força que não raro se prolongou até nossos dias, em comeco de esfacelamento apenas nas capitais, mas ainda, em grande parte, mantida nos meios do interior.

A influência do compadrio dava oportunidade aos pedidos de emprêgo, colocando os afilhados ou dando-lhes ensejo para estudarem. Daí muito mestiço que ascendeu socialmente pelo estudo, que se tornou influente pelo estímulo da mão que não apenas o abençoou, mas igualmente o empurrou para a burocracia, ou para o comércio, para ofícios livres, ou ainda para o estudo. O emprêgo tornou-se acessível aos que traziam um padrinho para acompanhá-lo; o afilhadismo alongou-se depois no pistolão dos nossos dias.

Há outro aspecto reverso da medalha, que não pode ser esquecido: o não impulsionamento para um emprêgo dos filhos ou de parentes mais próximos. Esperava-se que esses não precisassem de emprêgo. Empregar um filho tornava-se uma luta íntima, quase um dissabor, o que ainda hoje se observa em zonas não adiantadas ou,

melhor, não urbanizadas do Brasil: essa ojeriza pelo emprêgo, como se fosse humilhante. Humilhante, sobretudo, pedir um emprêgo para um filho ou para um parente muito próximo. Tanto pedir como ver esse filho ou parente muito próximo empregado.

O patriarcalismo marcou socialmente a organização dessa família; veio, naturalmente, de Portugal e aqui encontrou ambiente propício para desenvolver-se. O "pater familias" era o seu ponto alto: o domínio do homem — do pai, do marido, do patriarca — tornou-se destacado, e em torno dele se desenrolaram as atividades sociais. A mulher, salvo raras e históricas exceções, não tinha vez; não escolhia marido, cuidava dos filhos, não recebia visitas, pois vivia em quase completa reclusão, inacessível aos olhos dos visitantes. Só aos poucos a situação foi mudando; no decorrer dos séculos, as mudanças lentamente, embora, foram-se verificando; não houve uma alteração mais profunda das bases estruturais existentes. Sómente quando se desenvolve a vida urbana, e isto já nos fins do século XIX, é que a transformação se acelera.

Até então as modificações são lentas, demoradas, quase imperceptíveis. O patriarcalismo domina a vida social. Esta, de modo geral, faz-se nos meios rurais: festas em engenhos e fazendas, visitas da família de uma propriedade a outra para passar o domingo ou para festas ou enterros, festa de botada, enfim, tudo aquilo que se ligava à vida no campo, pois predominava a sociedade rural que, a rigor, era quase única. O casamento endogâmico predominou, e sómente com a expansão da vida urbana é que começou a desaparecer. É que as escolhas se faziam em família, com os casamentos realizados ainda as moças quase meninas, com 15 anos, não raro com 13 anos. Feita a escolha pelos pais, o casamento se celebrava. Era uma das festas sociais da vida rural.

A organização da família e o casamento no regime patriarcal eram marcados por raízes econômicas; relacionavam-se à própria estrutura da economia regional ou às condições de manutenção de um novo lar. Daí os desdobramentos de propriedades por casamentos, através do dote paterno. De outro lado, para evitar tais desdobramentos provocavam-se os casamentos endogâmicos, muito comuns nos primeiros tempos; a escolha se fazia dentro da própria família, sobretudo entre primos em primeiro grau.

Com o alargamento da sociedade brasileira, a quebra dos padrões patriarcais, a introdução dos grupos imigrados, no século XIX, o panorama começou a transformar-se; e já em nossos dias, o casamento interétnico apresenta-se em níveis bem expressivos, mostrando agora, através de outros elementos humanos, o desenvolvimento do processo de mestiçagem.

Na realidade, tem-se incrementado o casamento entre pessoas de origens étnicas diferentes. Mesmo entre japonês, grupo que tem sido apresentado, por numerosos autores, como infenso à miscibilidade

dade, preferentemente endoétnico, encontram-se dados estatísticos que permitem mostrar o grau de miscigenação que está havendo nas relações étnicas. E o mesmo sucede com outros grupos. Intensificam-se os contatos sociais, que se aprofundam no processo de mestiçagem, e não apenas no de transculturação.

O ambiente rural, em que se baseiam nossas origens, projetou-se no urbano, quando este inicia seu surgimento. Os começos da vida urbana são grandemente marcados de hábitos e costumes, de usos e tradições, trazidos do meio rural; uma como que ruralização do meio urbano, da cidade. Estende-se até esta a influência do campo; e as famílias vindas dos engenhos, das fazendas de criação, das fazendas de algodão ou de café alongam à vida citadina seus hábitos e seus costumes.

2b — A Sociedade

É com base na família que se estrutura a sociedade brasileira. Sua institucionalização resulta justamente da influência que a família exerce. Não estaremos longe de observar, na formação da sociedade brasileira, aquelas marcas tão sensíveis que Clenardo encontrou na sociedade portuguesa do quinhentos. Se, de um lado, o patriarcalismo e o escravismo lhe davam uma feição significativa, não lhe faltavam também, a esta sociedade em formação, outras características; o pouco aprêço pelo trabalho, sobretudo pelos ofícios manuais, o gosto pelo luxo e ostentação, marcas da liberalidade dos costumes; e a mania de fidalguia, ou de aristocracia.

De logo se tornou nítida a estruturação das classes: no alto, a aristocracia que surgia no meio rural, com ares e importância que estavam longe de fundar-se numa nobreza de títulos e de tradição; no extremo mais baixo, o escravo, importado como "mão-de-obra" ou como "peça" da África, desde que o elemento indígena não revelou qualquer disposição para o trabalho sedentário, com seu estágio cultural ainda preso ao nomadismo coletor. No meio foi-se formando uma classe intermediária; os artífices, os artesãos, os pequenos comerciantes, pequenos lavradores, enfim, aquêle grupo quase sempre anônimo, que se tornou o fermento de nosso crescimento econômico.

Dessa aristocracia, sem nobreza é certo, mas nascida nos canaviais do Recôncavo e de Pernambuco, com uma sofreguidão de importância que marcou a sociedade rural entre nós, traçou-lhe o perfil Gregório de Matos que, em dois versos de uma de suas poesias satíricas, a definiu melhor que toda a literatura que se tem levantado a seu respeito:

"Só sei que dêste Adão de massapé
Uns fidalgos procedem desta terra".

Esses fidalgos eram geralmente os proprietários rurais, a princípio os senhores de engenho, mais tarde os fazendeiros de café, colocavam-se no alto da pirâmide social, dominando toda a paisagem não apenas natural, mas humana do País. Deste ápice tudo dominavam na vida social, na vida econômica, na vida política. Na base da pirâmide, a população escrava. Com a formação da sociedade brasileira em diferentes etapas, que correspondiam a momentos no tempo e a condições ecológicas no espaço, diversificaram-se os elementos componentes desses estratos, em especial dos chamados estratos médios, onde mais variada ia tornar-se a participação de seus elementos.

Devemos considerar, antes de tudo, isso: no Brasil do passado como, em grande parte, no Brasil de hoje, a estratificação social não é padronizada; ao contrário: diversifica-se nos elementos que compõem cada estrato, conforme as condições do próprio ambiente, variando em face das peculiaridades regionais que se aprofundam, não raro, a peculiaridades locais. Não temos assim, a rigor, uma classe média; mas possuímos classes médias, que se diversificam não só internamente dentro de cada região, como ainda entre as regiões. Houve assim uma diferenciação nas características sociais ou mais particularmente profissionais com que aparecem, em cada região, os integrantes das classes médias. Décorre esta diversificação regional de modo de vida estabelecido, o que nos permite então caracterizar as classes sociais dentro de cada região.

Não se pode considerar, de modo rígido, uma classe média, absolutamente igual aqui ou ali; diversificou-se, condicionou-se a cada ambiente. E isso, aliás, deve considerar-se não só em relação às classes chamadas médias, mas igualmente para a própria caracterização das classes, em geral. A estratificação social entre nós não é problema que se defina, ou se conceitue, ou se caracterize, sem considerar as peculiaridades regionais. Sem considerar, também, as condições de tempo, do tempo histórico que cada região tem vivido nessa evolução social.

Em nosso estudo sobre *Regiões Culturais do Brasil*, tivemos ocasião de analisar esta caracterização de classes sociais no Brasil, levando em conta, com base na regionalização, não apenas o momento de vivência de cada sociedade, em particular, como também a natureza do tipo de exploração econômica existente. É claro que, até 1888, a base da pirâmide tinha um elemento comum a todas as regiões: o escravo. De certo modo, também no alto da pirâmide o grande proprietário aparecia. Contudo, o próprio tipo de grande propriedade às vezes oferecia peculiaridades, conforme a vivência ambiente fosse de natureza agrária, de natureza pastoril, de natureza extrativista.

Das classes chamadas médias, em particular, pode-se dizer que foram diferentes em atividades e em função social, nas diversas regiões do Brasil; diferentes, especialmente, nos diversos tipos de

fazenda, tendo em vista as peculiaridades surgidas. Tal circunstância decorria do processo de relações culturais que se desenvolveram. Sómente, quase em nossos dias, com a urbanização, é que pôde surgir, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo um tipo de classe média mais característica, se bem ainda apresentando, internamente, variantes, pelo que não se pode considerá-las no singular, mas sempre no plural: classes médias. Daí estudar-se mais comumente a existência de classes médias nos meios urbanos, pouco interesse se dedicando à sua existência nos meios rurais.

De qualquer modo, teremos de buscar, no caso do Brasil, a caracterização das classes médias justamente na estrutura social que preponderou nos meios rurais, nas diversas formas de fazenda que se distribuíram pelo território brasileiro, como sistema de ocupação humana e ambiente em que se processaram as relações entre os diferentes grupos étnicos e em que se desenvolveram os contatos de cultura. Foi também este o ambiente em que se estabeleceram relações entre classes, com formas específicas de hierarquia social, com a existência de uma diversidade de elementos humanos, ou profissionais, formando os grupos que se situavam entre o grande proprietário e o escravo; e mais recentemente, agora, entre o grande proprietário e os trabalhadores de enxada, para generalizar nesta expressão a massa dos camponeses que vivem nos mais variados regimes de servidão e de exploração do trabalho.

No Brasil, as classes chamadas médias, na variedade de sua configuração, nunca puderam ter expressão significativa, nem influência ponderável, nem tornar-se uma força apreciável; talvez, parece-nos, como consequência do próprio ambiente onde surgiram, abafadas pelo poderio ou pelo domínio da grande propriedade. O latifúndio esmagou o papel que poderiam ter as classes médias, e isso justamente é que faz com que se negue sua existência em confronto com o papel hoje exercido por elas nos meios urbanos. Contudo, se olharmos as áreas onde não predominou o latifúndio, e onde foi possível surgir com a pequena propriedade uma classe de trabalhadores livres, o caso — por exemplo — das zonas chamadas de colonização estrangeira, no Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná, aí as classes médias logo surgiram e se impuseram.

Talvez dessa impossibilidade de manifestação da classe média é que tenha nascido a observação, de uns oitenta anos atrás, de Louis Couty; a de que o Brasil não tinha povo. Observação que se tem repetido e que no fundo é, em grande parte, verdadeira. O povo seria justamente as classes médias, como base das instituições políticas, e não apenas como expressão institucional da sociedade. Os inícios da urbanização e da industrialização é que vão permitir o surgimento de alguma coisa que se poderia chamar de povo; ainda informe, ainda indefinido, ainda indeciso, é certo; e tanto é certo que não temos ainda uma autêntica consciência popular, que forta-

leça a instituição democrática como base da vivência política. Nem o povo, nem as classes médias existem como força institucional.

Os grupos e as associações, estas sim é que passaram a tornar-se as forças institucionais da sociedade. Grupos e associações de proprietários, de profissionais, de trabalho ou de ocupação passaram a constituir os órgãos representativos da sociedade. Alongaram-se especificamente não apenas a instituições de natureza profissional, mas, sobretudo, a organizações de natureza benéfica ou social, de natureza recreativa ou desportiva, de função religiosa ou profana. Através de tais agrupamentos, onde prevalecem os interesses individuais, não raro sobrepondo-se aos da própria sociedade, que nem sempre atende ao bem comum, mas, sobretudo, ao chamado interesse social, é que a sociedade funciona; ela se manifesta por intermédio desses órgãos ou instituições.

2c — A Economia

As relações associativas que se verificaram na organização econômica sentiram, mais do que em outros setores, a influência de fatores da terra, ou dos contatos aqui havidos. O processo de adaptação e integração ao meio traduziu-se na organização econômica, da forma mais completa. O sistema de propriedade da terra transladado pelo português aqui tomou feição nova, sobretudo com o surgimento da "plantation". Este tipo de propriedade representou uma criação em terra tropical ou subtropical; e a América foi seu campo de experiência. No Brasil, a "plantation" foi a de cana-de-açúcar; mais tarde, a de café e a de cacau vieram incorporar-se a este quadro. Ao lado da "plantation" desenvolveu-se a sua fazenda, como a grande propriedade, agrícola ou pastoril, e ainda extrativista. Multiplicaram-se as formas de relações de trabalho, sobretudo, a partir de 1888, com a extinção do regime escravo.

A grande propriedade territorial foi a base da agricultura no Brasil. Era símbolo de riqueza, ao lado da escravatura. O cultivo da terra volta-se para os produtos de exportação, sobretudo de matérias-primas, gêneros de alimentação e especiarias, que os mercados europeus consumiam em grande escala. Planta-se cana-de-açúcar, e produz-se açúcar que é comercializado para a Europa; planta-se algodão, que igualmente é vendido para o exterior; as especiarias da Amazônia, chamadas "drogas do sertão", são coletadas e enviadas também para a Europa, dada a escassez de produtos asiáticos, cujo recebimento se torna retardado ou demorado. E assim, voltada para o comércio exterior, é que se desenvolve a economia agrária brasileira.

Isto não exclui, porém, a cultura dos gêneros de subsistência, o que ainda mais acentua o processo transculturativo, sobretudo com a mandioca, o milho, o feijão, o arroz, produtos uns da terra, outros trazidos pelo português. Tornou-se este — o português — um ele-

mento estimulador do intercâmbio de produtos da América para a Europa e Ásia, da Ásia para a América e Europa, ou da África para a América, ou desta para aquela.

De 1530, data do primeiro documento sobre o regime de propriedade da terra no Brasil, até o presente, poucas modificações sofreu este regime; a situação da estrutura agrária não tem recebido transformação. O sistema de exploração latifundiária, através das grandes concessões que se fizeram desde a colonização, continua vigorando. A estrutura que nos foi legada pela Colônia, ainda hoje predomina, se bem que agora já se acentuando com a intensificação do minifúndio, em decorrência principalmente da parcelação de propriedades pelo regime de herança.

Sómente duas experiências podem anotar-se como tentativa de quebra dessa velha estrutura. A primeira, ainda no século XVIII, é conhecida como colonização açoriana. Vieram imigrantes dos Açores, especialmente para o sul do Brasil — Santa Catarina e Rio Grande — e aí se estabeleceram pelo regime de pequena propriedade; outros se fixaram na Amazônia. A experiência, todavia, não teve continuidade, e por isso mesmo não exerceu a influência que seria de esperar. Ao contrário: continuou a florescer a grande propriedade.

A segunda experiência verificou-se no século XIX, e para ela se utilizou a imigração européia, principalmente alemães e italianos, que fundaram colônias no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Paraná, recebendo cada família pequeno lote de terra. Era realmente o sistema de pequena propriedade, que, entretanto, não pôde prevalecer em outras áreas, como a Bahia ou Pernambuco, por exemplo; aí o domínio quase imperial e exclusivista da grande propriedade impediu o florescimento da pequena propriedade de colonos estrangeiros. Entretanto, no sul, desenvolveu-se. É certo que, hoje, a pequena propriedade em algumas áreas tornou-se verdadeiro minifúndio, em virtude da fragmentação pela herança, de um lado, e, de outro lado, pela pressão demográfica.

Nem o Império, nem a República ofereceram ao regime de propriedade da terra no Brasil qualquer modificação substancial; o Império, criado com a colaboração dos grandes proprietários territoriais, sofreu a influência destes em sua organização econômica, política e social. Consequentemente, nada se modificou que pudesse afetar os interesses dos grandes proprietários. Quanto à República, em parte, se deu o mesmo; os grandes senhores da terra e de escravos ajudaram a fundar a República, e orientaram, como era natural, sua organização. Nem mesmo o Código Civil, promulgado em 1917, alterou a estrutura da propriedade rural ou, pelo menos, as relações de trabalho no campo.

Apenas a Constituição de 1946 procurou modificar a situação, ao condicionar o uso da terra ao bem-estar social, podendo a lei ordinária promover a justa distribuição da propriedade com igual

oportunidade para todos (art. 147). Todavia, a execução deste dispositivo estava freada pelo que dispõe o artigo 141, § 16, ao estabelecer que a desapropriação por interesse social, que seria o caso do artigo 147, sómente pode verificar-se mediante prévio e justo pagamento em dinheiro. Assim se tornou inexecutável a possibilidade de uma reestruturação do sistema agrário nacional.

A Constituição de janeiro de 1967, em seu artigo 157, incorporou idéia oriunda de modificação constitucional completada por lei ordinária, de 1964, o chamado Estatuto da Terra, que mantendo embora o espírito da Constituição de 46, alterou o sistema de pagamento, permitindo-o em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço da terra pública. O § 3º do mesmo artigo incorporou a idéia de limitar a desapropriação às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo em propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto no artigo. Acresce que o § 4º sómente admite a indenização em títulos quando se tratar de latifúndio, tal como seja conceituado em lei. O problema do minifúndio foi deixado de lado; e sua gravidade é tão perniciosa como a do latifúndio.

Se retornarmos à sequência de nosso pensamento, ao examinar as condições em que evoluiu a instituição econômica no Brasil, verificaremos que a partir dos fins do século passado, com as primeiras manifestações de vida industrial, novas perspectivas começam a fixar-se no quadro econômico do País. Contudo, o processo de industrialização, lento como decorreu, não alcançou posição melhor senão nas vésperas da II Grande Guerra, quando então o valor da produção industrial superou o da produção agrícola. A partir daí o desenvolver de nossa industrialização tem sofrido altos e baixos, se bem que se inicie, no período da II Guerra, justamente, os fundamentos da grande indústria, a indústria de base, que tem em Volta Redonda sua manifestação mais característica.

Foi a partir de então que prolongando-se pelas margens do Paraíba, e numa extensão de ligação entre Rio e São Paulo, começada aliás de Juiz de Fora, constituiu-se o que hoje se tem chamado de "vale das chaminés": as fábricas levantando-se no vale do Paraíba para constituir uma continuidade que vindo de terras mineiras, atravessa a Guanabara, penetra no Estado do Rio, e pelo vale do Paraíba vai seguindo para alcançar São Paulo e daí ir irradiando-se por seu interior.

O processo de industrialização deu margem à institucionalização de certos princípios, que se tornaram básicos na estruturação das relações de trabalho no Brasil. É certo, entretanto, que não tem sido

possível assegurar a presença, na indústria brasileira, de um sistema de trabalho baseado em fundamentos que correspondam aos ideais de justiça social. Sobretudo, nas indústrias de formação mais antiga, onde predominam mentalidade ainda marcadas de sua origem rural — atitudes mais agrícolas que propriamente industriais, vale dizer — as relações de trabalho ainda procuram fundar-se em formas paternalistas, se não mesmo patrimonialistas.

Não será estranho observar, no quadro das instituições econômicas brasileiras, uma característica presente tanto na estrutura agrária como no processo industrial: o despreço pelo trabalho, a desvalorização do trabalhador. Não é o desprezo pelo trabalho manual, que vem de nossas boas origens lusitanas; isto seria o menos. É o desprezo pelo valor do trabalho humano como participação da tarefa econômica, fundamental e indispensável para que o próprio capital possa existir e sobreviver. Há verdadeiro descompasso entre o trabalho e o capital, em que este domina e abusa, e aquél se torna simples peça de um mecanismo.

Não há a mínima consideração pelo trabalho humano; o homem não é trabalhador, mas simples "mão-de-obra". Dêle se fala como se falava do escravo; dêle se usa na mesma condição como se fosse máquina, capaz de funcionar ininterruptamente. O trabalhador manual despreparado, sem ofício, é a chamada "mão-de-obra disponível e barata", que a literatura do desenvolvimento econômico — desenvolvimento puramente econômico — tanto utiliza e explora. Substitui-se o respeito à dignidade da pessoa, que o trabalhador representa, por um falso paternalismo, em que se transformou modernamente o patriarcalismo.

2d — A Organização Política

A influência da família na sociedade ou na economia, era, em geral, aquela mesma que se fazia sentir na organização política. A tal ponto chegou esta influência — a da família, através do chefe que é geralmente o líder político — que Gilberto Freyre lembra que "o rei de Portugal quase que reina sem governar"; a família, em geral, é que representa a organização do Estado. Trasladado de Portugal o sistema político, nêle logo se fez sentir a influência dos grandes proprietários, dos homens do campo. Na administração, nas câmaras municipais, o domínio da grande propriedade se traduz de diversas maneiras; e através dos chamados "homens bons" constituem-se os órgãos administrativos, as câmaras municipais, as funções públicas, com elementos vindos do meio rural ou indicados pelos grandes proprietários. Verificava-se assim um alongamento das relações sociais às relações políticas; o espírito associativo da família alongava-se à vida política.

De modo geral, as instituições trasladadas tiveram aqui de adaptar-se às peculiaridades locais. O que se sente, desde os começos, e ainda hoje se reflete na organização nacional, é a predominância dos costumes, ou do Direito costumeiro, sobre as leis, o Direito legislado em Portugal como metrópole, ou mais tarde pelo próprio Brasil, como país independente. A unidade da organização política é a Vila; mas tanto quanto a Vila, a unidade religiosa — a freguesia — apresenta importância nos quadros desta estruturação. A freguesia constituía a unidade eleitoral, a unidade demográfica, a unidade associativa. E tanto na Freguesia como na Vila se faz sentir a influência da família patriarcal.

O mandonismo político era um resultado da posição social. O poder do grande proprietário não se estendia apenas às suas terras, alongava-se aos homens que nela viviam ou dela se aproximavam. Nas Câmaras formavam os homens bons, que eram uma espécie de classe intermediária ou mesmo, podemos dizer, classes médias, situadas entre o proprietário, no alto da hierarquia, e os artesãos, comerciantes, artífices, mais abaixo. No plano mais baixo, os escravos. De propostas das grandes famílias era que se formavam as Câmaras, quando não de membros dessas mesmas famílias.

Esta situação, aliás, projetou-se pelo Brasil além, até nossos dias. Grandes famílias, ou grupos de famílias, passaram a dominar não apenas a administração municipal mas igualmente a própria administração estadual. Basta verem-se as relações de deputados às Assembléias Gerais, e hoje às Assembléias Legislativas, em cada legislatura, e veremos nomes de família que aparecem permanentemente, às vezes revezando-se apenas nas pessoas de seus representantes. No fundo, a organização era uma só: das grandes famílias, ou da união de famílias, poderosas, formando grupos políticos ou organizações partidárias.

O unitarismo surgido com o Império foi um choque na tradição brasileira; era um desafio ao equilíbrio que chamariam federalista das antigas Capitanias, transformadas em Províncias. Daí as lutas internas que só cessaram em 1834 com o Ato Adicional, abrindo certa margem de liberdade às Províncias.

Um dos fatores mais importantes na estruturação política do Brasil foi, sem dúvida, o próprio sistema de colonização, um federalismo *sui generis* em que as normas de administração ou os princípios colonizadores da metrópole eram aplicados de conformidade com as condições de cada Capitania, das suas necessidades, das possibilidades existentes. Cada donatário, tratando diretamente com o Rei, era um senhor quase absoluto de sua Capitania; e não era em vão que as ordens régias eram recebidas, mas não cumpridas, como fazia sentir uma autoridade colonial. E Duarte Coelho, criado o governo

gewal, 1548, foi o primeiro a dirigir-se a El-rei para reclamar contra o cerceamento de sua autoridade.

A esse sistema *sui generis* de federalismo, deve-se o que se poderia chamar o espírito que tornou possível, pela instituição política, o equilíbrio da unidade brasileira, dentro da diversidade de condições em que se desenvolveu o processo de ocupação humana. Este, aliás, representa outro dos fatores que contribuíram para equilibrar a unidade dentro da diversidade.

2e — A Religião

O catolicismo transplantado pelo português para o Brasil aqui sofreu, como seria de esperar, certas adaptações oriundas da necessidade de atender às peculiaridades da nova terra. As condições em que se processou a colonização do Brasil, contribuíram para que se atenuassem os escrúpulos ou os princípios morais, exigidos pela Igreja Católica, para se aceitarem, por acomodação talvez, certos desrgramentos ou irregularidades.

Coube ao catolicismo, neste processo de ocupação humana, a tarefa, não raro difícil, de disciplinar as relações sociais e a própria formação moral da sociedade que então se constituía. De modo que teriam os sacerdotes de usar de suficientes fórcas no sentido de evitar os excessos, mas, de outro lado, de contemporizar, tolerantemente, com certas atitudes. Muitas destas atitudes, aliás, oriundas das classes dominantes, o que dificultava ainda mais o trabalho a ser realizado.

Ao lado do sentido puramente religioso trouxe o catolicismo que se adaptou ao Brasil o sentido de comemoração profana das festas de Igreja; festas populares tão comuns em todas as áreas do País, mesmo as mais intensamente apegadas ao tradicionalismo como as rurais. Estas festas — novenas, tríduos, mês de maio, São João, Natal — caracterizam-se por seu prolongamento ao lado profano, a que talvez não seja estranha certa influência de festividades africanas. Ou pelo menos, influência democratizante da participação dos escravos nestas festividades religiosas.

A religião católica, no Brasil, praticada em suas missas, suas procissões, suas novenas, seus tríduos, apresenta este caráter de influência profana, ou seria melhor dizer, de extravasamento profano, sem que lhe falte, todavia, sentimento religioso e espírito cristão.

Não se deve esconder, porém, que a esse espírito religioso, mesmo o intensamente católico, não faltam certas sobrevivências acumuladas pela influência indígena ou pelas práticas africanas. O uso de amuletos, por exemplo. A figura é coisa que quase todo brasileiro usa, com a finalidade de afastar os maus espíritos ou o mau olhado; e a figura,

como se sabe, foi introduzida pelo negro africano. As benzeduras ou as curas de mau olhado ou de doenças são outros traços recebidos não apenas dos africanos mas também dos indígenas. Os sonhos e suas interpretações, as adivinhações, os tabus são manifestações igualmente encontradas entre as populações católicas do Brasil.

Não foi difícil, por isso mesmo, o sincretismo religioso verificado com os cultos africanos trazidos pelos escravos. Com as práticas dos nagôs, principalmente, surgiram formas sincréticas, de que resultou o candomblé. Este se tornou um produto já brasileiro, um resultado do processo transculturativo. As práticas de religião dos orixás dos yorubas juntaram-se crenças católicas; e não é raro o terreiro de candomblé que não seja batizado com nome de santos católicos; Santa Bárbara e São Jerônimo, sobretudo.

O culto dos orixás, trazido pelos africanos, transformou-se no candomblé da Bahia, xangô do Nordeste, macumba do Rio, tambor-de-crioula do Maranhão. O sincretismo, entretanto, alongou-se e abrangeu também o espiritismo, sobretudo na formação do culto, no Rio de Janeiro, onde a forte influência banto deu em resultado os cultos chamados de Umbanda ou Embanda. Desta forma, verifica-se que os grupos culturais africanos conservaram suas práticas religiosas sincronizadas com o catolicismo ou com o espiritismo. Só os africanos de cultura macometana se mantiveram isolados, sob este aspecto, praticando sua religião em sua pureza, com os ritos islamitas.

A prática religiosa foi-se diversificando em diferentes manifestações, sejam as de origem negro-africana, sejam as de outras origens. A introdução do protestantismo, a princípio com alguns grupos imigrantes, depois de modo mais franco, como proselitismo, é um desses aspectos. Rápido, o protestantismo tem-se disseminado no Brasil. A princípio, a população chamava os protestantes de "bode"; depois, foi aceitando, e o próprio espírito de tolerância, de liberdade do brasileiro, foi contemporizando. Através das diferentes seitas introduzidas, foi-se divulgando no Brasil o anglicanismo, o adventismo, o batista, o sétimo dia, o pentecostal, e várias outras.

Deve assinalar-se que a essa introdução de outros cultos, no caso, em especial, os cultos protestantes, não foi estranha a presença de correntes imigratórias européias, a partir do século XIX. Com os alemães introduziu-se o luteranismo no Brasil; e ainda hoje em várias áreas do País, que foram inicialmente de colonização alemã, encontram-se os templos luteranos; também os holandeses, mais recentemente, têm introduzido o protestantismo reformado. Nos começos da imigração, em 1828, colonos saídos de São Leopoldo fundaram duas colônias que se marcaram pela influência religiosa: os católicos deram inicio à colônia de Tôrres, e os protestantes, à de Três Forquilhas.

De outro lado, o imigrante italiano tem sido um disseminador de cultos e santos católicos até então não conhecidos no Brasil;

santos que eram os padroeiros de suas aldeias na Itália, tornaram-se igualmente padroeiros de novas vilas brasileiras. Saliente-se também que o culto desses padroeiros se tem feito da maneira tradicionalmente brasileira: com novenas, festas de rua, barracas, banda de música, enfim, o culto religioso aliado ao profano.

O catolicismo no Brasil, sem prejuízo dos sentimentos de fé e de confiança em Deus da maioria da população, apresenta algumas peculiaridades bem expressivas, sobretudo se considerarmos o desenvolvimento do processo transculturativo. Em primeiro lugar, desataquemos esse espírito de confiança na proteção de Deus. No linguajar comum, manifesta-se através de expressões que se ouvem até de elementos não católicos: "se Deus quiser". Se Deus quiser, o filho ficará bom, o homem conseguirá melhor emprégo, o advogado ganhará a causa, o médico curará o enfermo, o estudante passará nas provas, o motorista chegará a seu destino, e assim por diante.

No campo da realização dos Atos religiosos, essa confiança em Deus se desdobra em duplo sentido; há católicos que praticam esses atos, e há católicos que o são por tradição, conservando a fé, mas não praticando os atos de sua crença. Os primeiros são os "praticantes"; os segundos, os "históricos". Pois entre os católicos brasileiros encontramos essa original divisão, talvez única no mundo: os católicos praticantes e os católicos históricos. Aquêles são os que praticam a religião: missa aos domingos e dias santos e não raro até diariamente, confessam e comungam continuamente, praticam todos os demais preceitos prescritos. Os outros são os que se consideram católicos por tradição, pela formação brasileira, porque a família, desde os mais longínquos antepassados, é católica, respeitam a igreja e os atos religiosos, vão às missas comemorativas ou por alma de parentes ou amigos mortos; todavia, não se julgam obrigados ao comparecimento às missas dominicais, ao confessionário e à comunhão. Sem qualquer menoscabo ou pilharia, mais sinceramente, dizem-se, declararam-se, proclamam-se católicos.

Um outro aspecto do catolicismo brasileiro, encontramos, dentro do processo transculturativo, na incorporação de traços culturais não originariamente católicos. O caso da Árvore de Natal, que começou a disseminar-se no Brasil com influências de fontes não católicas. É comum encontrar-se em toda casa de família católica, durante o Natal, a Árvore de Natal ao lado do presépio armado como símbolo de festejo do nascimento de Cristo. O elemento fundamental cristão que é o Presépio, completado pela Árvore de Natal, de origem nórdica, com fios de neve, no meio do calor de dezembro do Brasil tropical. Temos aí, bem evidenciado, o processo transculturativo, a receptividade do brasileiro a novas idéias e novas concepções.

O que se deve destacar, todavia, é a importância que exerceu o catolicismo no Brasil no que se refere à preservação da liberdade

do homem. Sómente ele pôde — e de modo geral, pode preservar a coexistência plural dos povos e nações — defender, no Brasil, o sentimento de liberdade do homem. Porque justamente o catolicismo, através da defesa da pessoa humana, a que atribuiu o livre arbítrio, tem capacidade de admitir e sentir a convivência de idéias ou de pontos de vista ou, em geral, de homens diferentes.

Isto, porém, não se verifica nas ditaduras materialistas, incapazes de acolher o diálogo e consequentemente incapacitadas também de suportar a coexistência, e, sobretudo, a convivência. Daí o papel exercido pelo Catolicismo no Brasil: este de ter preservado no homem brasileiro, a idéia do diálogo, o pensamento de vida plural, o espírito de convivência. Preservando, também, com a defesa do homem, a própria idéia de liberdade, em momentos de perturbação nacional.

Ao lado das crenças praticadas em cultos formalmente organizados, enriqueceu-se o brasileiro de considerável soma de crenças populares, umas de origem indígena, outras de origem africana, não raro também outras trazidas pelo português. Formas tradicionais ainda hoje persistem no campo das crenças populares: o saci, o boitatá, a mãe-d'água, o curupira, a mula-sem-cabeça. Muitas dessas crenças foram tomando formas regionais, caracterizando-se pelas peculiaridades de cada região brasileira, sob a influência maior de um dos grupos étnicos.

Ao mesmo passo, muitas lendas e superstições de origem portuguesa, algumas de fundo religioso, foram-se disseminando na população brasileira, às vezes descaracterizando-se de suas origens primitivas para abrasileirar-se no processo transculturativo verificado. Tornou-se assim importante, na vida humana brasileira, o sobrenatural: as crenças nas lendas, nas superstições, nas credices. Enorme é o uso de orações chamadas fortes, através das quais se implora a proteção de santos contra doenças, contra mordidas de cobra, contra bichos-papões. O folclore brasileiro é de uma grande riqueza nesse campo. Um de origem européia, e por isso mesmo conservando ainda sua marca religiosa, outras de origem africana ou indígena, todas, entretanto, se adaptaram ao meio brasileiro: reinterpretaram-se, transculturando-se no processo de relações que o elemento humano aqui vivendo levou a efeito sob a influência não menos expressiva do ambiente criado.

3 — O Brasil moderno

3a — As transformações verificadas

Os fins do século XIX presenciam os começos das transformações que, com a urbanização e a industrialização, iriam modificar a paisagem social brasileira, alterando, não raro, suas instituições,

principalmente no papel por elas exercido. A transição da economia agrária para o surto industrial era completada pela transição do patriarcalismo para o burguesismo; a própria família começa a sentir estas transformações, com a desarticulação do sistema patriarcal que abre margem, na vida urbana, ao surgimento da família nuclear. O 13 de maio de 1888 havia marcado a transição social e não apenas a econômica: fecha-se um ciclo social e abre-se outro.

Surgem aspectos novos na organização da sociedade e se acentua o espírito burguês, em substituição ao patriarcal, nas relações de trabalho ou na organização social. O patrão que a indústria cria não é mais aquêle que o trabalhador estava antes acostumado a conhecer, não apenas com seu paternalismo, mas com sua própria presença física; o patrão urbano não é mais o senhor rural. Não há uma pessoa, e sim um conjunto; é um elemento de contato esporádico, não raro inteiramente desconhecido: a Sociedade Anônima. A direção da empresa para o trabalhador se torna invisível; surgem os intermediários nesses contatos: o gerente, o encarregado do pagamento, o fiscal dos trabalhos, o administrador.

O surto industrial provocou intensas transformações na vida brasileira, a princípio apenas naquelas áreas onde aparecia a industrialização. Aos poucos, todavia, estas transformações foram-se alastrando, quer pela própria criação de indústria, em novas áreas, quer ainda pela difusão e aceitação dos elementos industrializados. Ao lado da industrialização começa a manifestar-se a urbanização, e isto principalmente nas capitais. Nem sempre os dois processos andam juntos; ao contrário: não raro estão isolados, vivem indiferentemente.

O crescimento do burguesismo acentua-se, nesta fase; o contato social sofre modificações que se expressam de diferentes formas, marcando-se com o aparecimento do automóvel que não apenas facilitou a ligação do proprietário absenteista com sua propriedade, mas ainda intensificou as relações sociais, afastando as distâncias físicas. O burguesismo urbano dá sua marca na sociedade e alonga-se à família.

A estrutura das classes sociais, sem prejuízo de suas peculiaridades regionais, sofre seu primeiro e importante impacto. O rápido desenvolvimento industrial, em certas regiões, e, em outras, as modificações decorrentes em especial da ascensão do proletariado, criaram condições novas na distribuição das classes sociais. Os extremos entre uma classe alta — grandes industriais, grandes proprietários, grandes comerciantes, altos funcionários — e uma classe baixa — pequenos funcionários e operários — contribuiram para que as classes médias tomassem uma nova fisionomia. Não mais uma classe de equilíbrio, mas evidentemente de desequilíbrio, tendendo ora para um extremo ora para outro. E surgiu, sobretudo, um grupo de população que nem mesmo na última classe se pode

incluir: são os marginais, produtos do pauperismo que encontramos, ressaltando nas cidades, sobretudo nas capitais.

O surto urbano dá ensejo ao aparecimento de bairros marginais: as favelas, ou alagados, ou malocas, ou invasão. Seria supérfluo a esta altura querer destacar a importância da população marginalizada na vida urbana. Seu aparecimento ainda recente seguiu-se de seu rápido crescimento, hoje uma característica de qualquer capital ou de qualquer outra cidade onde, por circunstâncias especiais, surgiu algum movimento de expansão.

Cada vez mais chocantes são os extremos: os integrantes das classes altas geralmente residem em palacetes, boas casas, em bairros aprazíveis; viajam comumente não só a outros Estados, ou à Capital Federal, como também à Europa ou aos Estados Unidos; têm alimentação de natureza cosmopolita. As classes baixas ocupam casas mal construídas, ou vilas operárias, quando não mocambos, paliocas, casebres, ou que outro nome tenham, geralmente formando as favelas, vilas de maloca, mocambos, alagados, das capitais. Vivem em ambiente de falta de higiene, alimentando-se deficientemente.

Os das classes médias moram em velhos bairros residenciais, ou em bairros novos, abertos com o loteamento; possuem casa própria, quando não por herança, construída pelo sistema de financiamento da Caixa Econômica ou de instituição congênere; mantêm na alimentação a cozinha tradicional, e quando nas regiões a cozinha regional. Dessas classes é que estão saindo as moças para os estudos, para o serviço público, para o comércio, para certos empregos industriais.

Este quadro que podemos verificar existir em todas as regiões do País, com as evidentes diferenciações originadas da natureza peculiar de cada ambiente sócio-cultural, tem-se intensificado, sobretudo a partir da II Grande Guerra. E quando as transformações mais intensas atingem às estruturas institucionais. O quadro agrou-se; as classes médias, mais asfixiadas por seus salários fixos, tornaram-se flutuantes, seus integrantes ora procurando alcançar uma posição mais alta, ora sendo levados a cair nas posições mais baixas. As transformações alcançam as instituições de modo mais amplo e mais profundo.

Talvez o sistema de economia agrária seja aquêle que mais vigorosamente tem resistido a qualquer modificação; a estrutura agrária continua a mesma, sem modificações, inalterado o predomínio do latifúndio, embora tendo crescido a participação do minifúndio. De fato, talvez seja esta a única transformação a observar-se no sistema agrário: o surto do minifúndio. E se é tanto prejudicial o excesso do latifúndio como o malefício do minifúndio, podemos verificar que as instituições agrárias da economia nacional exigem uma reformulação se não violenta, talvez profunda.

As transformações atingiram de forma mais intensa a sociedade e a família, uma e outra tão intimamente ligadas na formação da estrutura social do País. Intensificada a estrutura da família nuclear, sobretudo nas capitais, foi ela também atingida pelas modificações de comportamento social de seus integrantes. O apartamento pequeno, exigindo espaço para atos sociais, impõe o afastamento do rapaz ou da moça; se já dormia em camas improvisadas, usando o divã que durante o dia era ponto de encontro social, foi pouco a pouco afastado, e começa a surgir o "playboy". E observe-se que esse surgimento não vem nem das favelas, nem das casas operárias, nem das classes pobres; surge nas classes altas, nos chamados meios aristocráticos, fruto do luxo, da ostentação, do fausto, que obrigam a uma exibição quase sempre além das possibilidades dos próprios grupos.

Tais modificações estendem-se dos níveis materiais aos sociais, como se pode ver na própria estrutura da família. A família numerosa, não apenas no número de filhos por casal, mas ainda no dos seus integrantes sanguíneos ou afins, vem sofrendo um decréscimo sensível sobretudo nos meios urbanos. Embora no meio rural ainda predomine a família numerosa, com grande número de filhos, sente-se, entretanto, que os laços familiares se vão diluindo. Constitui sempre a família, entre nós, a mais importante instituição social.

De caráter patriarcal e monogâmico, essa família tornou-se a base da organização social, firmando-se, em derredor dela, a estabilidade da vida brasileira. Com o regime de escravidão, o sentido dessa família alongava-se aos próprios escravos; ia a estes, cobria-os ou dominava-os não só o sentido de propriedade, mas igualmente a extensão do patriarcalismo. De seu lado não foram raros os escravos que tomaram o nome dos patrões; o que Gilberto Freyre observou em relação ao Nordeste açucareiro, também o registrou Afonso Arinos de Melo Franco para a área da mineração. De modo que, em torno da família, desenvolvia-se a vida social.

O compadre inclui-se entre as figuras mais características da organização social no Brasil. Tanto que se criou uma série de atos para a incorporação de compadres: no batizado, além dos chamados padrinhos de vela (um casal), mais o padrinho ou madrinha de apresentar, e o padrinho ou madrinha de consagração, no crisma, no casamento, onde, aliás, avulta o número de padrinhos tanto para o ato civil como para o religioso. A estas formas de compadrio, acrescentou-se o de São João quando dois amigos pulam fogueira e se tornam compadres, depois de pronunciadas palavras adequadas.

Nos centros urbanos o compadrio vem sofrendo, como aliás toda a família, o impacto de transformações; deixa o compadre de ter a importância anterior, embora ainda possa ser útil à família que o convidou. Já no interior ainda se conservam as formas mais íntimas

de compadrio, muito embora se facam sentir nítidas transformações, tendentes a eliminar a importância do papel do compadre e a posição do afilhado.

Desta forma, a família tem perdido, nos meios urbanos do País, em face principalmente do processo de industrialização, muitas das características que a marcavam tradicionalmente. Apesar de que muitos dos traços anteriores persistem, como é o caso de resistirem muitas famílias a pedirem emprêgo para os filhos, em particular as filhas, sobretudo quando nestas famílias se encontram antigas raízes fidalgas ou aristocráticas, desaparecidas nos sucessores em face da queda econômica. Este fenômeno persiste em regiões brasileiras, principalmente as mais antigas, ou mais marcadas tanto pela influência da escravidão como pelo papel exercido pelas antigas famílias, através de seus chefes ou patriarcas.

A proporção que crescem os contatos entre as diversas Unidades do País, graças à intensificação da rede de transporte e dos meios de comunicação, sempre em continuo nível de crescimento, as transformações sociais vão-se irradiando, vão-se alastrando, vão modificando a paisagem tradicional das nossas cidades. E também do nosso meio rural. Com a facilidade das inter-relações regionais, difundem-se as transformações, tendendo para uma unidade mais acentuada — embora sem uniformidade — a paisagem cultural do Brasil. As antigas ilhas, isoladas, sóltas, divergentes, convergem para transformar-se em continente. O continente cultural que é o Brasil, com suas regiões características, sem prejuízo de sua unidade básica.

Esta diversidade de tipos de cultura, que formam regiões culturais, dá-nos o panorama atual da cultura brasileira, em sua unidade contemporânea, e onde as dicotomias continuam a existir, procuradas sobretudo para assinalar a vida brasileira. Dicotomias de natureza geográfica — Norte e Sul; ou de condições de desenvolvimento — Litoral e Sertão; ou de maneiras de viver — Cidade e Campo; ou de atividades econômicas — Agricultura e Indústria. São tais dicotomias que dão à paisagem cultural brasileira, em conjunto, os contrastes que sua unidade apresenta. A unidade dentro da diversidade — diversidade de culturas regionais, pois.

Tudo isso representa aquêle "equilíbrio de contrastes" a que se referiu Alceu Amoroso Lima, ao traçar as linhas psicológicas do povo brasileiro, povo — acrescentou ele — "com a sua personalidade própria e os traços distributivos de sua psicologia em face de outros povos". A este autor, aliás, não foi estranha essa caracterização dicotómica da vida brasileira, tanto que seu esquema de regiões se baseia nela; o Litoral e o Sertão, a Cidade e o Campo, o Norte e o Sul.

3b — O Pluralismo Contemporâneo

• Não é raro encontrarmos as mesmas maneiras de pensar de uma região em relação a outras, isto é, como se vêm; ou melhor, como

o nordestino vê o paulista, como o paulista vê o gaúcho, como o gaúcho vê o mineiro, e assim por diante. Neste modo de ver vai muito da própria psicologia tanto do que é observado como do que observa; aquêle, porque nesta observação se regista em particular seu espírito ou suas tendências, e este porque revela seu sentimento pessoal. Através dessas maneiras, muito podemos colher da psicologia brasileira.

O paulista é sempre olhado como o homem ativo, empreendedor, dono de riqueza; o carioca é visto, pelos de fora, como o ironista, o malicioso, espírito que se traduz, aliás, no seu anedotário, sempre rico, a respeito de tudo e de todos; o mineiro apresenta-se reservado, formação clássica e erudita; o cearense é o migrante eterno, que anda não só por terras do Brasil, mas por toda parte d'este mundo de Deus, e a respeito d'ele se contam as histórias mais curiosas. A malícia carioca talvez, se não com toda a certeza, se possa atribuir esta observação em que se fixam manifestações mais características de alguns tipos regionais brasileiros: "Latim de mineiro, riqueza de paulista, valentia de gaúcho, eloquência de baiano, a metade ainda é o dôbro".

Um simples olhar, desprevensioso, descalculado, em torno da paisagem cultural do Brasil contemporâneo, nos mostrará que nossas instituições prosseguem ainda em seu processo em busca daquela unidade debalde procurada neste País "irredutivelmente múltiplo, variado, diverso", como Gilberto Freyre o classificou. Formas diversas de sociedades diversificadas, sobretudo pela natureza da exploração econômica, tornaram possível esse quadro de pluralismo social e cultural que hoje presenciamos; há no brasileiro formado de brasileiros — os brasileiros das diferentes regiões — esta característica plural, que o apresenta em suas peculiaridades, suas atitudes ecológicas, suas técnicas específicas.

Os próprios fatores que chamariamos humanos não seriam menos responsáveis por esse quadro; a sensibilidade do homem surgido no Brasil, aberto cristãamente a todas as gentes, deu-lhe uma constante na formação do caráter brasileiro. Não apenas a bondade que tanto tem sido proclamada; mas também, e principalmente, um largo sentido de fraternidade e de solidariedade. O brasileiro sempre foge às soluções violentas, encontra os meios pacíficos, acomoda os problemas, acha o chamado "jeitinho", de modo a evitar as cisões, as lutas, os conflitos. Foi assim nos grandes acontecimentos, mesmo aquêles que constituiram uma ruptura mais violenta com o passado, cu seja a Independência, a Abolição dos Escravos, a República.

A tolerância, a fraternidade, a solidariedade constituíram-se fatores capazes de estimular o pluralismo de nossos dias. Acompanha a estes fatores, que a estreiteza de tempo não nos permite alongar, mas tão-só enumerar, um outro, não menos importante e significativo: a liberdade. A liberdade se tornou elemento fundamental na

vida brasileira; essencial ao brasileiro, marcou cada página de nossa História. É assim que se manifestou em vários instantes da vida brasileira, em momentos os mais difíceis; sempre encontrando ânimo nesse espírito de liberdade, foi possível ao brasileiro preservar formas democráticas de vida, mesmo em momentos onde essas formas escapavam às instituições políticas.

O sentido de liberdade deu oportunidade a que se enriquecesse a formação brasileira de espírito democrático; não uma democracia puramente política, e sim essencialmente social. Democracia que, de social, baseada em princípio na democracia racial, havia de alongar-se em democracia política. Daí as formas particulares que a democracia no Brasil tomou. Uma tradição democrática, um espírito de liberdade, um sopro de independência, nada disso faltou nos momentos mais difíceis da vivência política brasileira, quando suas instituições procuravam tomar outros rumos, desvirtuar-se da tradição existente, atingindo as próprias instituições da sociedade, e inclusive a da família.

Não é estranho a tal situação o fato de haver o Brasil se tornado teatro de um amplo processo de relações culturais, e não apenas raciais, o que marca significativamente o próprio processo de formação do povo brasileiro. Misturas as mais variadas, os mais diferentes encontros étnicos, os mais diversos choques de culturas, os contatos mais inesperados, tudo isso podemos encontrar no processo de nossa evolução. Esses fatores, e mais outros, tornaram possível o pluralismo cultural que hoje vivemos. Não um pluralismo falso ou artificial, mas um pluralismo de autêntica coexistência, equilibrado, que possibilita justamente a unidade do Brasil. Uma cultura nacional que se manifesta pluralmente: "a nossa unidade pluralística", para usar expressões com que a definiu Tristão de Athayde.

Graças a esse pluralismo, em que a convivência de grupos humanos originariamente diferentes marca um quadro de relações cordiais que se interpenetram, é possível encontrarmos, nessa paisagem cultural, o homem brasileiro. Os brasileiros das diferentes regiões, portadores de características ou atitudes próprias, somam-se como um só brasileiro. A isso talvez se possa dizer que devemos o chamado milagre da unidade nacional: esta unidade paradoxalmente plural em que os brasileiros se juntam e formam um único brasileiro.

OUTROS TRABALHOS DO PROF. DIEGUES JÚNIOR:

- "O Bangüê nas Alagoas". Prefácio de Gilberto Freyre — Rio de Janeiro, 1949
- "População e Açúcar no Nordeste do Brasil" — Rio de Janeiro, 1952
- "Introducción a la Sociología Regional" — México, 1954
- "População e Propriedade da Terra no Brasil" — União Pan-Americana, 1956
- "Etnias e Culturas do Brasil" — Rio de Janeiro, 1964 (Terceira Edição)
- "Regiões Culturais do Brasil" — Rio de Janeiro, 1960
- "Estabelecimentos Rurais na América Latina" — Comissão Internacional Católica de Migrações — Genebra, 1963

A UTOPIA DE UMA SOCIEDADE SEM CLASSES

(Tradução do "Intelligence Digest" de Dez. 67,
pelo Ten-Cel KLEBER F. OLIVEIRA)

Durante o mês de novembro, o mundo foi inundado por uma avalanche de informações sobre o progresso obtido em 50 anos de comunismo. Duas grandes realizações soviéticas levaram o povo a dançar nas ruas de Moscou, durante toda a noite do aniversário da Revolução: a tecnologia espacial, tão adiantada que os russos se preparam para explorar a Lua e a vitória do sistema social sobre a luta de classes, o que permitiria levar a experiência moscovita a um plano internacional.

É bem certo que a Rússia possui uma tecnologia espacial adiantada, mas não era este o sonho da Revolução de Outubro. Marx e Lenine não cogitavam da Lua em seus planos; a utopia sem classes em que pensavam estava na Terra. Portanto, as realizações do marxismo-leninismo devem ser medidas por este padrão: "Classe", assim, passa a ser a palavra-chave.

Três classes

Vejamos os fatos reais. A Rússia atual se estrutura num sistema de classes que só encontra paralelo na antiga organização de castas da Índia — um sistema que parece definitivo pois recebeu sanção formal do Partido durante o Congresso de setembro de 1967.

Oficialmente, existem três classes na sociedade soviética. Para mais fácil identificação, podemos chamá-las de classe de luxo, classe média e classe econômica (ou proletariado). As barreiras entre elas são inflexíveis.

Classe de luxo

Os membros da classe privilegiada são os funcionários do Partido e do Exército, os dirigentes da indústria pesada e, naturalmente, os exploradores da Lua.

Seus salários anuais variam de sete a nove mil rublos (um rublo ao câmbio oficial vale US\$ 1,10). Adicionalmente, recebem bônus no valor de 15 a 20% dos salários, segundo o êxito obtido nos planos de administração financeira e o estado da economia nacional.

Outras vantagens incluem residências funcionais, automóveis com motorista e casas de campo. Os impostos não lhes dão maiores dores de cabeça, pois não ultrapassam 13% dos salários básicos. O Estado obtém fundos por meio de taxas indiretas — um processo especialmente condenado por Lenine, pois desta maneira os maiores pagamentos são feitos pela massa dos trabalhadores.

Quando aposentados, suas pensões oscilam entre 50% a 90% do salário básico do último ano de serviço. Para os homens, a idade de aposentadoria é 60 anos, mas se continuarem a trabalhar após este limite acumularão os salários integrais e as pensões.

Classe média

Incluem-se nela os técnicos qualificados, os cientistas — mesmo os que são membros da Academia de Ciências — dirigentes de departamentos nas fábricas e funcionários subalternos do Partido e do Governo. Os salários anuais variam de 1.200 a 1.800 rublos, mais os bônus proporcionais. A taxação direta é de 8 a 9%, mas é óbvio que os impostos indiretos (sobre os bens de consumo) são sentidos de forma bem mais severa. Residem em apartamentos de propriedade do governo, distribuídos segundo o tamanho da família. Quando aposentados, as pensões representam a metade do salário em atividade.

O proletariado

A classe econômica compõe-se dos milhões de trabalhadores. Não lhes cabe qualquer privilégio e os seus salários — fixados rígidamente no Plano Quinquenal 1966/1970 — não ultrapassam 60 rublos por mês; horas extras e produção superior às quotas semanais poderão render um acréscimo de 30 a 40 rublos mensais. Sobre o salário básico de 60 rublos, eles não pagam imposto direto, porém é evidente que a taxação indireta, sobre bens de consumo obrigatório, os afeta duramente.

Os padrões de moradia são muito baixos. Uma investigação estatística conduzida pela Universidade de Moscou mostra que o espaço de alojamento por membro de uma família de operários é 5,7 metros quadrados (o padrão internacional de saúde pública estabelece o mínimo de 9 metros quadrados por pessoa).

Em geral os edifícios de apartamentos destinados ao proletariado dispõem de um banheiro completo para cada grupo de 4 apartamentos, servindo a uma média de 20 indivíduos. Mas mesmo esses edifícios são relativamente modernos e em pequeno número. O jornal do Partido, "Kommunist", admitiu que inúmeros trabalhadores ainda vivem em celeiros, galpões, velhas casas do período tsarista ou em "apartamentos comunitários" ultra-saturados.

Quando aposentados, os operários recebem uma pensão de 30 rublos por mês.

Os paradoxos e incoerência aparecem em toda parte. Por exemplo, as consultas médicas são gratuitas, mas os pacientes devem comprar os

remédios ou pagar pelos curativos — e os preços são os mesmos para todos, o que é um pesado sacrifício para os trabalhadores. Embora a propaganda soviética afirme que na Rússia existem mais médicos para cada mil habitantes do que nos países ocidentais, oculta-se o fato de que muitos desses "médicos" seriam aqui considerados apenas "auxiliares de hospital" pois contam somente com três anos de estudo e prática.

Ademais, os médicos são mal pagos — com salários equivalentes aos de um artesão — e o resultado é que aos mais habilitados é permitido o trabalho em clínicas particulares, frequentadas naturalmente por aqueles que podem pagar. Assim, enquanto a "classe de luxo" se utiliza dos bons médicos, a "classe média" e o "proletariado" não têm outros recursos do que confiar nos "auxiliares".

A presente situação dos serviços médicos é consequente de uma reforma radical implementada em 1956. Antes daquele ano, o panorama era ainda muito pior.

O poder aquisitivo

O câmbio oficial do rublo não nos dá uma visão correta do poder aquisitivo dos cidadãos soviéticos. Um melhor padrão se encontra nas análises oficiais do Partido. Por elas se vê que uma família de trabalhadores gasta 60% do que recebe em alimentos (inclui-se aí o salário das esposas e filhas adultas: 80% das mulheres russas entre 16 e 55 anos trabalham para suplementar a manutenção da família). Como comparação, no Ocidente apenas 30% do rendimento familiar é gasto em alimentação.

Em 1966 calculou-se que um trabalhador industrial especializado necessitaria entre 5 e 6 semanas de salário para adquirir um pequeno aparelho de TV; duas ou três semanas para um aparelho de rádio do tipo mais comum. Um traje masculino custa aproximadamente um mês de salário. Um par de sapatos, nunca menos de onze dias de trabalho. É supérfluo dizer que um automóvel está inteiramente fora do poder aquisitivo das classes média e proletária. Os carros particulares na Rússia constituem o símbolo de um "status" e são possuídos apenas pela "classe de luxo".

A guerra de classes é um produto para exportação

Oficialmente, a luta de classes está superada dentro das fronteiras da URSS, tendo sido construída uma sociedade igualitária ideal. A luta de classes é agora um produto de exportação para o Ocidente, pois nos estados satélites também já se observa a mesma estratificação social descrita anteriormente.

Stalin é atualmente um nome desacreditado em Moscou, mas ele esteve mais próximo da verdade do que qualquer outro líder comunista quando disse em 1931: "A igualdade entre os homens nada tem a ver com o socialismo marxista".

Lamentavelmente, está fora da moda citar Stalin!

CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS

(Continuação do número anterior)

Gen Div JOSE CAMPOS DE ARAGÃO

I — O EXÉRCITO NA BATALHA

A — O EXÉRCITO; SUAS CARACTERÍSTICAS

1. O Exército é a unidade básica da manobra estratégica. Nessa Grande Unidade unem-se os domínios estratégicos e táticos. É preciso sublinhar a necessidade da existência desse escalão; em última análise, é verdadeiramente o executante da manobra estratégica. Podemos, pois, dizer que ele combina ações táticas, tendo em vista um resultado estratégico que lhe é definido pelo escalão superior.

2. Para a consecução da finalidade estratégica da missão do Exército, normalmente, impõe-se a realização de operações táticas de grande envergadura no tempo e no espaço. O Exército, portanto, tem de ser dotado de todos os meios, principalmente logísticos e de apoio aéreo, à realização completa da manobra tática. A necessidade de apoio aéreo é satisfeita pelo apoio integral de uma FAT (nível Exército) do COC (Centro de Operações Conjuntas). A característica essencial do Exército é a de *poder durar* e levar a efeito a batalha até o seu fim. A sua organização intrínseca permite o enquadramento de meios ponderáveis e que asseguram essa duração.

3. No quadro geral estratégico, a missão atribuída ao Exército deverá comportar, normalmente:

- uma *finalidade* ou um *objetivo final*;
- uma *direção de atuação*;
- um *espaço operacional*.

4. A *finalidade* ou *objetivo final* do Exército é de caráter nitidamente estratégico. Dela decorre a fixação da atitude geral que terá em vista:

- seja destruir as forças inimigas pela *ofensiva*, aniquilando-as por uma ação de ruptura seguida de perseguição ou por uma ação sobre o flanco, assegurando, em qualquer caso, o *espaço* necessário para o desenvolvimento da manobra estratégica;
- seja ganhar tempo ou economizar meios pela *defensiva*, contendo o inimigo num espaço determinado. O Exército, após desgastar

Os dados concretos que poderão servir de base à determinação do "alcance de ação", são:

- as possibilidades do apoio logístico fornecido pela A Sup Mnt do Exército;
- as possibilidades de apoio aéreo fornecido pela FAT;
- a configuração geográfica do terreno;
- as possíveis reações do inimigo.

Como se deduz, a fixação do limite de "alcance de ação" do Exército variará segundo o caso, e sómente a realidade do campo de batalha, o senso tático e a experiência do Cmt do Ex poderá determiná-lo.

É necessário frisar que estas considerações sobre o "alcance de ação" são válidas tanto para a ofensiva como para a defensiva, determinando, no último caso, a amplitude do lance de recuo.

11. O estabelecimento da manobra no escalão Exército será estudado particularizadamente mais adiante, quando tratarmos do Exército na Defensiva e do Exército na Ofensiva.

C — CONDUTA DA MANOBRA NO EXÉRCITO

12. Antes do mais, é necessário ressaltar que o Exército não pode contar, como os escalões mais baixos, com um *pronto* apoio do escalão superior.

Com efeito, ao contrário do que acontece no CEx e na DI, em que o escalão superior vem rapidamente em auxílio às vezes antecipando-se às suas necessidades, o escalão superior ao Exército raramente pode vir em seu socorro com fogos aéreos e reforços terrestres sem um apreciável retardo. O único recurso que poderá ser dado ao Exército sem perda de tempo é a redução de sua missão original — abandono de certas regiões do terreno, mudança de atitude, etc. — que sem dúvida acarretarão graves repercussões na manobra estratégica.

13. Isto posto, caberá quase sempre ao Cmt do Exército, por meio únicamente da manobra tática, adaptar e conduzir sua operação de forma a procurar constantemente impor sua vontade ao inimigo, tudo de acordo com a concepção inicial.

14. Estas adaptações podem se traduzir por:

- modificações na dosagem dos meios, graças ao emprégo das reservas, mudanças de limite, etc.;
- modificações nos apoios logísticos e aéreo;
- modificações nos objetivos ou no ritmo da manobra, acrescentando ou suprimindo objetivos;
- modificações nas direções táticas adotadas, operação das mais delicadas e difíceis de realizar no decurso de uma manobra. O Cmt de Exército que perde o controle das direções táticas que inicialmente adotou, corre o risco de perder o controle da manobra, a menos que o faça para explorar uma ocasião favorável.

15. As decisões tomadas pelo Cmt do Exército devem levar em conta o retardo entre o seu estabelecimento e sua execução. Estes retardos serão grandemente reduzidos se o Plano de Operações tiver previsto todas as variantes possíveis da concepção original, e se estas variantes tiverem sido estudadas em detalhe, tanto do ponto de vista tático como do logístico.

II — O EXÉRCITO NA DEFENSIVA

A — A MANOBRA DEFENSIVA

1. A defensiva estratégica é a adoção de medidas para proteger áreas de vital interesse para uma nação, enquanto se acumulam os recursos necessários ao empreendimento da ofensiva.

Vários fatores podem ditar a adoção da defensiva estratégica; entre eles se enumeram:

- a política nacional;
- maior aprestamento do inimigo;
- posição geográfica estratégica inferior;
- inferioridade de meios em um ou mais teatros de operações;
- conveniência em adotar, no inicio, uma atitude defensiva deliberada, deixando que o inimigo exponha seus planos e se empenhe.

2. A manobra defensiva corresponde, pois, a uma batalha que é voluntariamente aceita pelo defensor, ainda que se reconheça mais fraco, a fim de conservar uma determinada região reputada essencial — por um determinado tempo.

Esse tempo, durante o qual é necessário conservar a citada região, condiciona imperativamente a forma da manobra.

3. Uma vez que possui a iniciativa, irá o inimigo procurar os espaços livres para dar pleno desenvolvimento à sua manobra e, para isso, necessitará destruir as forças defensoras que lhe vedam a passagem.

Tal destruição não poderá ser obtida de um só golpe, necessitando, inicialmente, o atacante *desequilibrar* as forças defensoras e por fim as *dissociar*, o que lhe permitirá, ao mesmo tempo, a sua destruição e, em consequência, o desembocar nos espaços livres.

4. O defensor necessitará portanto de:

- montar suas forças num sistema equilibrado e coerente;
- informar-se, o mais cedo possível, sobre a manobra do inimigo, a fim de introduzir as necessárias adaptações na articulação defensiva;
- não permitir a destruição de suas forças, ou, pelo menos, reduzir suas perdas a um mínimo;
- não permitir a dissociação de suas forças pelas penetrações inimigas.

5. O atacante será sempre mais forte no local em que decidiu empregar a potência de suas forças e esse local ficará à sua mercê, já que possui a iniciativa. Se o defensor intentar construir uma barreira tão forte quanto possível, deslocando o centro de gravidade de suas forças para a frente, pretendendo com isso resistir ao impulso ofensivo, será irremediavelmente destruído, seja pela ruptura — pois que será sempre mais fraco — seja pelo efeito combinado da ruptura e envolvimento, podendo este ser inclusive vertical. Se, por outro lado, o defensor se escalonar profundamente para a retaguarda, isto acarretará uma grande desvantagem e favorecerá ao inimigo, já que não contará com uma defesa eficiente em parte alguma e iniciará mesmo, motu próprio, a dissociação de suas forças, que serão batidas provavelmente por partes.

Por conseguinte, será entre êsses dois extremos que deve ser procurada a solução para o problema de articulação de forças na defesa. O dispositivo necessita, pois, ser equilibrado. Essa noção de equilíbrio é de grande importância na defensiva.

6. Na realidade, só será possível impedir ao inimigo o acesso aos "espaços livres" e evitar que as forças defensivas sejam dissociadas e destruídas, se se considerar a batalha defensiva como um entrechoque de forças do qual o inimigo deve sair, no mínimo, bastante mais enfraquecido que o defensor durante o período em que tenta atravessar a barreira que lhe foi oposta. Esta barreira deverá ser completada pela possibilidade de um contragolpe que definitivamente destrua o adversário ou, que, pelo menos, o imobilize.

7. Para isso, deve o defensor dedicar-se a mudar a seu favor a relação inicial de forças, seja aumentando seu poderio, seja desgastando e diminuindo as forças do inimigo.

Como poderá o defensor aumentar seu poderio?

- Aproveitando judiciosamente o terreno, inclusive organizando-o ao máximo (uma força bem abrigada se desgasta muito menos que o atacante, forçado a se expor);
- Aumentando o efeito do fogo, utilizando abundantemente o único recurso em fogo de que não pode dispor o atacante: as minas;
- Ganhando o máximo de tempo, a fim de dar ao Alto-Comando os prazos necessários para organizar novos meios.

Como poderá o defensor diminuir as forças inimigas?

- Retardando progressivamente seu avanço e desgastando-as pelo fogo;
- Conseguindo modificar, pela atuação anteriormente descrita, a relação de forças — pelo menos localmente — e aproveitando a debilidade momentânea do inimigo, deverá atacá-lo, seja no plano tático para estabelecer a continuidade da defesa ou acentuar sua destruição, seja no plano estratégico para lhe arrebatar de uma vez a iniciativa (contra-ofensiva).

8. Esquematicamente, a manobra defensiva pode se decompor do seguinte modo:

- a. Ação preliminar de retardamento, desgaste e reconhecimento.
- b. Duas ações intimamente ligadas:
 - ação principal de deter pelo fogo, visando à destruição do inimigo;
 - ação complementar de choque, destinada a ultimar a detenção do inimigo e completar sua destruição.

9. Quanto menos elevado o escalão, maiores serão as preocupações pela ação de deter. Quanto mais elevado o escalão, maiores serão as preocupações com o retardamento e principalmente com a ação de choque.

10. Na preparação da manobra defensiva descrita nos parágrafos anteriores, existem quatro problemas essenciais:

- determinação da "direção a barrar", sobre a qual deve ficar colocado o centro de gravidade das forças defensivas;
- determinação da zona ou zonas que é necessário defender e onde se pretende deter o inimigo;
- determinação da repartição das forças entre as três ações já consideradas (n. 8);
- determinação da profundidade onde serão levadas a efeito as citadas ações.

B — O EXÉRCITO NA DEFENSIVA DE UMA POSIÇÃO

11. Tanto a conservação de uma determinada zona como o ganho de um determinado tempo — *finalidades de toda a operação defensiva* — são conseguidas, no escalão Exército, por duas formas diferentes de manobra, conforme lhe for ou não consentida a perda de terreno; são elas:

- a defesa de uma posição;
- a manobra retardadora.

12. Em qualquer caso, o Comando do Exército deve procurar ao máximo conservar sua liberdade de ação e cujo elemento essencial que a pode garantir é a cobertura. Esta cobertura da manobra defensiva destina-se a proteger a tomada do dispositivo e a organização da posição do Exército numa determinada região.

13. A Manobra defensiva, desenvolvendo-se sempre com inferioridade de forças, impõe que o máximo proveito seja tirado do terreno. Esta necessidade se sobreleva no escalão Exército, posto que é o Cmt Ex que escolhe a posição defensiva onde vai ser travado o ato capital da batalha defensiva, a menos que as necessidades de coordenação tenham levado o comando superior a fixá-la.

14. Esta posição é uma faixa de terreno profunda, no interior da qual os elementos do Exército se organizam em núcleos e pontos fortes cobertos por obstáculos naturais e artificiais batidos pelo fogo. Estas organizações devem possibilitar a dissociação de ataque inimigo e canalizá-lo para zonas onde seja facilmente dominado pelo fogo e sujeito a ações de contra-ataque.

15. A posição de resistência (PR) é o elemento essencial da manobra defensiva e de sua defesa são incumbidas as GU de primeiro escalão (CEx, DI). A posição de resistência deve ser coberta à frente por uma "zona de segurança", de profundidade variável, e na qual o Exército retarda e desgasta o inimigo ao mesmo tempo que obtém indicações preciosas para a conduta da defesa.

16. Pontos fortes reconhecidos e organizados à retaguarda da posição de resistência, forçam o embrião de posições sucessivas eventuais, cuja defesa será confiada às GU de reserva do Ex ou a elementos retirados da PR.

Essas posições permitirão ao Ex conduzir a batalha em profundidade, facilitando a execução da manobra (rebatimento de flancos, retraimento de tropas comprometidas, e mesmo o abandono da PR inicial e constituição de outra PR).

17. A profundidade da posição defensiva do Ex é muito variável; dependerá em parte do terreno, mas estará na dependência particular do valor e da natureza das tropas disponíveis no Exército. Por outro lado, deve também levar em conta a natureza e os processos de combate das forças inimigas.

18. De qualquer forma, o limite posterior da "posição defensiva do Ex" define a linha que o Comandante do Ex não admite a perda, isto é, marca a distância de penetração inimiga além da qual é necessário renunciar à manobra prevista e adotar uma outra.

19. Em consequência, são preocupações do Cmt do Ex numa batalha defensiva em posição:

- preparar e conduzir a defesa da posição de resistência;
- prever, preparar e, se fôr o caso, conduzir a manobra defensiva à frente da posição de resistência e à retaguarda da posição de resistência.

20. A missão de um Exército numa manobra defensiva é definida geralmente por:

- uma direção a barrar;
- uma região a defender;
- zona de ação, se fôr o caso;
- efetivos de que pode dispor.

A direção a barrar no escalão Exército, é, em essência, de origem estratégica: corresponde à orientação da ameaça mais perigosa para o equilíbrio das forças amigas e corresponde para o inimigo a via mais

rápida e favorável para desembocar nos espaços livres e atingir seus objetivos.

21. A direção estratégica recebida pelo Ex é decomposta em direções táticas e balizam as facilidades naturais do ataque, oferecidas pelo terreno, isto é, em vias de acesso para as GU inimigas, e que permitirão ao inimigo:

- flanquear a direção estratégica;
- infiltrar-se na posição;
- deslocar e proteger mais facilmente suas forças no terreno;
- obter as mais eficazes combinações de armas.

Estas direções, contrariamente à direção estratégica que não se modifica durante todo o decorrer da manobra, nada mais são que direções favoráveis à ação inimiga, cuja importância pode se apagar momentaneamente diante de uma ameaça imprevista do inimigo; elas não excluem nunca a constante preocupação com os flancos e com a retaguarda. As direções táticas a barrar são impostas pelos Ex aos C Ex (ou, mesmo as DI) subordinadas, e, implicam no estabelecimento do centro de gravidade do dispositivo da GU sobre a mesma.

22. Além das direções a barrar, o Cmt do Ex deve definir:

- o tipo da defesa a adotar;
- o traçado geral da posição de resistência.
- o limite de retaguarda da posição defensiva.

Além disso, deve fixar as zonas de ação das GU de primeiro escalão e, se existem na posição intervalos ou flancos que não poderão ser, de inicio, sólidamente organizados e ocupados, deve preparar planos para eventuais ações nesses locais.

23. Se bem que o planejamento da defesa na Z Aç dos C Ex seja da responsabilidade dos Cmt de C Ex, o Exército mantém freqüentes entendimentos com os C Ex antes de expedir suas ordens, a fim de permitir uma completa comunhão de idéias sobre a manobra a realizar e avaliar se os meios atribuídos aos C Ex são compatíveis com as missões impostas.

Desta forma, muito freqüentemente sabe o Ex com antecedência o modo pelo qual cada C Ex planeja conduzir as operações em sua Z Aç.

24. Na posição que estabeleceu, o Cmt Ex conduz a batalha defensiva. O sucesso dessa batalha não repousa, de nenhuma maneira, na ação estática, mas sim numa manobra dinâmica, que comporta reajustamentos freqüentes do dispositivo, e, principalmente, a execução de contra-ataques poderosos sobre as forças inimigas que penetrarem no interior da posição, já dissociadas pela resistência dos pontos fortes da PR.

25. Para obter resultados satisfatórios nos contra-ataques, deve o Exército consagrar forças tão numerosas e potentes quanto possível, à sua execução. Na maioria dos casos, o Cmt Ex confia sua execução a um

C Ex, ao qual é definida a missão e fornecidos os meios e apoios necessários.

26. O desencadeamento de uma ação de tal vulto implica sempre em retardos apreciáveis. Para diminuir estes retardos e poder contratar na ocasião mais favorável, é necessário que a ação esteja prevista e preparada nos seus menores detalhes, inclusive no tocante aos apoios aéreo e logístico.

C — O EXÉRCITO NOS MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

27. As modalidades de movimentos retrógrados que pode empreender um Exército são a *retirada* e a *manobra retardadora*, cada uma delas com características bem diversas. No entanto, como características comuns, ambas implicam em movimento para a retaguarda, ganho de tempo e resultam em perda de terreno.

28. A *retirada* consiste em afastar do inimigo o grosso da tropa, a fim de recuperar a liberdade de ação perdida em uma operação inicial. Trata-se, portanto, de realizar uma marcha com o grosso para uma zona de reunião ou para uma nova posição defensiva do Exército, marcha essa que deve ser protegida por uma força de cobertura capaz de livrar o grosso da ação das forças inimigas.

29. A *retirada* é, pois, uma operação que é encetada como consequência de uma batalha mal sucedida, seja pelo próprio Exército, seja pelas forças que operam em seus flancos, cuja derrota ameaça fortemente o dispositivo do Exército de cerco e destruição. Tem, por isso, profundas repercussões na manobra estratégica e só pode ser iniciada por ordem do escalão superior, a menos que o Ex opere isoladamente. Por estas mesmas razões, raramente uma *retirada* é planejada com larga antecedência, visto que o Cmdo superior baseava sua manobra num sucesso que não foi obtido.

30. Essas considerações assinalam a grande dificuldade da operação, à qual se soma a inevitável queda de moral das forças, e exigindo, portanto, grande esforço e energia do Cmdo em todos os escalões para evitar que a operação se transforme de *retirada* em *debandada*.

31. A marcha do grosso pode se realizar diretamente para a retaguarda, com as GU se deslocando paralelamente, ou pode ser realizada de modo convergente para uma zona de reunião. O primeiro caso é geralmente utilizado quando o Ex pretende organizar uma nova posição defensiva onde novamente oferecerá a batalha; o segundo é utilizado quando o Exército pretende, com a liberdade de ação readquirida, principalmente pela mudança de situação estratégica e mesmo pelos esforços recebidos durante a operação, realizar a *contra-ofensiva*. O exemplo histórico mais característico desse último tipo de operação foi o efetuado pelo Ex do Marechal Rommel, na África, durante a ofensiva britânica do verão de 1941.

32. A segurança da operação de retirada baseia-se na ação da cobertura. Normalmente, uma GU (C Ex ou Divisão) recebe esse encargo e sua atuação se reveste da forma de "Ação Retardadora" (descrita no C 100-5).

33. A manobra retardadora é uma operação *deliberadamente* empregado pelo Ex, *meticulosamente planejada*, e visa a ganhar tempo e desgastar o inimigo sem se empenhar numa batalha decisiva.

A adoção desse tipo de manobra dependerá de vários fatores, entre os quais avultam o tempo a ganhar e, principalmente, o espaço que o defensor pode ceder sem se deixar aferrar numa batalha decisiva.

34. A finalidade estratégica de toda a manobra retardadora é cobrir a montagem de uma outra manobra, ou, de modo mais particular:

- permitir a organização de uma posição defensiva de grande vulto do TO;
- atrair o inimigo, em uma direção escolhida, e colocá-lo em situação estratégica na qual seja mais fácil o desencadeamento de uma contra-ofensiva destruidora.

35. O Exército executa a manobra retardadora oferecendo resistência limitada em várias posições e retardando o inimigo entre elas, tanto com ações ofensivas como defensivas. É preciso não confundir entre as diferentes posições de resistência da posição de um Exército que trava uma batalha defensiva mantendo uma determinada área, e as diferentes posições defensivas adotadas pelo Exército em uma manobra retardadora, pois nestas o Ex não pretende travar uma batalha decisiva, isto é, não permitirá que suas GU se engajem a fundo no combate e sim que retardem e desgastem o inimigo.

36. Entretanto, em face dos possantes e rápidos meios do atacante, será uma ilusão se acreditar que a simples resistência limitada em uma posição, possa retardar o inimigo, a menos que a ele falte o necessário espírito ofensivo.

Sómente causando perdas ao inimigo se poderá pretender retardar, resultando em consequência, que todos os processos concebíveis para infligir perdas ao inimigo devem ser largamente utilizados.

37. Entre os processos utilizáveis para causar baixas ao inimigo, avultam:

- a. Os fogos das posições de resistência, inclusive o abundante emprego de minas.
- b. Os contra-ataques, em todos os escalões, de preferência executados com tropas blindadas.
- c. As emboscadas, principalmente empregadas em terrenos montanhosos ou muito cobertos de vegetação.
- d. A ação sobre as retaguardas inimigas, levada a efeito tanto com guerrilheiros como com tropas regulares, especialmente designadas para tal ação. Nessa ação é necessário aproveitar ao máximo a atuação das populações civis amigas.

33. Finalmente, torna-se necessário ressaltar a *dificuldade* de execução de todo o movimento retrógrado, por sua influência no moral das tropas. Aos olhos da tropa tal operação constituirá sempre uma sucessão de derrotas. Em consequência, deve o Cmt esclarecer-lá e oferecer algumas provas concretas de que a operação se desenvolve com sucesso. Por outro lado, a tropa deve possuir um alto grau de treinamento e grande confiança em seus chefes.

III — O EXÉRCITO NA OFENSIVA

1. A finalidade da manobra ofensiva do Exército é a destruição das forças inimigas, ou, no mínimo, a conquista de uma área favorável ao prosseguimento das operações.

2. A missão ofensiva do Exército, imposta pelo escalão superior, fixará essencialmente:

- objetivo final, ou finalidade;
- a direção de atuação estratégica;
- o espaço operacional.

Caberá ao Cmt Ex, dentro dos dados condicionadores acima citados, montar uma manobra tática que possibilite o cumprimento da missão.

3. A forma da manobra ofensiva dependerá, principalmente, do grau de coerência e solidez de sistema defensivo inimigo; é necessário que se tenha sempre em vista que é *indispensável a conservação de uma relação de forças favoráveis durante toda a execução da operação*, pelo menos nas direções decisivas. No entanto, todos os demais fatores, e em particular o terreno, fazem sentir sua influência na determinação da forma da manobra.

4. A forma da manobra variará, pois, de acordo com a situação e o senso tático do Cmt Ex; não obstante, todas poderão ser enquadradas, em suas grandes linhas, nas formas seguintes:

- penetração;
- desbordamento;
- envolvimento.

5. Os principais elementos a serem fixados pelo Cmt Ex, e que em seu conjunto traduzirão a manobra ofensiva por ele concebida, são:

- os objetivos intermediários, caso não seja possível a conquista do objetivo final por um só impulso;
- as direções táticas de atuação;
- o valor e a natureza das forças que deverão operar segundo cada direção de atuação tática.

6. Fixação das direções táticas de atuação:

- a. As direções táticas de atuação são o resultado da decomposição da direção estratégica recebida e derivam da impossibilidade — ou inconveniência — de aplicação de todo o sistema de forças do Exército na direção estratégica, pois tal importaria, em última análise, na impossibilidade do estabelecimento de uma manobra tática pelo Exército.
- b. São, portanto, as direções táticas de atuação, elementos essenciais da manobra, *indispensáveis* na fase de sua concepção.

É bem verdade que, no estágio final do estabelecimento da manobra, quando tudo já foi devidamente fixado — inclusive o valor e natureza das forças que atuarão em cada direção — a direção de atuação pode ser substituída, em alguns casos, pelos limites de zona de ação das GU subordinadas. Mas é preciso atentar em que a fixação de limites é *conseqüência*, é uma das últimas medidas a serem determinadas, e que não é possível ao Cmt Ex, enquanto concebe sua manobra, raciocinar em termos de limites.

- c. Por outro lado, o estabelecimento de direções de atuação não visa a limitar a liberdade de manobra dos subordinados, mas indicar-lhes somente que suas operações — ataques, aproveitamento do êxito e mesmo defensivas temporárias — devem ser conduzidas segundo a direção geral prescrita.

Quando um Cmt Ex deseja limitar a liberdade de manobra de alguma de suas GU, deverá prescrever-lhe uma direção de ataque; nesse caso, o Cmt da GU subordinada terá a obrigatoriedade de efetuar seu ataque principal nessa direção. Essa ocorrência é excepcional, mas pode suceder, principalmente na situação de ataque a áreas fortemente organizadas em grande profundidade.

- d. Os fatores que intervêm no estabelecimento das direções de atuação, são o terreno e a própria forma de manobra escolhida.

7. Fixação dos objetivos intermediários:

- a. Raras vezes poderá o Exército atingir de um só impulso seu objetivo final. Além das limitações impostas pelo "alcance de ação", já citado, outros fatores, não menos imperiosos, concorrem para que sua manobra seja dividida em fases, cada uma delas caracterizada pela conquista de objetivos intermediários.
- b. Se bem que a conquista de um objetivo intermediário não deva retardar a operação, não deve o Cmt do Ex fixá-lo sem ter uma *finalidade bem definida*.

- c. De acordo com a finalidade que presidiu a sua fixação, podem os objetivos intermediários do Exército ser grupados em:
- (1) Necessidade de reajustamento no dispositivo de apoio.
Essa necessidade se refere particularmente ao apoio logístico, podendo também se relacionar com o apoio de fogos aéreos.
 - (2) Necessidade da própria forma da manobra.
A forma da manobra influí poderosamente na marcação de objetivos; cada forma de manobra exige objetivos peculiares, e cujas características se encontram no nosso C 100-15, Cap. 5.
 - (3) Necessidade de segurança da manobra.
Essa necessidade surge quando a posse de uma determinada área é indispensável para a segurança da operação.
É preciso não confundir segurança da manobra com segurança da tropa; desta última são encarregados os escalões executantes, e não cabe marcação de objetivos para atendê-la.
 - (4) Necessidade de reorganização do dispositivo.
Ainda que raras vezes o Exército tenha necessidade de uma parada para reorganizar seu dispositivo, pois suas GU são de organização eminentemente flexível, pode-se admitir que situações apareçam, nas quais, após um esforço prolongado, seja conveniente o Exército marcar objetivos intermediários com essa finalidade.
- d. Quanto à natureza, os objetivos intermediários do Exército podem ser constituídos por acidentes do terreno ou por tropas; este último caso é raro, mas sucede às vezes, particularmente nas operações de perseguição, nas quais, estando o inimigo em movimento, difícil se torna a fixação de objetivos no terreno.
8. Determinação das forças que deverão atuar em cada direção:
- a. Fixadas as direções de atuação e os objetivos, deve o Cmt do Ex determinar quais as forças que deverão atuar em cada uma das direções. Mais que qualquer outra, esta é uma questão de senso tático, de "arte", pois envolve a aplicação de um dos princípios capitais da guerra: o da economia de forças.
 - b. Trata-se, para o Cmt Ex, de determinar para cada direção, as forças necessárias e nada além das necessárias, para a obtenção do resultado previsto: a conquista do objetivo.
 - c. É evidente que não haverá tal problema se houver abundante disponibilidade de forças, mas essa abundância raramente se apresenta nos campos de batalha.
 - d. Como decorrência da carência de forças no Ex, há sempre a possibilidade de faltarem aos subordinados os meios necessários para o cumprimento da missão.

Portanto, deve o Cmt Ex conservar uma reserva ponderável, não só para atender às deficiências em meios reveladas pelas suas GU no transcurso da operação, como para fazer face a situações imprevistas inicialmente.

Complementando o esquema da manobra, cabe ao Cmt Ex eser a organização de comando das fôrças que operarão segundo ireção, os limites entre as GU subordinadas e demais medidas de nação e contrôle, e os planos para emprêgo da reserva.

Conduta da manobra:

As principais variantes a serem adotadas no decurso da operação já devem estar previstas no plano de operações, de tal modo que o Cmt Ex possa conduzir sua manobra perseverando sempre a concepção inicial.

Não obstante, freqüentemente surgirão reações inesperadas do inimigo, as quais forçarão a adoção de modificações na manobra em curso. Convém ressaltar que essas modificações não devem ser de tal natureza que impliquem na aceitação da vontade do inimigo.

Toda a modificação da manobra será levada a efeito com alterações, seja na dosagem de meios, seja na fixação dos objetivos intermediários, seja mesmo nas direções de atuação.

As alterações na dosagem de meios são as mais simples de realizar, se bem que, às vezes, impliquem em algum retardo.

Essas alterações não influem profundamente na manobra, mas estão na estreita dependência da disponibilidade de meios na reserva do Exército.

As alterações nos objetivos podem se traduzir por:

- supressão de objetivos anteriormente fixados;
- marcação de novos objetivos.

Caso desapareçam as necessidades que presidiram a sua fixação ou apareçam novas necessidades.

Essas modificações tampouco têm grande influência na manobra inicial, a qual continuará a ser mantida, pelo menos em suas grandes linhas.

Já as alterações nas direções de atuação redundam em uma readaptação profunda da manobra e importarão mesmo no abandono da concepção inicial e adoção de outra manobra.

Portanto, acarretarão apreciável retardo nas operações, e todos os esforços devem ser envidados para que esse retardo não provoque a perda da iniciativa.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA

(Caso prático)

Ten-Cel Art (QEMA)

ALVARO GALVÃO PEREIRA

1. Informação estratégica: conceitos

Nas primeiras linhas do Prefácio de seu livro intitulado **INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS**, publicado em 1948, Sherman Kent esclarece que o livro "trata das informações necessárias aos estrategistas para elaboração e execução de seus planos". E mais: "nas informações estratégicas, devemos procurar os conhecimentos sobre os quais as relações exteriores do nosso país devem basear-se, na paz e na guerra. Se a política externa é o escudo da república, como disse Walter Lippmann, as informações estratégicas é aquilo que coloca o escudo na hora e lugar exatos. É também aquilo que está sempre pronto para orientar a espada".

Um pouco mais tarde, em 1959, Washington Platt, em "**PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS**", considera como informações estratégicas os conhecimentos relativos às possibilidades, vulnerabilidades e linhas de ação prováveis das nações estrangeiras. Suas finalidades principais são orientar a formulação e a execução das medidas de segurança nacional em tempo de paz, a condução das operações militares em tempo de guerra e o desenvolvimento do planejamento estratégico no período de pós-guerra.

Ambos os autores produziram suas obras sustentados pela experiência própria no trabalho de produção de informações durante a 2ª Guerra Mundial. Seus conceitos parecem revelar a apreensão resultante da tremenda falha das informações americanas no episódio de Pearl Harbor.

Nos dias atuais, o conceito de informações estratégicas aparece ligado à finalidade das informações. São consideradas estratégicas as informações que "têm por finalidade atender às necessidades dos planejadores e executores da Política de Segurança Nacional, bem como as essenciais às decisões dos Comandos de nível estratégico das Forças Armadas". Cabe ressaltar que, no campo da Política de Segurança Nacional, as informações estratégicas também são destinadas à elaboração e à suplementação eventual da execução dos Planos de Aplicação e Preparo do Poder Nacional.

É dentro deste conceito moderno que pretendemos sumarizar um caso prático, e hipotético, de produção de uma informação estratégica.

2. O problema

Utilizaremos a França para o nosso caso prático pelos seguintes motivos:

- é um país militarmente nuclear;
- embora designada para integrar o Comitê de 18 Nações para o Desarmamento, encarregado de preparar um projeto de Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, a França não se fez representar no Comitê, eximindo-se de qualquer participação no projeto de tratado;
- na Assembléia Geral da ONU, a França absteve-se de votar a recomendação favorável ao projeto de tratado elaborado por soviéticos e americanos.

Partimos, portanto, da hipótese de que o Governo francês não assinará o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Dentro desta hipótese, admitamos que o Governo haja apresentado o seguinte problema aos produtores de informações estratégicas:

QUAIS OS RISCOS ECONÔMICOS E AS REPERCUSSÕES POLÍTICAS QUE A FRANÇA ACEITARÁ, RECUSANDO-SE A ASSINAR O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO?

3. Um esquema de solução

Admitamos que os produtores de informações estratégicas hajam cogitado dos seguintes temas:

- a — a França permanece vinculada ao Mundo Ocidental. Neste caso, é indispensável obter um conhecimento do comportamento dos Estados Unidos em relação às atividades pertinentes à energia nuclear;
- b — a recusa em assinar o tratado constitui a fonte dos riscos econômicos e das repercussões políticas a serem estimadas. É óbvio que o texto do tratado e as negociações que precederam à sua elaboração precisam ser estudados em profundidade;
- c — o país é membro do Mercado Comum Europeu e da EURATOM. É, pois, no seio dessas entidades que se devem pesquisar os principais riscos econômicos e repercussões políticas.

O esquema parece-nos bastante bom e permite, desde já, distribuir as tarefas iniciais entre o pessoal especializado. Três pesquisadores seriam empregados, com a seguinte missão:

1º pesquisador: encarregar-se-ia de levantar aspectos técnicos e econômicos das indústrias nucleares norte-americanas e a posição dos Estados Unidos em relação à produção de combustíveis nucleares;

2º pesquisador: estudaria os textos dos diversos projetos de tratado de não-proliferação, levantando a evolução das tendências registradas a respeito dos sistemas de controle e salvaguardas, as sanções previstas contra os que não aderissem ao tratado, os benefícios atribuídos aos signatários e as implicações do tratado para a EURATOM;

3º pesquisador: encarregar-se-ia de levantar as relações comerciais e científicas da França com o MCE, no campo de energia nuclear, e os direitos e obrigações dos membros da EURATOM.

Não é propósito deste sumário abordar o trabalho dos pesquisadores. Por isso, admitimos que tenham eles acionado os meios de busca, ostensivos ou clandestinos, e recebido, ou recolhido, o material necessário ao cumprimento da missão.

4. O resultado do trabalho dos pesquisadores

Com o único objetivo de facilitar a compreensão, vamos apresentar, separadamente, o que poderia ter sido o resultado do trabalho dos pesquisadores. Cabe ressaltar que, na realidade, os três trabalham simultânea e independentemente no setor de pesquisa que lhes foi atribuído.

1º pesquisador — o resultado no seu trabalho estaria resumido no seguinte documento:

Os técnicos admitem que, nos países desenvolvidos, o consumo de energia elétrica cresce mais rapidamente que a população. Depois de 1964-65, época em que a energia elétrica de origem nuclear tornou-se comercialmente competitiva com a produzida pelas centrais clássicas, as previsões de produção de energia elétrica fornecida por centrais nucleares cresceram em progressão acelerada.

Os Estados Unidos encabeçam este movimento. Do total de investimentos norte-americanos destinados às centrais elétricas, em 1965, 20% e, em 1966, 50% foram destinados às centrais nucleares.

As previsões sobre energia elétrica de origem nuclear, feitas pela "Atomic Energy Commission" (AEC), para 1980, variaram da seguinte forma:

Necessidade de potência instalada em 1980	
PREVISÃO FEITA EM	MW
1964	40.000
1965	70.000
1967	120 a 170.000

A capacidade instalada de energia elétrica, de todas as origens, em 1964, era de 240.000 MW.

Neste ponto do trabalho, parece razoável admitir que haja ocorrido ao 1º pesquisador a idéia de que seria útil levantar os mesmos dados para a França, a fim de permitir uma comparação com a situação nos Estados Unidos.

A sugestão seria encaminhada à seção, ou divisão, ou órgão, encarregado de produzir a informação. Admitamos o acolhimento da sugestão e que, por se tratar de um aspecto singular, haja sido endereçado um pedido de busca ao "Commissariat à l'Energie Atomique" (CEA).

Voltemos ao documento do 1º pesquisador.

A consideração da porcentagem dos investimentos destinados às centrais nucleares e das previsões sobre necessidades de potência instalada de origem nuclear, permite inferir que o volume de negócios da indústria nuclear para fins pacíficos representará uma parcela não desprezível do Produto Nacional Bruto.

A indústria nuclear enfrenta a perspectiva de mercado externo em expansão. A indústria nuclear americana compete em condições privilegiadas nesse mercado, não só pelo avanço tecnológico da sua infra-estrutura industrial, como pelo intercâmbio de informações científicas, aproveitadas prontamente no aperfeiçoamento dos produtos industriais. O volume das exportações relacionadas com o campo de energia nuclear aproxima-se, rapidamente, da casa do bilhão de dólares.

Quanto ao urânio enriquecido, combustível utilizado por mais de 70% das centrais nucleares instaladas no Mundo Livre e fora do território americano, os Estados Unidos são, por assim dizer, quase que exportadores exclusivos.

A maioria das reservas de urânio comercialmente exploráveis (custo da extração não superior a 10 dólares por libra-péso) localizam-se nos Estados Unidos, Canadá e África do Sul. Os americanos exercem controle rigoroso sobre mais de 80% das reservas comercialmente exploráveis.

Como conclusão, pode-se registrar que a indústria nuclear americana é uma indústria rentável, com perspectiva de ampliação constante do mercado consumidor interno e externo. Os Estados Unidos controlam a exploração e comercialização do combustível nuclear de maior utilização: o urânio enriquecido.

2º pesquisador — o resultado do seu trabalho estaria assim resumido:

O artigo III do Tratado de Não-Proliferação contém, no seu parágrafo 2º, no tocante ao fornecimento de material nuclear, uma ameaça de marginalização para os países não signatários; isto é, proíbe a todos os Estados signatários a cessão — mesmo para utili-

zação pacífica — de qualquer material ou equipamento nuclear que não esteja sujeito às salvaguardas previstas pelo tratado.

O artigo preserva, também e em certa medida, o interesse da EURATOM porque permite que as salvaguardas sejam negociadas através de acordo entre a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e os países militarmente não-nucleares (países que não fabricaram ou explodiram uma arma nuclear, ou outro artefato explosivo nuclear, antes do dia 1º de janeiro de 1967) e permite que as salvaguardas sejam negociadas por um grupo de países, abrindo a possibilidade de tal negociação entre a AIEA e a EURATOM.

O artigo IV, quando estabelece que "tôdas as Partes dêste Tratado têm o direito de participar do intercâmbio mais amplo possível de informações científicas e tecnológicas no tocante aos usos pacíficos da energia nuclear", constitui outra ameaça de marginalização para os países que não forem Partes do Tratado, no campo da troca de informações científicas e tecnológicas.

O Tratado de Não-Proliferação não impõe restrições nem sujeita a salvaguardas as atividades dos países militarmente nucleares, no campo da energia nuclear. Entretanto, em face dos controles e salvaguardas que impõe aos países militarmente não nucleares, restringe a possibilidade de virem estes países a constituir mercado consumidor para a indústria nuclear dos Estados não signatários e impede que os países Partes no tratado exportem materiais fissionáveis para os países não signatários.

A parte do artigo III que trata das negociações de salvaguardas induz a que se tecam algumas considerações sobre a tendência norte-americana de manter controle rígido sobre as atividades nucleares do Mundo Ocidental, sob a égide da AIEA.

O exame dos acordos bilaterais sobre energia nuclear, celebrados entre os Estados Unidos e Suíça, Japão e Euratom, respectivamente, indica que o controle americano torna-se cada vez mais amplo, abrangendo não só o fluxo de materiais fissionáveis, mas os equipamentos destinados às instalações nucleares e os próprios planos destas instalações. Indica, ainda, que a AEC procura, sistematicamente, confiar este controle à AIEA.

A tendência norte-americana está bem caracterizada no projeto de texto do artigo III do tratado de não-proliferação, apresentado no Senado, em 1966, pelo Senador John Pastore, vice-presidente da AEC. Estabelecia o projeto — modificado, posteriormente, na OTAN:

"Cada Parte se compromete a não fornecer mineral ou material fissionável, ou equipamento especial, ou material não nuclear utilizado para o tratamento ou emprego do material fissionável, a outros Estados, para fins de utilização pa-

cífica, a não ser que estes materiais e equipamentos estejam sujeitos ao controle da AIEA, ou de outros órgãos semelhantes."

Para ilustrar a substância da atitude americana em matéria de controle, transcreve-se o relatório de uma Comissão "ad hoc" constituída pela AEC, em março de 1967.

"As exportações americanas de materiais nucleares, especialmente para a Euratom, só deverão ser autorizadas quando os Estados Unidos dispuserem de uma prova concreta da melhoria real do sistema de controle da Euratom, do compromisso deste organismo de impor os controles da AIEA sobre os materiais nucleares exportados para os países-membros, e de uma pesquisa americana que verifique que não se está destinando uma quantidade equivalente à importada, para fins militares no interior da comunidade da Euratom."

Comentando o relatório, escreveu a publicação americana "Nuclear Industry", de maio de 1967:

"A aceitação desta sugestão interditaria, de fato, a exportação de todos os materiais especiais para a França e poderia até provocar a suspensão das exportações para o conjunto da Euratom."

Em resumo, além das ameaças de marginalização que pesam sobre os países que não aderirem ao Tratado de Não-Proliferação, a tendência norte-americana acerca de controles constitui também uma ameaça. Esta tendência parece visar não só a impedir a proliferação entre os não nucleares, mas também a frear o desenvolvimento da capacidade nuclear das potências já dotadas de armamento atômico.

Parece-nos razoável admitir que, tomando conhecimento do trabalho do 2º pesquisador, o responsável pela produção da informação julgue conveniente dar ciência ao 3º pesquisador do que foi apurado. O documento contém, realmente, algumas implicações de interesse para a Euratom (missão do 3º pesquisador). Assim, no desempenho da função de coordenação do trabalho dos pesquisadores, — que, obviamente, lhe cabe — admitamos que o órgão, ou seção, ou divisão, encarregado de produzir a informação haja encaminhado ao 3º pesquisador uma cópia do documento acima transcrito.

3º pesquisador — poderia ter elaborado o seguinte documento:

O exame do documento preparado pelo 2º pesquisador sugere a necessidade de algumas considerações sobre o problema de abastecimento de materiais fissíeis, antes de apresentar as dificuldades que poderão surgir na Euratom e no Mercado Comum Europeu.

O mineral proveniente de países signatários do Tratado de Não-Proliferação só poderá ser recebido mediante o compromisso francês de utilizá-lo exclusivamente para fins pacíficos. É muito provável que este compromisso implique na submissão às rigorosas normas de controle e inspeção local.

Sem grande risco de erro, pode-se admitir que os Estados Unidos e a União Soviética pressionarão no sentido de que o controle seja exercido pela AIEA, em virtude do Tratado assinado pelos países produtores de minério. A recusa de aceitar tal controle obrigaria a França a renunciar ao abastecimento proveniente dos países signatários do Tratado.

A França poderá tentar persuadir os países africanos e a República Malgaxe, que lhe concederam autorização para explorar minérios uraníferos, a não assinar o Tratado. Em caso de sucesso, terá assegurado um abastecimento livre.

Entretanto, não se pode abandonar a hipótese de que estes países serão submetidos a fortes pressões. É muito provável que a maioria dos países africanos assinem um tratado que já conte com a adesão formal das grandes potências do Leste, do Oeste e do Terceiro Mundo. A posição francesa, já precária em matéria de abastecimento de materiais fissíveis, poder-se-ia tornar extremamente difícil.

Por outro lado, uma atenuação no intercâmbio de cientistas atômicos, uma restrição à venda de patentes de equipamentos atômicos, podem formar o quadro de isolamento que as potências nucleares Partes do Tratado tentarão criar para os países não signatários. Tal situação pode constituir para a França, a curto prazo, um estímulo, mas a longo prazo constituirá sério entrave.

Como conclusão parcial, pode-se admitir que a indústria nuclear francesa ficará sujeita a incertezas de natureza política, as quais combinadas com problemas de ordem econômica e tecnológica retardarão o desenvolvimento nacional.

Quanto à Euratom, o papel atribuído à AIEA pelo Tratado parece condená-la à extinção. Os peritos afirmam que a importância econômica da Euratom é bastante modesta quando comparada com a dos programas nacionais. Entretanto, a ela cabe, sem dúvida, um papel psicológico: é neste organismo que a Alemanha Ocidental se acha em pé de igualdade com os seus parceiros, em matéria de indústria nuclear pacífica; isto é, não sofre a discriminação a que está sujeita acerca de questões militares. Sob este aspecto, o desaparecimento da Euratom agravará as dificuldades de ordem psicológica para a reaproximação européia.

Caso os cinco parceiros da França, na Euratom, assinem o Tratado de Não-Proliferação, torna-se difícil vislumbrar a possibilidade da realização de trabalhos em comum. A participação fran-

cesa poderá provocar uma restrição no auxílio americano, que continua indispensável em certos setores essenciais da indústria nuclear.

Por outro lado, não sendo a França signatária do Tratado, pode surgir entre os outros membros da Euratom a tendência de aproveitar esta situação especial para localizar, em território francês, instalações comuns, particularmente as ligadas à pesquisas, com a finalidade de furtá-las das inspeções da AIEA. Tal fato beneficiaria, por certo, a indústria nuclear francesa, em detrimento dos demais parceiros. Mas, se se considerar a importância prevista da indústria nuclear para a economia dos países, tal tendência poderia conter o germe de uma séria discordia entre os membros do Mercado Comum Europeu.

Como conclusão parcial, pode-se admitir que a não adesão da França ao Tratado de Não-Proliferação põe em risco a existência da Euratom. Caso os outros cinco membros assinem o Tratado, adquirirão condições para receber um auxílio norte-americano muito superior ao que lhes poderia ser proporcionado pela França — e com quem deixariam de realizar trabalhos em comum. Seria econômicamente vantajoso para a França se os países da Europa Ocidental prourassem tirar proveito da situação especial francesa para desenvolverem suas atividades nucleares resguardadas da ação da AIEA. Tal fato, entretanto, poderia provocar, a longo prazo, um desequilíbrio econômico capaz de abalar a estrutura do Mercado Comum Europeu.

5. Dados adicionais

Para encerrar a apresentação do material de que se valeriam os analistas para produzir a informação estratégica solicitada, resta-nos considerar os esclarecimentos que teriam sido prestados pelo CEA, em resposta ao pedido de busca sugerido pelo 1º pesquisador.

Admitamos que a resposta do CEA contenha os seguintes dados:

a) para atender à demanda de energia a França precisará contar com a seguinte potência instalada de origem nuclear:

1980	15.800 Mw
1985	32.500 Mw
1990	58.000 Mw
2000	150.000 Mw

A capacidade instalada de energia elétrica, de todas as origens, era de 27.000 Mw, em 1964.

b) a instalação de uma central nuclear de 500 Mw custará entre 400 e 500 milhões de francos (entre NCr\$ 256 e 320 milhões).

c) um estudo realizado em 1964, mostrou que, para um programa de 15.800 Mw instalados em 1980, o consumo anual de urânio natural deverá ser da ordem de 4.800 toneladas. Uma avaliação otimista dos recursos existentes, em território francês, aproxima-se das 50.000 toneladas (o que permite estimar uma produção racionalizada de 1.200 ton. por ano, durante 40 anos). O restante das necessidades precisa ser obtido nos países africanos e na República Malgaxe, onde a França tem concessões de exploração de minério.

d) a situação de abastecimento de urânio natural tenderá a se agravar se a França assumir o compromisso de abastecer as centrais nucleares que exportar.

6. O trabalho dos analistas

Até agora, passamos em revista a massa de dados que é fornecida ao analista para que ele produza a informação encomendada. Vale recordar que não serão exclusivamente os dados apresentados os que comporão a informação. O analista, conhecedor que é do assunto, dispõe, em sua memória, de outros dados, acumulados durante a produção de informações anteriores, ou colhidos através de literatura especializada. Esta "bagagem intelectual" será, evidentemente, integrada no conjunto de dados disponíveis. O produto final — a informação — será, portanto, o resultado da conjugação de todos os conhecimentos que o analista possui.

Para bem avaliar o trabalho do analista, parece justo que o leitor realize uma comparação entre os documentos produzidos pelos pesquisadores, os dados adicionais e o texto que apresentamos abaixo como sendo a informação produzida.

Em razão do progresso tecnológico e por força da demanda de energia elétrica, a indústria das centrais nucleares adquiriu um impulso considerável a partir de 1964-65. Seu desenvolvimento, no curso do próximo decênio, será um dos fatores mais importantes e sensíveis da economia, nos países desenvolvidos.

Em 1980, a França necessitará de uma potência instalada só de origem nuclear, superior à metade da capacidade total de energia elétrica existente em 1964. O programa de expansão encontrará dois pontos de estrangulamento:

- o aperfeiçoamento da indústria nuclear, obtido através do investimento de recursos financeiros substanciais, do intercâmbio de cientistas e da troca de informações com países nucleares;
- o abastecimento de combustível nuclear.

Aperfeiçoamento da indústria nuclear

A perspectiva para a indústria nuclear francesa é de mercado interno e externo em expansão. Entretanto, em face do avanço

tecnológico alcançado, a indústria norte-americana compete em condições privilegiadas no mercado mundial.

Para se manter atualizada, a indústria tem necessidade de acesso às inovações que surgirem no campo da energia nuclear. Tal acesso é conseguido através do intercâmbio de informações científicas e tecnológicas. A não adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares envolve um risco de marginalização, neste aspecto, por força do que dispõe o artigo IV do Tratado.

Outro risco decorrente da não adesão ao Tratado será a tentativa de isolamento com que as partes contratantes procurarão pressionar os não signatários. Caracterizar-se-á esta tentativa por uma atenuação no intercâmbio de cientistas nucleares e restrição à venda de patentes de equipamentos atômicos. Parecem óbvios os inconvenientes para a indústria nuclear francesa decorrentes de um isolamento da França, no campo da energia nuclear.

Abastecimento de combustível nuclear

Os recursos em urânio natural, existentes em território francês, não são suficientes para atender às necessidades de consumo. A França depende do abastecimento externo. Entretanto, os Estados Unidos controlam a exploração e comercialização do urânio, no Mundo Ocidental. Não aderindo ao Tratado de Não-Proliferação, a França deve esperar até a suspensão de fornecimento de urânio enriquecido por parte dos norte-americanos.

Na melhor das hipóteses, para receber minério uranífero dos países signatários do Tratado, a França teria que assumir o compromisso de utilizá-lo exclusivamente para fins pacíficos. Tal compromisso implicaria na submissão às rigorosas normas de controle e inspeção local, a cargo da AIEA, ou de outra agência internacional que vier a ser criada para este fim. A recusa obrigaria a França a renunciar ao abastecimento proveniente dos países signatários do Tratado. E, nesse caso, a posição francesa, já precária no que concerne ao abastecimento de materiais fissíeis, tornar-se-ia extremamente difícil.

Cabe ressaltar, ainda, que o sistema de controle e inspeção pode representar risco não só para o abastecimento de combustível nuclear, mas também para a indústria nuclear. O sistema da AIEA, por exemplo, não leva em consideração os interesses comerciais. Seus inspetores examinam tanto o fluxo de materiais fissíeis, como os projetos das instalações nucleares e dos componentes de qualquer máquina ou ferramenta a ser utilizada no campo da energia nuclear.

Esta consideração leva a aceitar como vantajosa a não assinatura do Tratado — com a consequente isenção à inspeção. Esta vantagem será tanto maior quanto maior o número de países, em

condições de se tornarem mercado consumidor para a indústria nuclear, que deixarem de aderir ao Tratado. Parece óbvio que o fator inspeção provocará dúvidas no consumidor acerca da rapidez na entrega da encomenda, no fornecimento de peças para substituição e em outros aspectos imponderáveis. Ao se deparar com a escolha entre adquirir um reator nuclear em um país sujeito à inspeção e outro isento dela, parece óbvia a opção do comprador.

Repercussões políticas

A dependência do exterior para abastecimento de combustível nuclear levou a França a obter concessões para prospecção e exploração de jazidas uraníferas na África e na República Malgaxe. Em face das restrições contidas no Tratado de Não-Proliferação, a França terá que realizar uma ofensiva diplomática nos países africanos, com a finalidade de persuadi-los a não assinar o Tratado.

Entretanto, não se pode abandonar a hipótese de que esses países sejam submetidos a fortes pressões, além de promessas de solução para problemas angustiantes da África negra (a situação do Sudoeste da África, por exemplo). Parece justo estimar que a maioria dos países africanos assine um tratado que já conte com a adesão formal das potências do Leste, do Oeste e do Terceiro Mundo. Nesta hipótese, não há como esconder a probabilidade de insucesso da ação diplomática francesa.

Na Europa, caso os cinco parceiros da França na Euratom assinem o Tratado, por força das restrições que o mesmo impõe, torna-se difícil vislumbrar a possibilidade da realização de trabalhos em comum com os franceses. Além do mais, a participação francesa poderá provocar a retração do auxílio norte-americano, que continua indispensável, para a Europa Ocidental, em certos setores essenciais da indústria nuclear. Estas considerações levam a admitir que paira sobre a Euratom a ameaça de esfacelamento.

O país mais afetado, caso se concretize essa ameaça será a República Federal Alemã. Não só porque o seu programa nuclear é amplo — precisa alcançar uma potência instalada, de origem nuclear, da ordem de 20 a 25.000 Mw, em 1980 — mas também pelo efeito psicológico favorável que a Euratom representa para a RFA. É neste organismo que a Alemanha Ocidental se acha em pé de igualdade com os seus parceiros europeus, isto é, não sofre a discriminação a que está sujeita no que concerne a questões militares. Sob este aspecto, o desaparecimento da Euratom agravaria as dificuldades de ordem psicológica para a reaproximação europeia.

Não sendo a França parte no Tratado, poderiam os demais membros da Euratom (admitidos aqui como signatários) aproveitar a situação especial para localizar, em território francês, instalações nucleares, particularmente as ligadas à pesquisa, com a

finalidade de isentá-las das inspeções. Neste caso, beneficiar-se-ia a indústria nuclear francesa. Entretanto, considerando que, a curto prazo, a indústria nuclear representará uma parcela não desprezível do Produto Nacional Bruto, ao benefício para a França corresponderia um prejuízo para a economia dos parceiros europeus. Este germe poderia provocar, a longo prazo, um desequilíbrio econômico capaz de abalar a estrutura do Mercado Comum Europeu.

7. Observação final

Este caso prático de produção de uma informação estratégica foi montado em bases hipotéticas. O leitor desperdiçará tempo, se procurar realizar uma pesquisa para averiguar a veracidade dos dados apresentados. Entretanto, aproveitará o esforço despendido na leitura, se procurar comparar o resultado do trabalho dos pesquisadores com a informação produzida. Isto mostrar-lhe-á, por exemplo:

- que o analista utilizou parte de sua "bagagem literária" (a hipótese da opção do comprador do reator nuclear não figura nos documentos elaborados pelos pesquisadores);
- que o analista precisa de dados numéricos e estatísticos, levantados pelos pesquisadores, para bem avaliar o problema, mas não precisa transmiti-los, integralmente, ao destinatário da informação;
- que o analista não realiza um estudo de estado-maior; logo, não formula, nem sugere linhas de ação ao destinatário da informação.

O leitor poderá concluir, por exemplo, que a informação produzida não abordou a hipótese de um entendimento entre Paris e Pequim, no campo da energia nuclear. É verdade; possivelmente a informação produzida não esgotou completamente as alternativas para o problema proposto. Neste caso, o destinatário da informação *realimentaria* o produtor, interrogando-o especificamente sobre a hipótese de cooperação franco-chinesa.

Ao ler este trabalho, um analista experiente poderá achar que faltou realizar um levantamento do grau de dependência da França, em relação às potências nucleares, durante todo o período de desenvolvimento de sua tecnologia nuclear até o momento atual.

Muitos outros ensinamentos podem ser colhidos através da análise deste trabalho. Os Oficiais que se dedicam à produção de informações estratégicas — artigo de consumo cada vez mais intenso, na medida em que o país vai adquirindo projeção internacional — beneficiar-se-ão dos erros cometidos pelo autor para aprimorarem suas técnicas de produção de informações.

Esta parece ser uma tentativa para retirar a produção de informação estratégica do campo nebuloso, ou orbital, das conceituações doutrinárias ou das exemplificações genéricas e situá-la no nível objetivo dos casos práticos. O nosso objetivo foi só esse...

OS CONFLITOS MODERNOS E A GUERRA DO VIETNÁ

Gen CARLOS DE MEIRA MATTOS

I

Não é fácil de se compreender a natureza dos conflitos modernos. O advento da bomba atômica, em 1945, provocou tremenda desorientação na mente dos clássicos da política e da estratégia militar. É que surgia uma arma ofensiva, de poder de destruição inimaginável, provocando a derrocada do equilíbrio militar entre "a lança e a couraça", ou melhor, entre os meios de ataque e a capacidade de defesa. A bomba de Hiroshima deu a impressão aterradora de que a eficácia de um esforço de defesa, dali para diante, seria inútil.

Em que pésem as sucessões de conflitos armados que vêm sacudindo a humanidade desde os tempos pré-históricos, o equilíbrio do poder sempre se baseou, até a bomba de Hiroshima, na relativa equivalência entre as armas ofensivas e as defensivas. Aos canhões de Verdun que aos milhares sacudiram, durante meses a fio, as colinas e vales do estreito compartimento entre o Mosa e o Mosela, opôs-se os abrigos e entrincheiramentos que protegeram a vida de milhões de combatentes. Aos gases de combate apresentou-se a contrapartida das máscaras com filtros. A arma aérea deu-se a resposta da caça no ar e da defesa antiaérea. Mas, à bomba atômica, e à mil vezes mais poderosa bomba de hidrogênio, que resposta dar? Eis o impacto causador do desequilíbrio estratégico do mundo em que vivemos.

Os Estados Unidos, primeiros possuidores da bomba atômica e depois da termonuclear, gozariam durante pouco tempo do privilégio da exclusividade desses engenhos ofensivos. Imediatamente após as duas explosões de 1945, no Japão, a União Soviética lançou-se com afinco e decisão no campo das pesquisas, levando para os seus laboratórios o que de melhor havia entre físicos e cientistas encontrados na devastada Alemanha. Poucos anos após Hiroshima a União Soviética explodiu a sua bomba similar nos desertos siberianos. Os Estados Unidos deram novo avanço em potencialidade experimentando a bomba de hidrogênio, seguidos um ano após pelos russos. Chegou-se assim, novamente, ao equilíbrio, mas agora apenas ao equilíbrio do poder, à base de engenhos de agressão e não mais em termos do velho equilíbrio entre "a lança e a couraça".

A sensação dominante entre os políticos e os estrategistas das duas superpotências, restabelecido esse equilíbrio de poder, era o de que quem precedesse no ataque, quem surpreendesse o adversário arrasaria inapelavelmente os objetivos vitais do país contrário. A resposta a essa convicção foi dada por uma estratégia chamada a "estratégia da retaliação nuclear", mantendo-se o surpreendido em condições de resposta instantânea — aviões permanentemente no ar portadores de bombas e foguetes intercontinentais com ogiva nuclear prontas a serem acionadas por botões.

A estratégia de retaliação nuclear, pela certeza da destruição total dos possíveis contendores nucleares, teve o efeito benéfico de paralisar a pretensão de fazer desencadear a guerra nuclear em busca de objetivos políticos. Clausewitz já dizia que "a Guerra é a continuação da Política com outros meios". Assim era e continua sendo a guerra um instrumento da Política. Ora, politicamente, não oferece lógica destruir, tendo como opção certa ser destruído. Eis aí "os fatos paralisantes" a que levou a estratégia nuclear e o descambiar da guerra, dos atos de força, para o campo secundário das chamadas guerras limitadas, guerras subversivas, guerras revolucionárias, guerras psicológicas, onde se procura medir forças usando as armas psicológicas e convencionais, mas tomando-se todas as medidas para evitar a hecatombe atômica.

O mais conceituado estrategista da França atual, o General Beaufre, autor de dois livros recentes "Introduction à la Strategie" e "Dissuasion et Strategie", assim comenta a influência da arma nuclear do domínio da estratégia. "A aparição da arma nuclear, considerada a princípio como uma maldição, trouxe uma solução imprevista, porque ela evidencia, cada vez mais, como o mais possante estabilizador que o homem tem conhecido desde as origens dos séculos".

O conflito do Vietnã, tão mal compreendido e analisado pela maioria dos comentaristas, é um desses tipos de guerra secundária a que conduziu os desbordamentos de força entre as superpotências imobilizadas pela estratégia nuclear.

Segundo o critério clássico, o conflito do Vietnã pode ser caracterizado como guerra revolucionária, naquele conceito dado por Mao Tsé Tung e hoje difundido por todo o mundo — é uma guerra movida por um grupo inspirado pela dinâmica ideológica marxista-leninista. A sua dimensão atual dá-lhe, nesse quadro, predominância psicológica, característica de guerra limitada, com o emprêgo de armas convencionais e da guerrilha.

Tanto os Estados Unidos como os seus principais adversários nesse conflito — a URSS e a China Comunista — têm enorme interesse em buscar uma solução limitando a área conflitante, quer no seu aspecto geográfico, quer, particularmente, no referente a natureza das armas empregadas. Essa imposição limitativa veio ressaltar a importância do controle político nas guerras secundárias coagindo a iniciativa dos chefes militares responsáveis pelas operações.

Por ocasião da Guerra da Coréia, já se destacou a relevância em não permitir que uma imprudência generalizasse o conflito, o que exigiu um estreito controle das operações militares pela Casa Branca, resultando num longo período de atritos entre o Presidente Truman e o General Mac Arthur e a consequente demissão deste. Na atual Guerra do Vietnã repete-se o mesmo fenômeno. Após um longo período de mais disfarçada tensão entre a direção política, encarnada pelo Presidente Johnson e o Secretário McNamara, e a chefia militar, deu-se o afastamento do Secretário McNamara incapaz de aguentar por mais tempo as pressões desgastantes dos desentendimentos quase diários entre a liderança política que se excede em cautelas querendo impedir a generalização do conflito e o comando militar que precisa de maior margem de iniciativa operacional para cumprir a sua missão.

II

"Quando um governo decide fixar um objetivo limitado para sua estratégia, um general que procure derrotar decisivamente o inimigo, mesmo agindo dentro de suas necessidades operacionais, poderá causar muito mais mal do que bem à política de guerra estabelecida."

LIDDELL HART

A Guerra Limitada é uma decorrência do perigo nuclear. É o fruto da consciência de que a Guerra Global, com o emprêgo ilimitado dos meios atómicos representa, inapelavelmente, a destruição de ambos os contendores que chegaram ao equilíbrio do terror, à base da estratégia da retaliação nuclear, baseada no princípio da represália instantânea.

A Guerra Limitada é uma forma da chamada Guerra Indireta que mereceu de um dos mais conhecidos e lidos estrategistas contemporâneos, o inglês Liddell Hart, no seu livro "Strategy", o seguinte conceito:

"Estamos em uma nova era da estratégia, muito diferente da que era admitida pelos defensores do poderio atômico-aéreo. A estratégia que está sendo atualmente desenvolvida pelo mundo, por nossos adversários, é inspirada na dupla idéia de esquivar-se de um poder aéreo superior e anulá-lo. Irônicamente, quanto mais temos desenvolvido o efeito maciço das armas de bombardeio, tanto mais auxiliamos a estratégia da guerrilha."

E mais adiante, continuará Liddell Hart: "A suposição de que o poderio atômico eliminou a estratégia é mal fundada e enganosa. Levando a capacidade de destruição a um extremo "suicida", ele estimula e acelera

o retorno aos métodos indiretos que são a essência da estratégia — por dotarem a guerra de propriedade de inteligência que a elevam acima da aplicação da força bruta".

Afirmava o nosso grande mestre de estratégia, o então Gen Humberto Castello Branco, numa conferência na Escola Superior de Guerra, em 1961, que "a Guerra Limitada é uma forma que deverá restringir o emprego das armas nucleares, inclusive relativamente a áreas geográficas; verifica-se logo que a limitação deve referir-se à ausência das armas nucleares estratégicas podendo-se admitir a utilização das armas nucleares táticas".

A guerra limitada traz, portanto, na sua própria essência, o designio político que lhe dá o nome, isto é, a subordinação de executá-la impedindo o seu aлаstramento e sua transformação numa hecatombe global.

Dai lhe decorrem duas características que é preciso bem compreender. A primeira é que se trata de um conflito "medido", no qual o emprego da força, a natureza dos engenhos bélicos e a extensão geográfica são calculadosmeticulosamente, a fim de impedir que os efeitos ultrapassem os fins almejados. A segunda, decorrente da anterior, é que a responsabilidade por essa limitação de meios, de armas e de área, passa a se revestir de caráter tão essencial, que o comando político da guerra sente a necessidade de ter ingerência direta no controle das operações militares.

O bom entendimento dessas duas características da Guerra Limitada evitaria uma série de juízos apressados e críticas infundadas que se leem, freqüentemente, sobre a conduta política e militar da Guerra do Vietnã, tanto pelo governo de Washington, como pelos de Moscou e Pequim.

Na verdade, da mesma maneira com que na área ocidental causa certa perplexidade o fato de uma nação militarmente poderosa como os Estados Unidos estarem se desgastando, psicológicamente, num conflito de pequena envergadura, não faltando quem considere essa delonga como uma prova da fraqueza militar norte-americana, assim também na área dos países satélites não se entende por que os russos e chineses permitem que uma pequena nação aliada — o Vietnã do Norte — seja asfixiada aos poucos sem intervirem diretamente no conflito.

Cada passo nessa Guerra do Vietnã é medido e pesado cuidadosamente pelos governos de Washington e Moscou, e alguns arroubos mais irracionais do governo de Pequim têm sido convenientemente contidos pelos soviéticos.

Ambos os governos têm bem presentes os perigos de uma generalização ou globalização do conflito vietnamita. Não seria difícil para a Casa Branca, e isto atenderia aos apelos de uma corrente ponderável da opinião pública norte-americana, concentrar o seu poderio militar sobre a pequena e fraca nação de Ho Chih Minn, e aniquilá-la em poucos dias. Mas, isto valerá a pena, dentro dos objetivos da guerra limitada? Uma atuação militar desta natureza não resultaria fatalmente numa generali-

zação do conflito, obrigando a China de Pequim ou a União Soviética, também, intervirem com tódas as suas forças contra os Estados Unidos a fim de não "perderem a cara" perante os seus aliados?

E, por outro lado, quais são os objetivos dos Estados Unidos nesse conflito? Derrotar militarmente o Vietnã do Norte? Não, os objetivos políticos e estratégicos da presença militar norte-americana no Vietnã visam: preservar a existência política da República do Vietnã do Sul e, por este meio, opor um obstáculo de contenção à expansão comunista no sudeste da Ásia.

Do ponto de vista político e estratégico, a consecução dos objetivos acima, preservam a autoridade e a confiança nos Estados Unidos na área, onde são fiadores da sobrevivência de inúmeros Estados ameaçados pela expansão do imperialismo chinês — Índia, Burma, Laos, Cambódia, Tailândia, Federação Malásia, Indonésia e, indiretamente, o Japão e as Filipinas. Dizemos indiretamente o Japão e as Filipinas porque os arquipélagos nipônico e filipino por mais sólidos que sejam, politicamente, não resistiriam por longo tempo ao cerco de estados comunistas, agressivos, por tóda a vertente continental do Mar da China e Mar do Japão.

E um engano pensar-se que nações como a Índia e a Indonésia, muitas vezes consideradas neutralistas, sejam favoráveis a uma política de desengajamento dos Estados Unidos no Vietnã. Essas nações, em que peseem pronunciamentos políticos de seus governos, ditados por conveniências táticas, sabem muito bem que, se os Estados Unidos entregarem o governo de Saigon à sua própria sorte, este será engolido em curto prazo e fundido ao governo de Hanói — titere das grandes centrais comunistas de Moscou e Pequim. Estas duas centrais divergem entre si em muita coisa ideológica e doutrinária, mas ambas ajudam materialmente a Ho Chih Minn a prosseguir na guerra. Sabem também os governos de Nova Déli e Jacarta, que o êxito do expansionismo comunista no Vietnã marcará o inicio de nova aventura.

Os Estados Unidos, queiram ou não, foram içados à missão de responsáveis pela preservação da sobrevivência democrática no mundo. Imensas divergências separam os líderes e o povo norte-americano sobre o sentido, o dimensionamento e a conveniência desta missão, mas, enquanto se discute livremente na imprensa, em congressos e no Parlamento dos Estados Unidos, todos os governos que ocuparam a Casa Branca desde o final da 2ª Guerra Mundial foram obrigados a exercer esse antipático dever de "policia internacional".

No quadro geral da estratégia o que fazem os Estados Unidos são estratégias de contenção regional, bem caracterizadas na Europa quando do estabelecimento da chamada "linha Trumam" em 1948, na Coréia em 1950, e agora no Vietnã, visando, tódas, barrar a expansão do comunismo no mundo. Essa estratégia de contenção geográfica do expansionismo vermelho, vem dando como resultado alguns conflitos da forma de guerra limitada, tal como aconteceu na Coréia e sucede agora no Vietnã.

Dentro das regras do jogo da estratégia de guerra limitada verifica-se, no Vietnã, que os Estados Unidos, dentre muitos insucessos, vêm capitalizando alguns êxitos substanciais entre os quais se destaca o de obrigar o governo de Hanói a vir a participar e sofrer diretamente a guerra, engajando várias divisões do Exército norte-vietnamita. A situação anterior, durante o primeiro ano do conflito, era muito mais favorável ao governo de Hanói — fonte ativadora direta da crise — pois a República do Vietnã do Sul era mantida em ambiente permanente de guerra de guerrilhas pela ação apenas dos vietcongs, estimulados e supridos pelas fronteiras do norte. A "escalada", iniciada em fins de 1965, representando o aumento progressivo da pressão militar, com as limitações impostas pelo propósito de não generalizar o conflito, vem engajando a nação vietnamita mais e mais no conflito, obrigando-a à mobilização de suas próprias forças e ao sofrimento dos bombardeios sobre seu território.

A "escalada" norte-americana, uma espécie de estratégia de dissuasão, no sentido de convencer de que a guerra não compensa, escolheu como "objetivo limitado" a República norte-vietnamita, que vinha fazendo uma cômoda guerra por procuração. A premissa que inspirou a estratégia da escalada foi que, submetido aos rudes sofrimentos da guerra sobre a sua própria carne, o governo de Hanói passaria a desejar a paz e a negociá-la. No momento em que Ho Chih Minn concordar em sentar-se a uma mesa de conferência de paz, suspensando as operações, terá iniciado o êxito da escalada. Isto porque, é preciso compreender-se que o objetivo dos Estados Unidos não é a conquista militar da República do Vietnã do Norte, mas, dentro do quadro geral da sua estratégia de contenção, preservar a República do Vietnã do Sul, barrando assim a expansão do comunismo asiático, estimulando e conservando no sudeste asiático uma coligação de Estados aliados.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

CENTROS DE INSTRUÇÃO

Ten-Cel Inf (QEME)
HELIO AUGUSTO CANONGIA

I

A máxima de Napoleão — “Conhece-se um Exército pelo valor de seus Quadros” — constitui uma constante preocupação dos Exércitos modernos. Realmente, o Exército que não possuir oficiais e sargentos com alto grau de instrução está fadado à derrota, quando em guerra. A EsPCE, a AMAN, as várias Escolas Especializadas, a EsAO, a ECEME e a EsSA têm sido a nossa resposta à acertiva de Napoleão. Entretanto, face à evolução rápida dos meios de combate, urge que seja dada nova estrutura à formação e aperfeiçoamento, quer de oficiais como de sargentos, com prioridade à formação de sargentos em face das necessidades do Exército e deficiências do processo ora adotado.

A área de recrutamento para a formação de sargentos, na EsSA, tem sido muito boa. Anualmente, para 500 vagas, apresentam-se cerca de 10.000 elementos civis e militares. A matéria humana, portanto, é a melhor possível e poder-se-ia aproveitar um número maior de candidatos, selecionados em exame, não fôssem as injunções de ordem material e de pessoal.

Para contornar esse inconveniente, viu-se o Exército forçado a fazer funcionar Cursos de Formação de Sargentos no âmbito dos Exércitos e CMA. A seleção intelectual para esses Cursos é inferior à destinada aos candidatos à EsSA. Ademais, em face dos inúmeros encargos das Organizações Militares, as mesmas não estão, realmente, em condições de arcar, apesar de seus esforços, satisfatoriamente, com mais esse acréscimo de trabalho relativo à Formação.

O resultado do processo adotado no momento, traduz-se por grande desuniformidade da instrução e de avaliação da aprendizagem, o que propicia repercuções negativas, particularmente, quanto ao estímulo à carreira.

Há, portanto, necessidade de se adotar um outro processo de Formação e quiçá de Aperfeiçoamento de Sargentos para sanar as deficiências apontadas e esse processo encontra guarida na criação dos CENTROS DE INSTRUÇÃO das Armas e de Instrução Básica Militar.

II

Os Centros de Instrução serão Organizações Militares destinadas à Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, mantendo a possibilidade de ampliação, para atenderem à Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais.

Dentro dessa ordem de idéias, os Centros de Instrução deverão ter áreas e condições suficientes para satisfazerm as necessidades atuais e futuras, por forma a poder cumprir tódas as suas finalidades. Torna-se necessário também que fiquem próximos a uma ou mais OM, a fim de que obtenham os meios, em pessoal e material, necessários à realização de demonstrações e exercícios de combinação de armas.

Para isso, os Centros deverão possuir as seguintes características:

- autonomia administrativa em curto prazo;
- aquartelamentos para o efetivo total previsto e possibilidades de ampliação gradativa;
- campos de tiro e de instrução compatíveis com os fins a que se destinam;
- fração de tropa para serviços diversos;
- material moderno e pessoal altamente qualificado como instrutor e monitor.

Considerando o custo da implantação dos CENTROS, bem como a urgência ditada pelas necessidades do Exército, pode-se estabelecer a seguinte prioridade:

Numa 1^a fase:

- a) Centro de Instrução Básica Militar;
- b) Centro de Instrução de Infantaria;
- c) Centro de Instrução de Cav e Blindados.

Numa 2^a fase:

- a) Centros de Instrução de Artilharia (Art Camp, Art Cos e AAé);
- b) Centro de Instrução de Engenharia;
- c) Centro de Instrução de Comunicações.

— O Centro de Instrução Básica Militar é indispensável ao atendimento das diferentes especialidades pelas seguintes razões:

No momento, dos 500 alunos que são matriculados na EsSA, aproximadamente 350 alunos, após o Período Básico, são destinados às diferentes Escolas, tais como: EsIE, Es Corn, EsMB, EsACosAAé, etc. Ocorre que essas Escolas têm capacidade superior ao número de alunos que recebem e com isso trabalham com capacidade ociosa

sendo impossível ao EME distribuir maior número de alunos a essas Escolas, porque sobrariam poucos alunos na EsSA, a fim de cursarem o 2º Período, isto é, para a formação de Sargentos das Armas. Não se pode pensar que o problema estaria resolvido com a ampliação da EsSA, porque haveria necessidade de uma exagerada ampliação, provavelmente, para comportar 2.000 alunos, com restrições particularmente em seu campo de instrução. Outrossim, tal medida exigiria vultosas verbas, aumentaria a complexidade do ensino e funcionaria com capacidade ociosa a partir da distribuição dos alunos às Escolas de Especialização.

Com a criação do CIBM esse inconveniente seria sanado e as Escolas poderiam trabalhar a tóda carga.

— Com o aproveitamento do atual efetivo da EsSA é possível organizar-se os Centros propostos.

Para isso, basta que se lance mão das atuais Seções, de cada Arma em pessoal e material, existentes na EsSA e, se fôr preciso, de alguns oficiais e praças das OM da área.

— Esses Centros poderiam se situar em sedes de Unidades desativadas e o mais indicado é ficarem vinculados à linha do ensino, isto é, subordinados à DGE.

— Como primeiro estudo, os Centros de Instrução poderiam ser localizados:

- Infantaria — EsSA (Três Corações);
- Cav e Bld — 2º BCCL (Santo Ângelo), Saicá ou 17º RC (Pirassununga);
- Art Camp — 3º RO 105 (S. Maria) ou 2º RO 105 (Itu);
- Art Cos AAé — 1º G Can 90 (Deodoro) ou 2º GACos (Urca);
- Engenharia — 5º BE Cmb (Rio Negro);
- Comunicações — Es Com (Deodoro);
- Básica Militar — 17º RC (Pirassununga), 1º RJ ou 2º RI.

Os Centros de Instrução, à medida que forem se expandindo, poderiam receber outros encargos como sejam:

- formar oficiais das Armas;
- aperfeiçoar oficiais das Armas.

Nessa altura dos acontecimentos a AMAN ficaria restrita à parte ligada à Instrução Básica Militar e a EsAO ao aperfeiçoamento de oficiais dos Serviços e de Material Bélico.

III

Como se pode constatar, particularmente a formação de sargentos, está exigindo uma reestrutura imediata no seu processamento.

O prazo de formação de sargentos em 20 (vinte) semanas é pouco, e não atende às peculiaridades da guerra moderna e a evolução do material.

Com a criação dos Centros de Instrução, essa formação poderá ser mais longa e mais objetiva, permitindo inclusive que o sargento se habilite ao exercício de várias QMP.

Com isso estariamos eliminando um grande número de QMP, facilitando o processo de movimentação e promoção. Essa redução de grande número de QMP, há muito almejada, só seria possível com a formação dos Sargentos em Centros de Instrução, isto é, em Órgãos estruturados para instruir a praça objetivamente, sem outros encargos, a não ser o específico de instruir, tão-somente.

Os Centros de Instrução, em face da deficiência de recursos, inicialmente devem ser criados em áreas que permitam o aproveitamento, de instalações, material e pessoal.

A medida que se forem expandindo receberiam outros encargos quais sejam:

- aperfeiçoar Sargentos;
- formar Oficiais das Armas;
- aperfeiçoar Oficiais das Armas.

Acredito que essa é a solução para os nossos dias e que os nossos Chefes estejam meditando sobre o assunto, porque, particularmente as necessidades atuais de formação e aperfeiçoamento de Sargentos e o grande número de QMP existentes, exigem uma reformulação do processo ora adotado para a eficiência operacional do Exército.

O MEDO: SEUS EFEITOS EM COMBATE

Cap. Inf
GELMO A. BARBOSA FREGAPANI

O MEDO É DO TAMAÑHO QUE A GENTE FAZ (ditado caboclo)

Em nossa vida diversas vêzes ouvimos a afirmativa que só os loucos não têm medo, que o bonito é dominar o medo e outras afirmativas neste sentido. É crença geral que:

- O medo é fisiológico e normal nas situações de perigo;
- O medo é inevitável;
- Se conseguimos dominar o medo, cumpriremos corretamente nossas missões por mais perigosas e assustadoras que sejam.

A luz da psicologia e da biologia podemos afirmar que nenhuma destas afirmações é verdadeira, pois o perigo não traz medo a todas as pessoas; o medo é facilmente evitável se usamos métodos corretos e o que é mais importante é que o medo, quando apenas recaudado, é altamente inibidor desqualificando o homem para as funções que exigam qualquer tipo de habilidade e rapidez de raciocínio.

Afirma o psicólogo E. Mira Y Lopez em sua obra *Os Quatro Gigantes da Alma*, que o medo é congênito e se pode provocá-lo em crianças recém-nascidas pela simples sensação de queda.

Já o médico e psiquiatra David H. Fink assegura que o medo não passa de uma preparação do corpo para a fuga, um efeito portanto fisiológico. Os músculos ficam tensos, as vísceras comprimem-se e sobem. A adrenalina é injetada no sangue, e se a fuga for pelo método natural, isto é, correndo, sem dúvida que o medo aumenta de muito a velocidade e facilitará a corrida.

Quando a fuga é ou parece impossível o efeito será uma inibição fortíssima, chegando por vêzes ao estado cataléptico, que é uma inibição total. Quem de nós não viu colegas "cristalizados" na banca de Física?

Analisemos o medo em si. Não há dúvida que é uma sensação de mal-estar. É nítida a compressão nas vísceras de baixo para cima, bem como a necessidade de micção. Mais difícil de observar, ainda que mais importante, é a tensão muscular. Na maioria dos indivíduos a tensão fica estampada na face. Todos nós já vimos o rosto de

um amigo empalidecer de medo. O que aconteceu? Apenas o seguinte: os vasos sanguíneos do rosto são tubos musculares, com o medo estes contraem reduzindo a quase nada seus diâmetros internos.

Os mais controlados conseguem desfazer esta máscara e com isto perdem grande parte do medo, mas raramente se lembram de relaxar os grandes músculos dos membros e tronco.

A hipófise, pequena glândula que temos sob o cérebro, injeta hormônios no sangue que farão funcionar outras glândulas, que por sua vez injetarão hormônios como a adrenalina e outros que provocarão as reações citadas, que não são senão a preparação do corpo para a fuga.

A idéia base será sair do lugar ou afastar-se do perigo.

Como vemos, o medo é uma reação do corpo a uma atitude mental. Não é a atitude mental em si embora seja provocada por esta.

A mente fala ao corpo: "isto é perigoso". O corpo responde preparando-se para a fuga. Esta preparação é o medo.

O alerta da mente que dá origem ao medo é motivada pelo desconhecimento ou o condicionamento.

Quando percebemos um perigo, as células cinzentas dão o alerta ao corpo todo, mas acontece que muitas vezes o perigo é mais imaginário do que real. Observamos com freqüência no CIGS que as primeiras vezes que um homem entra na selva e principalmente na primeira noite sente verdadeiro pavor de cobras gerando fatos que poderiam ser ridiculos se contados aqui, mas não o eram para o estreante na selva. Algumas semanas mais tarde, este mesmo homem se desloca com desembaraço pela selva, por quê?

O medo do desconhecido é a resposta. Normalmente não se teme um perigo que se sabe exatamente qual seja, mas o desconhecido é o desconhecido.

Quando o perigo é conhecido em todos seus detalhes, é mais provável que o corpo se prepare para o enfrentar. Somente se sentirá medo quando houver um condicionamento anterior, e o medo será a preparação do corpo para a fuga. A preparação do corpo para enfrentar o perigo não é o medo.

Todos conhecemos a história do cão de Pavlov, mas nunca será demais repetir aqui:

Pavlov, fisiologista russo não podendo estudar estas coisas no homem experimentou em cães. Poderia ter usado a altura com estímulo experimental. Mas não o fez.

Usou uma campainha que ainda hoje soa no mundo científico.

É sabido que quando se põe um pedaço de carne em frente a um cão, suas faculdades sensoriais levam esta impressão ao cérebro que ordena inconscientemente as glândulas: preparar que a comida já vem. Duas destas glândulas produzem salivas e o animal comece a babar.

Qualquer pessoa sabe disto, é um fenômeno natural. Poderia porém um estímulo que nada tivesse a ver com o alimento produzir o mesmo efeito?

Pavlov experimentou, fazendo soar, pouco antes de trazer a carne, uma campainha, até que o cão associou uma a outra.

Dentro de pouco tempo, sempre que o cão ouvia soar a campainha, suas glândulas punham-se a trabalhar e ele salivava quer se lhe oferecesse ou não a carne.

Pavlov descobrira assim que as reações glandulares, uma função do corpo que não está normalmente sob o controle da vontade, podem ser treinadas e responder a estímulos artificiais.

Foi dado a esta relação o nome de "reflexo condicionado".

No pára-quedismo é que se pode observar com mais facilidade estes fenômenos. Não se trata do desconhecido pois se sabe exatamente a extensão do perigo. Não é um medo racional pois o perigo está mais dentro do cérebro do que fora.

Todas as recusas do salto da torre que tivemos oportunidade de analisar foram efeitos de condicionamento trazidos da infância.

Certa vez um coronel pára-quedista, decepcionadíssimo com a recusa do filho em saltar da torre pediu-me para submetê-lo a hipnose. Em uma regressão de idade o rapaz contou aigo de que não se lembrava quando acordado. Aos oito anos subira em uma torre da Igreja e escorregara ficando pendurado. É indescritível o pavor que sentiu. O pai lembrou-se desta cena quando lhe foi contada e explicou-me como o tirara de lá e o advertira. Embora conscientemente não se lembrasse de nada o nosso jovem quando via o solo do alto da torre associava a altura com sensação de medo que sentira outrora. Destruída esta associação por meio de uma sugestão hipnótica, o rapaz tornou-se pára-quedista militar, para orgulho do pai.

Podemos imaginar esta citação: Joãozinho com seus três anos está olhando pela janela do segundo andar, um tanto para fora. Sua tia com a melhor das intenções aproxima-se por trás e lhe dá uma sacudidela para que tenha a sensação de queda. "Viu, se você fica aí você vai cair". "É preciso deixar este menino com medo de cair, do contrário ficará tão afoito que cairá" pensa ela.

Outra vez em cima de um muro ouviu a advertência "vai cair, cair". Quando adolescente vê um companheiro cair de um andaime e quebrar a coluna ficando paralítico. Isto completa seu condiclo-

namento. É claro que nunca pensará em ser pára-quedista, mas também ao servir ao Exército se recusará a passar no pórtico.

Não é comum uma pessoa sentir medo em uma janela de edifício mas o Joãozinho ficará sempre aterrorizado.

Já vimos o que acontece quando a cura é ou parece impossível em um grande medo: a inibição.

Seu efeito é a paralisação, total ou parcial.

Vejamos os exemplos: Um novato defronta-se na selva com uma onça. A inibição o impede de utilizar-se de uma arma que tem nas mãos, ou então tirará a eficiência de seu tiro.

Um pára-quedista tem um acidente no pára-quedas. Deixa de acionar a reserva pela inibição do medo.

Um comandante tem que raciocinar sob o fogo, o medo não o deixa analisar corretamente a situação e o inibe de tomar decisões. Esta inibição existirá também se ele não estiver pessoalmente sob o fogo, mas temer as consequências de sua decisão, e até mesmo em uma sala de aula.

Finalmente, o mais comum, uma tropa sofre um ataque noturno. Haverá uma luta entre o gigante Negro da mente "o medo" e o gigante Verde "o dever" com resultados diversos conforme a graduação dos dois. Uma certa parcela fugirá impulsionada por seu medo. Outra a quem o medo será tão grande que a fuga parecerá impossível, ficará encolhida no fundo dos abrigos e se deixará matar sem combater, as vezes alheios a tudo. Uma terceira parcela ficará para combater, apesar do medo, por causa do dever, esta parcela combaterá mas com um mínimo de eficiência pois a luta contra si mesmo será paralela a luta do inimigo, este terão sua parcela na vitória apesar de tudo.

Há cem anos o Cel Ardant du Pic afirmou em sua obra "Étude sur le Combat" que o choque de vontades precedia ao choque físico em uma batalha. Isto nunca foi desmentido. Apesar do genial militar falar de uma tropa e não de um indivíduo é na mente de cada soldado que se trava este primeiro combate. Sem dúvida, todos serão influenciados pela atitude dos companheiros mas hoje menos do que no tempo da "ordem cerrada".

Finalmente há a pequena parcela dos que não estão com medo ou ainda o medo é muito pequeno. Haverá estes?

As estatísticas nos mostram que sim.

Que são sempre os primeiros a atacar e os últimos a se retirar. Por vezes são os únicos a combater, e mesmo abrir fogo.

Mostra-nos o Gen Marshal em seu livro "Homem em Fogo", que sómente 15% dos homens atiram em combate, em certa situação crítica apenas um homem respondeu o fogo do inimigo em todo um batalhão.

Entre os pilotos também se verifica que uma pequena percentagem dos mesmos é responsável pela maior parte das vitórias.

Os americanos procuraram verificar que tipo de homens eram estes e o que teriam em comum.

Verificaram que eram, na maioria, filhos de famílias numerosas, que já na infância se destacavam pelo desassombro, têm vida familiar estável e harmônica e cultura superior aos seus companheiros. Pareciam combater por prazer.

Verificaram também que unidades formadas por sómente este tipo de homens que se destacam em suas unidades de origem, não saíram muito melhor que as tropas comuns, o que leva a crer que os heróis eram também impulsionados por seu prestígio e pela admiração dos companheiros, o que confere algum valor áqueles que não combatem por inibição mas acompanham os que combatem.

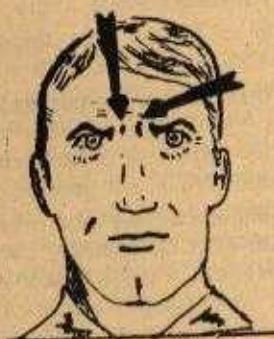
COMO SE DOMINA O MÉDO

- pela raiva
- pelo entusiasmo e pensamentos de audácia
- pelo condicionamento
- pela descontração muscular.

A sensação de perigo corresponderá a uma das três reações do corpo: O medo, a raiva ou o entusiasmo, correspondendo o medo à disposição do corpo para fugir, a raiva à disposição do corpo para combater e o entusiasmo à disposição do corpo para executar determinada tarefa.

Diz Mira y Lopez que quando o gigante Negro da Alma, "o medo" não é muito grande, dá origem à raiva, que chama de gigante Vermelho. Afirma, portanto, o renomado Mestre que a raiva nasce do medo. Pedimos permissão para contestar pois julgamos que a raiva nasce sim da sensação do perigo, mas não necessariamente do medo, quando o medo aparece é improvável que apareça a raiva.

A raiva é a preparação do corpo para o combate.



Uma característica facial dos raivosos é uma ruga vertical entre os olhos (fig. 1), provocada pelo constante enrugamento entre as sobrancelhas, a cada pensamento de combatividade.

A raiva pode auxiliar o combatente no momento do assalto, contra emboscadas e outros de ação imediata. Para tomar decisões, entretanto, a raiva é má conselheira, conduzindo ao ataque frontal.

Diz-se em tática que uma decisão regular tomada a tempo será melhor do que uma decisão ideal atrasada. Nestes casos a raiva poderia ajudar.

O entusiasmo que chamaremos o gigante Azul da mente, nos facilita a execução de qualquer tarefa, física ou mental. Facilita-nos a tomar decisões lúcidas e flexíveis, bem como a analisar os dados embora com um tom otimista. Acreditamos que todos os grandes chefes tenham entusiasmo ao conduzir as tropas em combate. Assim foi com Napoleão, o nosso Gen Osório, e modernamente com Mac Arthur, Paton e Romel. Parece ser a tônica predominante do Gen Westmoreland no Vietnã.

O entusiasmo costuma se entremear com os pensamentos da audácia do tipo "nada pode acontecer comigo" ou "tudo o que faça sai bem".



Como este tipo de pensamento costuma ser acompanhado de sorriso com os maxilares apertados firmemente. Os audaciosos frequentemente têm os masseteres bem desenvolvidos (fig. 2).

Comprova-se observando as fotografias dos generais citados. Pode-se notar também que quase todos os pára-quedistas têm os masseteres do tipo descrito. As vezes os elementos deste temperamento estragam os gráficos disciplinares, mas acatam a disciplina quando esta conduz a violência.

O condicionamento ou adestramento.

O Ten-Cel Kleinman, na Military Review, pergunta o que é que podemos fazer para que o soldado não abandone sua arma e corra.

Certamente podemos condicioná-lo e é isto que temos feito ainda que empiricamente.

No curso básico Aért queremos que o homem salte por uma porta de um avião quando ouvir a palavra "já", com ou sem medo e execute um certo número de movimentos. Para isto o faremos saltar inúmeras vezes por uma porta de um falso avião, a 2 palmos do solo.

Centenas de vezes o futuro pára-quedista passa por esta porta, recebemos castigos físicos severos a cada erro de posição, para condicioná-lo a fazer exatamente a posição certa e os movimentos corretos cansado ou não. O raciocínio terá uma função muito pequena, o condicionamento é que vale. Depois passamos para a torre, que é

um falso avião a pouco mais que um dezena de metros onde novamente é submetido a vários saltos pendurados por tirantes sempre recebendo castigos severos a cada erro.

Chega o dia do grande salto. O temor aparecerá em quase todos os estreantes mas quando receberem o "já" nem o raciocínio nem a inibição do medo prevalecerão sobre o condicionamento e o pára-quedista só dará conta de si fora do avião, executando sem saber como todos os movimentos corretos.

Do mesmo modo agimos para condicioná-lo a cair bem, a usar pára-quedas de emergência e a manobrar o próprio pára-quedas.

Antes de iniciarmos o condicionamento procuramos cansá-lo extremamente, como um choque, para nos facilitar a tarefa.

Na ordem unida acostumamos os soldados a obedecer sem pensar uma ordem dada com voz de comando, e se quisermos colher os frutos experimentemos dar ordens a um subordinado que esteja em sentido (posição hipnótica própria para receber ordens) agravado ainda pelo condicionamento da ordem unida.

Ele tenderá a executar a ordem sem raciocinar mesmo que estiver disposto a desobedecer.

Como no combate moderno raramente permite ordens deste tipo, podemos condicionar nossas tropas com mais sucesso, para o combate nos exercícios de vivacidade, onde as ordens são mais parecidas com as ordens de combate.

Quanto mais real for a instrução melhor será o condicionamento. É importante que as pequenas frações sejam condicionadas a avançar quando receberem ordens.

Muito do adestramento é um condicionamento para a autoconfiança como a instrução de tiro. É óbvio que o bom atirador será duplamente mais eficiente que o mau, pelos sem tiros melhores e por saber que sem combater terá maior oportunidade de matar o inimigo ao longe e sobreviver, destacamos ainda o karatê, a bola militar, as pistas de obstáculos, pistas de tiro e reação.

A DESCONTRAÇÃO MUSCULAR

Toda emoção é hipnótica, nos impede de pensar com clareza, de ver com precisão e de fazer o que realmente queremos, obrigando-nos a fazer exatamente o que não fariam se estivéssemos de posse de nossas faculdades. De todas as emoções a mais prejudicial ao militar em combate será o medo.

Conta o Gen Bouchacourt que assistiu uma conversa entre legionários e que estes comentavam sobre a coragem dos diversos oficiais. Claro que os que não a tinham não gozavam de conceito algum.

Os de coragem entusiasmada já eram apreciados, mas os que tinham realmente a confiança daqueles homens experimentados eram os de coragem fria.

A fórmula desta coragem é de tal simplicidade que espanta.

Trata-se de DESCONTRAÇÃO MUSCULAR

É o seguinte o mecanismo. Há uma ligação interna entre o estado mental e o estado do corpo. O medo como vimos é uma reação do corpo. A mente enviou o sinal de perigo, se na mente o medo lutar com o dever, os resultados serão as inibições em graus diversos. Se a nossa atitude mental fér de fuga o corpo sentirá medo e isto consistirá na contração muscular, vísceras comprimidas, hormônios atuantes etc.

Se os músculos relaxarem, enviarão mensagens ao cérebro: "está tudo bem, está tudo bem".

Para isto devemos pôr todo o ar para fora e respirar bem pouco enquanto soltamos todos os músculos. É necessário algum treinamento mas os efeitos são tais que surpreenderão a quem tentar.

Não peço que o leitor acredite "a priori", mas que experimente e veja por si mesmo.

O relaxamento é essencialmente um processo de inibição das tensões musculares, é por isto que ele desfaz a tensão muscular emocional e impede a atividade anormal do cérebro, libertando-o de suas próprias inibições.

Depois de tentarmos este processo de relaxamento podemos experimentar o contrário.

Se o leitor franzir as sobrancelhas, cara zangada, e respirar ofegantemente durante 30 segundos, verá como a raiva aparecerá sem falta.

Se o leitor executou estes testes estará convencido que o medo, como a raiva e o entusiasmo são estados mais do corpo do que da mente e podemos evitá-los e a melhor maneira é pelo relaxamento muscular.

Características dos homens referentes ao medo.

Há 2.300 anos Hipócrates já compreendera que o temperamento e as tendências poderiam se basear na estrutura corporal e julgou que os responsáveis eram 4 humores; sua classificação era dos sanguíneos coléricos, fleumáticos e melancólicos. Hoje sabemos que não errou totalmente.

Por muito tempo em nosso Exército, demos tratos a bola para classificarmos os soldados com longilíneos, brevilíneos e normolíneos, sem saber para que isto servia.

Uma maneira hábil será a classificação Sheldon, que ao examinar os tipos extremos — Edomorfos, endomorfos e mesomorfos

— praticamente idênticos a nossa classificação do exército, descobrem uma correspondência entre os tipos e temperamentos. Cerebrótônico, Vicerotônico e Samatotônico.

Ao tipo musculoso, ou seja o mesomorfo é que se refere este ensaio. Para os outros tipos as conclusões serão apenas parciais.

QUANTO AS NEUROSES DE GUERRA

No inicio da carreira militar olhávamos alguns de nossos instrutores com respeito por suas neuroses de guerra. Depois começamos a desconfiar.

Que serão as neuroses. Sinal que passaram por perigos extremos? Por que então todo ex-soldado alemão não era neurótico? Por que nem todos que combateram eram neuróticos? E as populações da Alemanha e da Inglaterra?

Mais tarde aprendemos devidamente que uma neurose é uma crise de consciência elevada a grandes proporções.

Em reconstituições hipnóticas dirigidas pelo Dr. Paulo Acioly, verificamos que em todas as neuroses de guerra estudadas o medo predominou sobre o dever. Os neuróticos de guerra são dignos de pena sim, mas nunca de admiração.

Acabemos com o medo, ele só pode atrapalhar. Não aceitemos seus conselhos, pelo menos em combate.

Aquela figura do general que ao ver o corpo tremer disse: "Treme carcaça, tremereis ainda mais se soubesses aonde vou te levar," é sem dúvida edificante. Este general não se aconselhava com seus receios. Lamentavelmente não conhecia a técnica do relaxamento.

BIBLIOGRAFIA

- Os 4 gigantes da alma, o medo, a raiva, o amor e o dever — E. Mira y Lopez.
- A psicologia do adolescente — Idem, idem.
- Problemas atuais da psicanálise — Idem, idem.
- Domine seu sistema nervoso — David H. Fink.
- Ensaio sobre a psicologia da Infância — Ten-Cel Bouchacourt.
- Homens ou fogo — Gen Marshall.
- Hipnose e psicologia à luz da Reflexologia — Dr. Paulo Acioly.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAVALARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Maj Cav (QEME)
CEZAR MARQUES DA ROCHA

Na ocasião em que se planeja a reorganização do Exército, torna-se oportuno tecer algumas considerações sobre a situação atual e o futuro da Arma de Cavalaria.

Dos 6 tipos de Cavalaria: hipomóvel, motorizada, mecanizada, blindada, aeroterrestre e aérea, possuímos as 4 primeiras, a 5^a está no papel e a 6^a inexistente, e, dentre todas, a hipomóvel ainda fornece o maior contingente.

Examinemos ligeiramente a situação atual de cada uma delas:

1. Hipomóvel

A remonta é difícil, onerosa, o equipamento e o armamento estão obsoletos. Devido a certas deficiências os exercícios são de pequeno alcance, a instrução cai na rotina.

Com a progressiva motorização da Infantaria e das Armas de Apoio, perde a Hipo a possibilidade de atuar em proveito do conjunto, tendendo a ser relegada a emprêgo secundário em regiões — já muito poucas — onde a faixa de asfalto ainda não chegou.

No consenso geral já devia ter sido extinta, juntamente com outra parte de uma Arma de Apoio, embora surjam defensores, particularmente dentro da Arma, de que é a única capaz de, por suas características, criar no soldado o espírito agressivo, o hábito de decidir com rapidez, enfim o decidir com presteza e eficiência.

Por outro lado, o cavalarião que conhece sua montada, sabe como empregá-la, utiliza bem o armamento e conhece a tática de sua Arma, julga precipitada sua extinção. De modo geral, desde que tenha montadas em bom estado, o chefe está capacitado, com pequenos gastos, a realizar exercícios, marchas, etc.

Poderá, com grandes resultados, ser empregada no sul mato-grossense, e ac norte do rio Ibicuy, no Rio Grande do Sul.

Concretizada a idéia de sua extinção progressiva, até o máximo de 1 Brigada, as subunidades seriam motorizadas em uma fase inicial, até atingir estágio mais avançado de reequipamento.

2. Motorizada

A Cavalaria Motorizada de pequena expressão no conjunto da Arma, é praticamente uma tropa de Infantaria Motorizada, com menor efetivo e menos armada.

Não permite, por sua organização, a criação e a manutenção do espírito arrojado do cavalariano, pois não há possibilidades de realizar exercícios de equitação, tais como saltos em pistas e no exterior, cargas em grandes velocidades, capazes de desenvolver os atributos básicos ao soldado de cavalaria para cumprir as árduas missões da Arma.

Nossos melhores votos para que, em curto prazo, seja modificada e reequipada.

3. Mecanizada

No momento, até o nome expressa mal as características das Unidades e Subunidades que a constituem:

"Reconhecimento Mecanizado", tradução servil de outro Exército, e também errônea, pois não realiza sólamente uma das missões específicas da Arma — o Reconhecimento!

Fossui ponderável número de Unidades, dotadas de material heterogêneo e não realiza, particularmente devido às deficiências do equipamento de Comunicações, as ligações com sua irmã aérea, a aviação tática.

Os Quadros que nela servem ressentem-se de melhor preparo técnico em sua formação, necessitando normalmente de estágios para poder explorar com um mínimo de eficiência, o material via de regra importado e caro.



Saudamos com júbilo o recebimento dos primeiros carros blindados de fabricação nacional e a chegada à tropa das viaturas 6 x 6, de conceção e fabricação, totalmente, brasileiras.

Permite a cavalaria mecanizada a manutenção do espírito da Arma, através dos grandes deslocamentos, e de exercícios em terrenos difíceis e accidentados mas sofre, em permanência, a limitação de verbas para realizar a manutenção, exercícios e marchas.

A denominação de suas unidades felizmente foi corrigida para "cavalaria mecanizada" em vez de "Regimento ou Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado."

Para atender às necessidades de uma GU de Infantaria, impõe-se o aumento de Esquadrão para Regimento a 3 esquadrões.

4. Blindada



Legitima e única herdeira das tradições da Arma imortalizada nas invasões mongólicas, na epopéia napoleônica, na luta da sucessão e na nossa guerra do Paraguai, capaz de atacar em cargas potentes e profundas, de atuar nos flancos e na retaguarda do dispositivo inimigo, realizando ações estratégicas,

demonstrou, nas mãos de chefes competentes, ser a arma da decisão, a partir de 1940.

Infelizmente, ainda, são poucos seus grandes chefes e por isso citamos sómente, entre outros, Guderian, Rommel, Patton, alguns marechais russos ...

A tendência atual, apresentada por exércitos que aboliram a Arma de Cavalaria, é dissolvê-la no seio das DI, voltando aos carros de acompanhamento, política que tão maus resultados apresentou na França em 1940.

As nossas unidades blindadas são poucas e padecem dos males da heterogeneidade do material, todo adquirido no estrangeiro, da sua dispersão territorial e de outros examinados quando do esboço da cavalaria mecanizada.

Impõe-se a manutenção de grandes unidades Blindadas que, apoiadas pela Aviação, por helicópteros e reforçada por Infantaria Mecanizada ou Motorizada, coloque nas mãos do chefe o poder da decisão final !

5. Aeroterrestre

Devia haver na nossa GUAet, a subunidade de cavalaria — o Esqd Cav Aet.

Existe no papel e na mente dos cavalariaos que, naquela organização, servem em funções de EM e QSG.

Para sua concretização, basta o fornecimento do material — inicialmente Jipes de fabricação nacional — e a mensagem a Garcia: organizar o Esqd ou, no mínimo e como núcleo, o Pelotão.

Eventuais e momentâneas dificuldades não devem privar aquela importante GU de seu elemento de cavalaria.

6. Cavalaria Aérea

Desconhecemos os estudos e providências que estão sendo realizadas neste setor, no entanto, devido à magnitude do problema, nos cérebros de centenas de cavalariaos, fervilham idéias, soluções, possibilidades.

Contra a idéia de concretizá-la temos tudo: a falta de conhecimento real sobre suas possibilidades, a falta de verbas, o desejo de outras armas, e pior de tudo — um certo indiferentismo pela solução.

Dispomos no entanto dos exemplos de outras nações: EUA com a demonstração prática atual no Vietnã, a Rússia com grande emprego dos elementos dotados de helicópteros, a Inglaterra e a França com suas tropas de emprégo estratégico, Israel no deserto de Sinai, e os nossos irmãos Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador.

Examinemos a possibilidade da criação da cavalaria Aérea no Exército nacional.

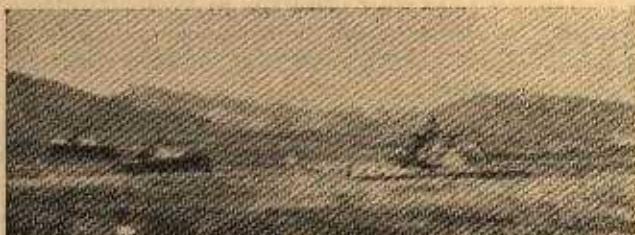
a — Necessidade de sua criação

É certo que nos conflitos futuros a guerra será tridimensional, e o Exército não deve e não pode ficar restrito ao emprégo no solo.

Cavalaria não é equipamento existente no momento, é "missão a cumprir", assim, deve continuar a ser mais rápida que as demais armas terrestres, o que no momento não acontece, pois carros de combate, TBP, Art AP têm a mesma mobilidade.

Acresce que na guerra moderna a vulnerabilidade é diminuída pela dispersão e pela velocidade, principalmente por esta última.

b — Material a ser empregado

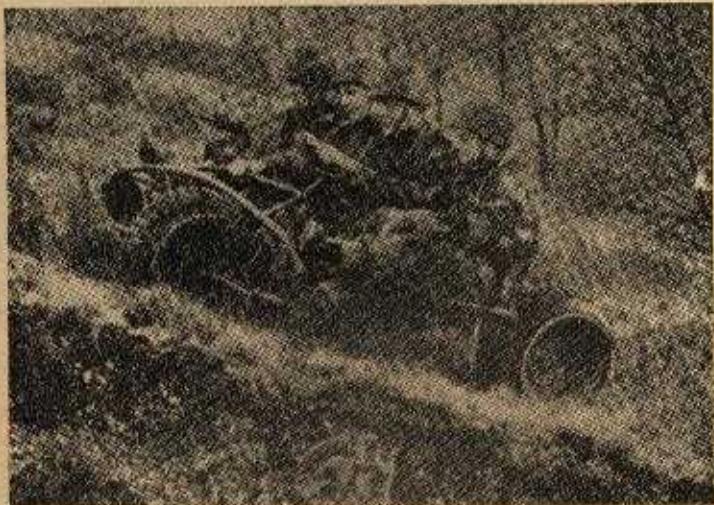


Para emprêgo acima do solo — material compatível com a cavalaria — existem no momento três veículos:

- Avião de decolagem e aterrissagem verticais
- Aerodeslizador
- Helicóptero.

1) Avião de decolagem e aterrissagem verticais

Veículo em estudo em todas as nações altamente industrializadas, só a Inglaterra possui, no momento, uma aeronave operacional, o HAWKER SIDDELEY P 1127, HARRIER, caça de apoio à tropa terrestre, que aterrissa em círculo de 15 m de diâmetro e decola em espaço de 60 a 90 m.



A grande velocidade que desenvolve, o custo de fabricação, o preparo que exige do piloto, indicam o avião como impróprio ao emprêgo pela cavalaria, e mais adequado ao emprêgo como caça.

2) Aerodeslizador

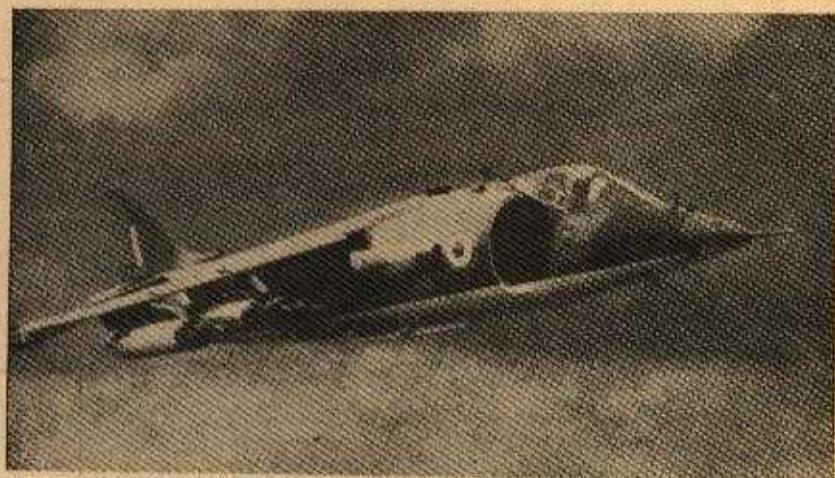
A Inglaterra parece estar mais adiantada no desenvolvimento desse magnífico veículo. No elemento líquido já provou sua eficiência como equipamento de combate, no mar, em rios, terrenos pantanosos, inclusive vencendo corredeiras.

Em terra, as elevações, os obstáculos de altura superior a 1 metro, o grande raio de curva, dificultam, no momento, a possibilidade de adoção pela cavalaria aérea. Oferece, a médio prazo, futuro promissor, principalmente para os Fuzileiros Navais e tropas de desembarque.

3) Helicóptero

É o veículo mais adequado e mais experimentado, atualmente, para equipar a cavalaria aérea.

Está em contínuo e rápido processo de aperfeiçoamento, em raio de ação, velocidade, armamento, blindagem, modelo, tipo de motor e em dimensões.



É empregado no Brasil pela Aeronáutica, Marinha e organizações civis, com difusão relativamente rápida.

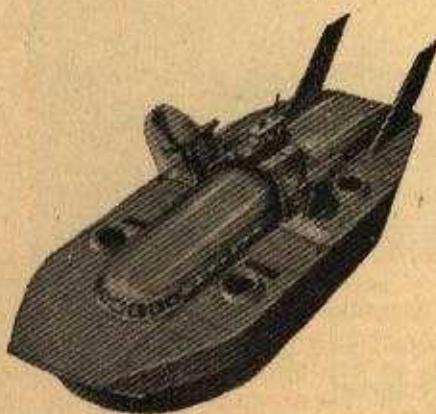
Graças ao magnífico trabalho do Centro Técnico de Aeronáutica em São José dos Campos, SP, que procura implantar indústria aeronáutica brasileira, poderemos ter em breve helicópteros nacionais.

Oferece o helicóptero vantagens sobre os outros veículos: é manobrável, rústico, podendo passar rapidamente da imobilidade à velocidade acima de 50 m/s, pode ser dirigido a pequena e média alturas e possui capacidade de combate ar-ar, ar-terra e ar-mar.

Seriam necessários poucos tipos para equipar a nossa Cav AE: helicóptero de comando, de transporte e de combate.

A gama de armamento que pode equipar um helicóptero é grande:

- Metralhadora de 7,62 a 12,5 mm, simples, duplas ou quádruplas;
- Canhões automáticos de 20 a 30 mm;
- Lançadores de granadas com alcance até 1.500m;
- Lançadores de foguetes;
- Mísseis AC teledirigidos (até 3.500 m);



c — Missões a serem cumpridas pela Cavalaria Aérea

- Transporte de chefes, oficiais de EM, de ligação, etc;
- Escolta armada;
- Reconhecimentos à frente de colunas mecanizadas e blindadas;
- Segurança de flancos;
- Vigilância aérea complementando a ação da aviação de caça;
- Localização de alvos em proveito da GU;
- Fogos defensivos e ofensivos em proveito da tropa terrestre;
- Fotografia aérea — complemento à aviação de Reconhecimento;
- Transporte de veículos e armamento leves sobre cortes de terreno (eventual).

d — Efetivo e organização da Unidade a ser criada

País pobre, embora de promissor futuro, obriga à manutenção de um Exército modesto, daí a criação de 1 Esqd Cav Ae, com efetivo normal de um esquadrão terrestre, cerca de 160 homens.

A extinção de 1 Esqd Hipo possibilitaria a obtenção do pessoal necessário, sem aumento de efetivos.

Os pilotos, dentro da atual política seguida pelas Forças Armadas, seriam fornecidos pela FAB que manteria controles disciplinares e de manutenção; o operacional ficaria a cargo do Cmt do Esqd.

O Estado-Maior seria conjunto.

A nova unidade seria instalada junto a uma base aérea, no Rio, São Paulo, Pôrto Alegre, Brasília ou Recife, por razões óbvias.

A assessoria inicial poderia ser obtida num Exército com experiência da matéria e a parte de vôo a cargo da FAB que já possui pilotos habilitados.



Como idéia o Esquadrão poderia ter a seguinte organização:

- Cmt e EM (este com 2 oficiais da FAB);
- 1 Pel Reconhecimento;
- 1 Pel Fuzileiros;
- 1 Pel Petrechos;
- 1 Sec Crndo e Serviço.

Os helicópteros seriam adquiridos pela FAB com verbas comuns a ambas as Forças, numerando, no máximo, 25 veículos, adquiridos nos EUA, França ou Inglaterra.

e — Regime de treinamento

Para o cavalariano, seria a troca da sela de sua montada, ou do assento do carro, pela "sela" do helicóptero, muito mais cômoda.

Anualmente seriam substituídos os Quadros, saindo os elementos preparados e entrando elementos de outras Unidades da Arma, a fim de permitir o treinamento do maior número de oficiais e praças.

CONCLUSÃO

A transformação de uma idéia nova em realidade, em qualquer Exército, demora de 3 a 10 anos.

Se começarmos hoje a planejar a organização de um novo ramo complexo da Arma de Cavalaria, envolvendo duas Forças Singulares, a obtenção de verbas, a compra do material, a instalação da nova unidade, etc., ela terá autonomia administrativa lá por 1971-72.

Mãos à obra, portanto!

CONTRIBUIÇÃO DO FAIBRAS À INSTRUÇÃO DA INFANTARIA

(O EXEMPLO DO REGIMENTO-ESCOLA DE INFANTARIA)

1.º Ten Inf
BIRAM DE FREITAS CAMARA

I — Generalidades

Durante os 500 dias em ambiente caribenho, o EMFA e em outro nível — mais particularmente — o Corpo de Fuzileiros Navais e o Regimento-Escola de Infantaria, tiveram a oportunidade de aplicar, testar, ampliar, atualizar e estruturar seus conhecimentos técnico-militares, em um quadro de guerra revolucionária, e só este fato trouxe um sem-número de consequências benéficas às Forças Armadas do nosso país.

A permanência do FAIBRAS na República Dominicana caracterizou-se pela distinção de três fases, durante 16 meses: na primeira, que se inicia com a chegada da tropa brasileira e se estende até 26 de outubro de 1965, com predominio das missões operativas, visou a conter o violento conflito dominicano; a seguinte — de 26 de outubro de 1965 a 26 de abril de 1966 — pôs em relevo as missões de manutenção da ordem pública, procurando impedir a consecução de planos terroristas e a desordem, que grupos extremistas inconformados tratavam de praticar; a terceira e última fase — de 24 de abril de 1966 a 18 de setembro de 1966 — marcou o incremento da instrução militar, visando a um alto grau de adestramento e presteza de intervenção, em face da efervescência política das eleições que se aproximavam e da ocorrência esporádica do terrorismo; nesta fase, estando liberta da missão de ocupações de setores, foi possível à tropa entregar-se ao treinamento militar, atingindo níveis muito elevados em seu rendimento, os quais não se poderia deixar diluir no tempo e no espaço, ou simplesmente, na fantasia de um romance ou em livros de memórias.

Ainda em Santo Domingo, o comandante do FAIBRAS constituiu uma comissão, por ele presidida, com a finalidade de elaborar um livro condensando toda a experiência adquirida pela tropa brasileira, no que se referia a Operações, Instrução e Ação Cívica. Lembrava, nesta oportunidade, em ofício enviado aos Comandantes do 1/RESI e do Gpt Fuz Nav, que "a experiência profissional adquirida por militares em operações, não deve ficar restrita aos que dela participam

e sim, incorporada ao acervo intelectual de suas Forças Armadas, a fim de possibilitar-lhes novos meios para o aprimoramento de sua instrução e adestramento. As atividades do FAIBRAS durante sua permanência, em cumprimento de missão na República Dominicana, proporcionaram aos seus componentes a aquisição de novos conhecimentos e técnicas, dando-lhes um alto padrão de trabalho e capacidade profissional, que devem ser difundidos no seio das Forças Armadas Brasileiras para aumentar-lhes sua eficiência técnico-operacional".

O resultado do trabalho desta Comissão foi o livro "A experiência do FAIBRAS na República Dominicana" publicado pelo EMFA e distribuído às Unidades pela Biblioteca do Exército, documento de valor quer no sentido histórico, quer no estritamente militar.

Sómente agora, no entanto, passado um ano do término da missão, com sua distribuição, este documento poderá frutificar benefícios para o Exército, e, praticamente, só agora recebe a Infantaria as idéias, conceitos e a experiência da Infantaria do FAIBRAS.

É de se supor que este documento realmente gere as consequências úteis a que foi destinado, as quais, por outro lado, transparecerão apenas dentro de algum tempo, na perspectiva de um futuro próximo.

Pode-se, no entanto, de momento, ampliar o trabalho dessa documentação, não mais pelo relato da experiência vivida em Santo Domingo, mas estudando suas primeiras consequências *após o regresso*, nas Unidades que a viveram diretamente, condensando os resultados deste estudo como um subsídio a mais para o Exército.

Este artigo se refere às consequências no Regimento-Escola de Infantaria — a Casa da Infantaria Brasileira — padrão da doutrina, técnica e tática, da Infantaria, além de ser Unidade de cooperação com as Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais e Comando e Estado Maior do Exército.

Suas intensas experiências de serviço, instrução e operações fazem-na uma Unidade movimentada, vibrante, bem dotada materialmente e — embora com quadros da ativa relativamente reduzidos — operacional a qualquer momento, constituindo-se em verdadeira Escola da Infantaria Brasileira, dentro da realidade nacional.

No dia 23 de maio de 1965, os primeiros elementos do REsI pisaram terras dominicanas, constituindo o Destacamento Precursor da tropa brasileira. Iniciava-se, fisicamente, naquele momento, uma experiência rara e notável para nossa Infantaria, e uma nova e importante fase na história do REsI.

Os dois anos que se seguiram foram fundamentais para o desenvolvimento de uma mentalidade altamente profissional que impulsiona o REsI, e que nada mais é que uma das consequências positivas daquela experiência.

É sempre oportuno citar o testemunho do Cmt do FAIBRAS sobre a tropa brasileira que na República Dominicana desempenhou um papel notável, conduta que merece ser analisada com cuidado e que é básica para a compreensão sobre a vida do REsI, considerando-se, que, ao partir do Brasil, o 1.º Contingente não era, positivamente, uma tropa preparada especificamente para a missão, fato que foi encarado com realismo e grandeza:

"Na apreciação do papel desempenhado pelo soldado brasileiro em S. Domingos, deve ser ressaltada a importância de sua conduta, desde os dias de maio de 1965, quando logo se compenetrou da responsabilidade de sua missão, adequando-se, perfeitamente, à sensibilidade de sua posição em um país que estava ainda sangrando, com a luta entre seus filhos.

Era necessário vencer, não só o rebelde que de armas nas mãos espreitava o momento oportuno para pô-lo fora do combate, como também, os naturais sentimentos daqueles que viam, sem justa compreensão, a presença, em seu território, de elementos estranhos.

No cumprimento de sua missão de paz, o Soldado Brasileiro revestiu-se de acentuado espírito de compreensão, imparcialidade, firmeza de atitudes e cortesia.

Sofreu, muitas vezes, ataques injustos e agressões inopinadas, mantendo-se imperturbável, eficiente, dando a todos um magnífico exemplo de suas qualidades militares.

Em futuro não muito tardio será feita justiça ao anônimo militar brasileiro que, mais uma vez neste século, numa cruzada de democracia e amizade, ajudou com seu sangue, dedicação e civismo, o restabelecimento da paz em terras estrangeiras".

II — As mais importantes consequências

- O amadurecimento profissional
- A atualização e a dinarização da Instrução

O AMADURECIMENTO PROFISSIONAL

Não houvesse sido realizada na República Dominicana uma só operação militar que não a da permanência junto às tropas de outros países, já esta seria uma excelente experiência para qualquer Exército.

O contato com outras organizações militares diferentes da brasileira e o trabalho conjunto realizado, deram aos elementos que deles participaram, uma visão mais ampla do sistema interamericano, com a oportunidade de observação sobre conduta, gostos e costumes de alguns de seus países.

Em particular, a observação sobre a organização militar norte-americana e seus componentes, constantemente empenhados em ope-

rações de combate, trouxe alguns ensinamentos técnicos atualizados, que não se pode deixar perder no tempo e no espaço, com as adaptações que nossa realidade determinar.

As operações militares, no entanto, aumentaram a importância deste contato, fazendo com que transparecessem aos nossos olhos a necessidade do preenchimento urgente de lacunas na preparação do Contingente, o qual tivera menos de uma semana entre o recebimento da missão e o embarque. Como mais flagrante exemplo dentre estas lacunas, pode-se citar a instrução do Combate em Localidade, que o Comando do FAIBRAS teve de enfrentar com realismo. Verdadeiramente, não se estava habituado a praticar determinados detalhes indispensáveis neste tipo de combate como, por exemplo, a operação de pontos de controle, a construção de abrigos com sacos de areia, a utilização adequada da concertina e — em particular — em se tratando de operações contra forças irregulares, o sigilo das informações e a segurança das comunicações.

A rigor, o primeiro contato da tropa brasileira com êstes aspectos foi quando da substituição do Contingente de Fuzileiros Navais norte-americanos pelo I/REsI, em maio de 1965.

Uma série de estágios de instrução com pessoal especializado cobriu as lacunas, que foram pouco a pouco desaparecendo por completo, à medida que a engenhosidade e o extraordinário espírito de adaptação do soldado brasileiro engendravam complementos aos ensinamentos obtidos, como no caso de um verdadeiro "óvo de Colombo" — as vassouras amarradas à frente das rodas dianteiras das viaturas, com a finalidade de afastar pequenas mas constantes sabotagens destinadas a furar os pneus — invenção de um sargento do Pelotão de Transportes do I/REsI, nascida da necessidade em operação, e que foi largamente empregada, apesar de — ou por ser — tão rudimentar e simples.

O fato mais importante gerado pela descoberta das lacunas, para o REsI, foi o enorme benefício advindo da revisão crítica dos assuntos que seriam ministrados aos demais Contingentes, e que se refletiu intensamente na vida atual do Regimento.

O 2º Contingente, formado por uma — convencionalmente — bem instruída tropa do 3º RI, teve em sua preparação, já no REsI, em 110 horas complementares, assuntos que normalmente não se encontravam nos PP, mas que um caso real tornara necessários e indispensáveis.

O 3º Contingente, aproveitando a experiência dos dois primeiros, com preparação cuidadosa e detalhada, talvez tenha sido a mais bem instruída tropa da Infantaria Brasileira contemporânea, realmente pronta, física, técnica e psicologicamente, para o cumprimento da missão.

— As Operações.

O aspecto das operações militares, que não se pode deixar de encarar, ajuda a caracterizar bem o amadurecimento progressivo dos Contingentes.

Menos de um mês após a chegada do I/REsI a Santo Domingo, o nosso batalhão acabou por ser envolvido em uma ação resultante do agravamento dos choques armados entre tropas norte-americanas que ocupavam o limite N de Ciudad Nueva e os rebeldes, e durante os dias 15 e 16 de junho de 1965, teve seus primeiros feridos.

Na noite de 29 de agosto, após boatos alarmantes que correram dentro da zona rebelde, segundo os quais nossas tropas iriam atacá-la, cerca das 21h40min três tiros de morteiro, lançados por uma terceira força — do General Imbert Barrera, da extrema direita dominicana — explodiram muito próximo de nossas posições na área do Palácio Nacional, na zona limite entre as tropas brasileiras e rebeldes. Os rebeldes, desconhecendo a origem dos tiros, receberam-nos como o início da esperada agressão brasileira, respondendo violentamente, na noite escura e confusa. A tropa brasileira, principalmente a 3ª Cia de Fuzileiros que, por sua vez, também ignorava ainda a procedência dos tiros, suspeitando terem partido da zona rebelde, viu na "resposta" violenta por parte dos "constitucionalistas", como se intitulavam os rebeldes, a confirmação de suas suspeitas iniciais, e tendo sido diretamente atingida, reagiu. O fogo generalizou-se por toda a linha da Brigada Latino-Americana. Mais feridos, e vinte e quatro horas depois o cessar-fogo.

Tais fatos foram de grande valia para o amadurecimento da tropa brasileira, convindo observar a extrema sensibilidade de um conflito revolucionário irregular, no qual os interesses políticos feridos mantêm as operações militares em permanente estado de expectativa e tensão, cujo perigo de desgaste emocional pode levar as tropas em contato a ações inesperadas e violentas.

Ambos apresentaram peculiaridades que os caracterizaram. O primeiro dos dois exemplos acima, representou o batismo de fogo do batalhão. Para todos os componentes do I/REsI, exceção feita a seu Comandante, febiano, era uma experiência nova e importante.

Apesar disto, os soldados se compartaram com exemplar bravura, tendo de ser controlados por seus comandantes de grupo e pelotão, no sentido de evitar algum excesso. Nesta primeira experiência, sob fogo direto, os soldados sentiram o valor das barricadas e dos abrigos construídos com sacos de areia, que se incorporavam à paisagem dominicana daqueles dias. Já no segundo dia de combate — dia 16 — cumpriram êles com tranquilidade sua missão, dentro de elogável disciplina de fogo. Tranquilidade que pode ser ilustrada pelo caso do soldado que, ocupando uma posição sobre telhado, cobriu-a com seu poncho como proteção contra a chuva, mas que se revelou como pro-

teção contra as granadas que começaram a ser lançadas sobre ele por elementos rebeldes postados abaixo da posição, na rua. O peso das granadas, lançadas espaçadamente, fazia-as afundar no pitoresco teto da posição, uma a uma; sangue frio e presença de espírito coroaram a tranquilidade do pracinha que, entre uma e outra granada, com um tapinha de bandeja do basquetebol, desalojava a que acabava de chegar, fazendo-a rolar poncho abaixo, de volta à rua, quando explodia ante a surpresa e o desconcerto do rebelde que a recebia de volta.

No dia 29 de agosto, os soldados haviam vencido a primeira experiência, mas, a surpresa e a violência do ataque, diretamente dirigido contra nossa tropa, gerou uma reação que embora apresentando valores militares positivos, por ter sido pronta e decidida, trazia em si uma sugestão de característica negativa, no incremento do volume de fogo, cuidado especial dos escalões superiores, considerando nossa missão de paz, a fim de que, de força mediadora, não se passasse a força litigante, desejo das duas extremas do conflito.

No primeiro fato, caracterizava-se o batismo de fogo, a vivência de um primeiro contato com o fogo direto contra nossas posições.

No segundo, caracterizava-se o problema da disciplina de fogo, em ocorrência inopinada, nascida de uma terceira força, que não se mantinha em contato direto com os rebeldes, mas separada destes pelas tropas brasileiras e pelas demais tropas da FIP.

Ambos foram fundamentais no processo, pois quando a FIP lançou a operação de limpeza de Ciudad Nueva, realizada sem combate, mas na iminência deste, a missão que cabia ao REsI foi precisa, silenciosa e corretamente executada por nossos soldados, na madrugada de 25 de outubro.

Esta operação convergente da FIP, realizada pela tropa da Brigada Latino-Americana e pela 1^a Brigada da 82^a Divisão Aerotransportada, demonstrou que nada se ficava a dever em conduta tática individual aos bem treinados soldados da 82^a, tendo a Praça Independência, reduto que os rebeldes procuravam tornar "sagrado", sido investida e ocupada, primeiramente pela 3^a Companhia.

A partir daí, a tropa brasileira fez parte de um dispositivo de manutenção da ordem pública, oferecendo ao povo dominicano — menos um interessado no conflito, que vítima dele — seus primeiros momentos de uma paz nascedoura.

Nesta fase, o pracinha do I/REsI não poderia ter melhor conduta. Cortês e decidido, preciso e gentil, muitas vezes foi chamado a usar o bom senso, em situações difíceis de tumulto de rua, que demonstraram seu amadurecimento profissional, evitando e coibindo desordens, no tempo em que se mantinha calmo e atento.

Uma tropa com chefes de pouco tato — e devemos descer aos escalões Pelotão e GC — ou sem nenhuma experiência anterior no trato com o público, sofrendo ataques injustos e injuriosos, diretamente

dirigidos contra os homens que a compõem e a seu país de origem, mesmo por uma minoria esporádica, estaria muito próxima de se ver envolvida em condutas antipáticas para a maioria neutra ou mesmo, até então simpatizante, condutas estas desnecessárias, e que em última análise, estariam indo de encontro ao objetivo das provocações daqueles agitadores profissionais.

* *

Destacam-se, então, como elementos de amadurecimento profissional, o contato com os contingentes de outros países, com o povo dominicano e seus graves problemas, e as atividades operacionais.

Este amadurecimento iria se revelar indiretamente mais tarde, na vida do REsI e de outras Unidades e Escolas que receberam elementos oriundos do FAIBRÁS, dispostos a não deixar morrer a oportunidade vivida.

* *

A DINAMIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO DO INFANTE

O primeiro documento que serviu de base a esta dinamização foi um fascículo de dimensões reduzidas, publicado com o apoio das forças norte-americanas, mas integralmente produzido por oficiais brasileiros, do I/REsI. Não sendo um trabalho definitivo, mas sim, oportunu, supria, justamente, certas deficiências do grave problema da instrução do combate em localidade contra forças irregulares. Foi, posteriormente, publicado em capítulos pelo Noticiário do Exército e em forma de manual pelo EGCF.

A preparação do 3º Contingente foi exaustiva e detalhada. A seleção física foi rigorosa e o Contingente apresentava excelente aspecto e vigor físico. Ao chegar a Santo Domingo estava basicamente treinado inclusive em montanhismo e selva, além de ter recebido apurada preparação para o combate em localidades. O REsI, durante este período, foi um verdadeiro Centro de Formação de Contingentes de Infantaria, de excelente rendimento, mas trabalhando com grande sacrifício, com seus quadros incompletos.

Quando do regresso deste último Contingente, o Regimento sentiu como se em meio a uma corrida de 100 metros rasos, em que dava tudo para vencer, fosse obrigado a parar instantaneamente. Todo o trabalho de preparação de contingentes para o cumprimento da missão no exterior ali estava, ao alcance do REsI e do Exército para ser aproveitada. Alguns oficiais por esta época, foram convidados para ministrar conferências na AMAN, num primeiro e imediato aproveitamento e, posteriormente, como também para a ESA, outros para lá foram chamados como instrutores, levando cada um, sua experiência.

Ora, o Regimento trazia em seu bôjo e em sua alma, subsídios de 18 meses de trabalho no exterior; o EM do Exército estimulava o estudo e a instrução de Guerra Revolucionária; e este, como Regimento *Escola* de Infantaria, não pôde parar em meio à corrida.

A quantidade de movimento, representada pelo entusiasmo e pelas possibilidades da Unidade, lançou-a de encontro à fita de chegada.

Foi constituída uma Comissão que planejou — baseando-se também em farta documentação — uma sugestão de Programa-Padrão atualizado para Infantaria, evitando um sem-número de horas perdidas em instruções que perdem em valor básico, em detrimento de outras necessárias e não previstas.

Posteriormente, ainda em 1966, a 3^a Seção do REsI, baseando-se naquela sugestão, criou finalmente o programa, que depois de aprovado pelo Escalão Superior, orientou a Instrução da Unidade em 1967.

Este ano resultou ser um dos mais importantes de sua vida, no que se refere à Instrução, pois o que se seguiu à utilização do Programa atualizado, mesmo com falhas hoje já corrigidas, foi uma melhoria considerável das qualidades militares do conscrito do REsI, embora com grande sacrifício para todos os setores do Regimento, que tiveram de se desdobrar, até que os resultados positivos começaram a surgir, nos Exercícios do GUEs, nos quais se houve com brilho; e mais: o esforço no sentido de atualizar a Instrução dos cabos e soldados antigos e — em outro nível — a dos Quadros, valeu como uma experiência notável para a Infantaria Brasileira.

O objetivo maior foi, inicialmente, o de atualizar as condições de comando de frações, além do treinamento tipo "Comandos", que estimulam a iniciativa, a coragem e a liderança, entre outras características positivas, preparando assim os quadros para ministrar a instrução para a tropa — o outro objetivo — procurando dar-lhe condições de combater forças irregulares.

Como desta atualização figurassem alguns assuntos referentes às Operações Especiais de Infantaria, aos poucos, o núcleo de oficiais e sargentos que os estudava, praticava e instruía, foi ficando conhecido como o "Grupo de Operações Especiais do REsI", nome com o qual se conservou até pouco, mais consuetudinária que racionalmente.

Da necessidade de aumentar o número de instrutores e monitores treinados nos assuntos constantes do então PPOp Esp, nasceram os Estágios de Operações Especiais, para os quadros, nome que se originou do Grupo que os instruiu.

Quatro Estágios foram montados e, lógicamente, numa ação pioneira como esta, cada novo Estágio trouxe os benefícios e subsídios técnicos da experiência do anterior. Cércas de 130 oficiais e sargentos receberam o treinamento, durante semanas de trabalho intenso, nas quais os homens foram submetidos a missões de patrulha de com-

bate, com grande realismo, ao mesmo tempo em que recebiam instruções generalizadas sobre diversos assuntos indispensáveis ao comandante de pequenas frações de Infantaria contra forças irregulares.

A ÁREA DE INSTRUÇÃO DO REsI

Não se descuidou o Regimento, no entanto, da instrução convencional, que atingiu os índices esperados.

Um dos esforços mais notáveis neste sentido foi a reconstrução total da Área de Instrução do REsI, que conta hoje com quinze estações de instrução, incluindo uma lagoa artificial para o treinamento técnico de transposição de cursos d'água e um estande de tiro para distâncias reduzidas, este ainda em construção.

Na área, a disciplina individual é ainda mais rígida, e as instruções, ministradas em rodízio, são eminentemente práticas, seguindo fichas de orientação que homogeneizaram a Instrução Tática Individual. O ano de 1963 será decisivo para a avaliação final da Área, que hoje, embora sem funcionar plenamente, já apresenta excelentes resultados.

O TREINAMENTO ESPECIALIZADO

Além da Instrução Convencional ministrada na Área, o Centro de Treinamento Especializado do REsI, criado em 1967 e oriundo do Grupo de Operações Especiais, tem responsabilidades sobre a instrução básica especializada, compreendendo-se nesta os assuntos práticos atinentes à Guerra Revolucionária. Esta instrução é ministrada em dois níveis: — para a tropa, por subunidades, em um Estágio dividido em duas fases de uma semana de duração cada uma, a primeira na própria Área, e a segunda na Área de Instrução de Selva e Montanha; esta instrução não constitui novidade para o Exército, sendo também praticada por outras Unidades, com diferenças ditadas pelas possibilidades em material, pessoal, e pela missão; o REsI, ao planejar este tipo de instrução cuidou de liberar o Período de Adaptação e a fase de IBM do Período de Formação de qualquer assunto estranho à instrução normal; a instrução básica especializada corre paralelamente à IBQ e parte do período de Aplicação, e de sua relação de assuntos constam entre outros:

Sobrevivência — Orientação, transposição de cursos d'água — busca e obtenção de alimentos e água; preparo do alimento; pesca, caça, vegetais — cuidados; construção de abrigos, armadilhas e artefatos (seguem-se outros).

Combate em Localidade — Operações contra guerrilhas — aspectos peculiares — efeitos psicológicos sobre a população civil e a tropa empenhada — técnica de construção de abrigos com sacos de areia

— técnica de montagem e operação diurna e noturna de pontos de controle — técnica de assalto — ação cívica.

Patrulha no Combate à Guerrilha — Execução de vários tipos de patrulha, incluindo emboscada e contra-emboscada.

Tiro instintivo: no Estande de Tiro Instintivo e na Pista de Tiro Instintivo.

Em resumo, podemos somar 122 horas de instrução, assim distribuídas:

	Área de Instrução	Selva	Total
Treinamento Físico	6	—	6
Lutas	—	4	4
Sobrevivência	26	48	74
Combate em Localidade	6	—	6
Explosivos e demolições	2	—	2
Patrulha	9	8	17
Armamento, Mu e Tir	—	12	12
Reajustamento	1	—	1
Total de horas	50	72	122

Para os quadros:

Para o ano de 1968, o planejamento visou a liberar o REsI da sobrecarga a que foi submetido no ano de 1967, com a execução dos quatro Estágios de Operações Especiais, realizando apenas um, previsto para a faixa do ano em que, normalmente, o Regimento tem a menor intensidade de imposições por parte do Escalão Superior. O Estágio durará 10 semanas, e constará de assuntos e treinamento prático necessários à formação de "Comandos".

Quais os resultados práticos, no ano de 1967, desta atualização?

Em princípios do ano, o REsI realizou em Paraíba do Sul um exercício de Ação Cívico-Social, com moldura de Guerra Revolucionária e com ações práticas de guerrilha, realizadas pela figuração inimiga constituída pelo então recente "Grupo de Operações Especiais". No quadro geral, um Batalhão de Infantaria realizaria ações contra-guerrilha, concomitantemente com ações cívicas realizadas por outros elementos especializados. O resultado desta Operação, pioneira no GUEs foi bom, mas apresentou inúmeras falhas, apontadas no relatório correspondente.

A instrução básica especializada funcionava ainda de forma incipiente, engatinhando.

No entanto, a tropa que em outubro de 1967 realizou o exercício de ACISO em Vassouras, em quadro semelhante ao de meses anteriores, era outra tropa em tudo, mas, principalmente, em conhecimento técnico, e apesar das falhas constatadas, estêve bem próxima da perfeição.

O trabalho do Batalhão de Infantria valorizou desta vez o empenho dos elementos da figuração, também, desta feita, com preparo muito superior. A conclusão do Relatório sobre este Exercício diz bem da etapa vencida, neste período de pós-Santo Domingo:

"O exercício de combate contra guerrilheiros, no âmbito de um Batalhão de Infantaria, conjugado com a Ação Cívica e Social, na região da sede do Município de Vassouras e seus distritos de Aliança, São Sebastião dos Ferreiros, Massambará e outros, alicerçou, no Regimento-Escola de Infantaria, a convicção dos bons rumos e da técnica adequada para esses trabalhos, em prática na Unidade desde 1966.

O relatório, pela forma adotada de apreciar cada fase dos trabalhos, logo após a sua descrição, deixa pouca margem a outras considerações e conclusões. No entanto, parece oportuno ressaltar o seguinte:

a) A marcha motorizada, da Vila Militar a Vassouras, sede do Município, demonstrou de maneira irretorquível a boa qualidade de manutenção das viaturas do Regimento e a boa orientação do curso de motoristas. Todas as viaturas que deixaram o quartel com tropa e material, vencendo a Serra das Araras, no regime de mão-dupla de então, chegaram, dentro de suas unidades e grupamentos de marcha, ao destino. Apesar da intensa movimentação, não houve sequer um acidente com as viaturas à disposição do 1º Batalhão, tropa da ACISO e figuração de guerrilheiros.

b) O quadro tático, que serviu de base ao exercício permitiu, com grande intensidade, a ação de guerrilheiros e a ação contrária da tropa. As bases em número de quatro, montadas pelo Grupo de Operações Especiais do Regimento, foram sucessivamente sendo assinaladas, localizadas e destruídas pelas inúmeras patrulhas lançadas pelo 1º Batalhão. A ação final de cerco foi bem planejada, os reconhecimentos realizados e o ataque desencadeado dentro da técnica preconizada para ações dessa natureza.

As observações colhidas, quer do trabalho do Batalhão, quer do Grupo de Operações Especiais, demonstraram, também, que a instrução da tropa do Regimento orientada pelo Programa-Padrão Geral de Instrução de 1967, documento elaborado com *experiências vividas em Santo Domingo*, (*) pelos três contingentes sucessivos de Batalhão e escoimado das falhas e sanadas as omissões já comprovadas nos PP, que datam de 1949, é um passo à frente na instrução da Infantaria".

"Os quatro Estágios realizados no ano de 1967, orientados pelo Programa-Padrão de Operações Especiais — 1967 do Regimento, tornaram Oficiais e graduados que o freqüentaram, mais aptos para o

(*) Grife do autor.

combate contra-guerrilheiros, na selva, em montanha, em sobrevivência, em combate em localidade, êsses alguns dos quinze diferentes assuntos de que se compõe o estágio".

"A técnica desenvolvida pelo Regimento-Escola de Infantaria, no trato dos assuntos relativos à Ação Cívica e Social (ACISO), confirmam, pela ressonância que tem, pelo apoio das autoridades civis, pelo aplauso do povo, pelas manifestações positivas do clero e de estudantes, o acerto em que a Unidade se lançou como pioneira do GUEs em 1966, nos trabalhos dessa ordem. O exercício aqui relatado, evidenciou o avanço do Regimento, não só no planejamento, mas também na execução dos trabalhos da conquista da população civil".

"Resta, como sugestão, planejar para o ano de 1968 o aproveitamento de acadêmicos de medicina, odontologia e veterinária, nos exercícios de ACISO a serem realizados pelo Regimento-Escola de Infantaria".

No entanto, houve outro exercício do qual o REsI participou em outubro de 1967, em que a experiência obtida na República Dominicana apareceu em toda sua plenitude. Foi o Exercício de Segurança de PC do GUEs. Submetidos à ação dos elementos do "Grupo de Operações Especiais", inclusive com elementos de outras Armas e Serviços recém-formados pelo último estágio do ano, os PC do GUEs viveram quatro dias e quatro noites de atividade intensa, em quadro de Guerra Revolucionária.

Foram de grande valia para o Pelotão de Segurança da CCR do REsI, o conhecimento perfeito da segurança em localidade, dos detalhes de operação de pontos de controle, da utilização da concer-tina e do saco de areia, largamente empregados nos exercícios do REsI e incorporados à instrução. A conduta do Pelotão mereceu, por parte da arbitragem, as melhores referências.

Estes exercícios foram a comprovação inequívoca de que ocorreria uma evolução em termos de instrução, com benefícios para o GUEs e para a Infantaria.

Um outro reflexo positivo, revelando o alto espírito profissional atingindo pelo Regimento, verificou-se no trabalho de Pelotão de Transportes e na centralização dos serviços de manutenção, sob a responsabilidade do Oficial de Motores.

A estrutura do trabalho de manutenção, após a missão no exterior, trabalhando em Santo Domingo e no Rio, paralelamente, ganhou maturidade, acompanhando o grau de profissionalização do Regimento. Por outro lado, a instrução dos motoristas foi exemplar.

A comprovação e o teste notável para o pessoal de manutenção, antes do Exercício de ACISO, fôra durante o exercício derradeiro do último Estágio de Operações Especiais para os quadros. Este Exercício, realizado em Itatiáia, exigiu figuração inimiga de valor batalhão, motorizado, operando em terreno montanhoso.

Para se avaliar o rendimento alcançado, alguns dados poderão facilitar a compreensão das dificuldades enfrentadas e vencidas:

- cada viatura percorreu um mínimo de 500 km com constante ascensão, com diferença total de altitude de 2600 m;
- rampas acentuadas;
- estradas de 3 categorias: asfaltadas, terra batida e carroçáveis; foi um teste no qual a manutenção recebeu grau dez.

O TRABALHO COMPENSADO

Houve, sem dúvida, grande desgaste de alguns setores importantes da engrenagem do Regimento, e não poderia ser de outro modo, já que sómente o esforço conjunto de todos os seus componentes poderia propiciar o sucesso obtido.

O Grupamento de Unidades-Escola, sem o qual seria praticamente impossível o passo dado à frente, estimulou por sua vez o trabalho, prestigiando e apoiando os Estágios para os Quadros, ampliando, inclusive, seu alcance, ao determinar que alguns elementos de outras Unidades sob seu Comando participassem dêste treinamento.

Mas estamos certos, sem medo de errar, que o grande agente catalisador de todo o esforço foi a oportunidade dominicana, sem a qual estaria restrito o Comandante do Regimento às experiências convencionais, sem contar com pessoal, material e subsídios intelectuais atualizados para levar a cabo a missão a que se propôs como responsável pela maior e mais operacional unidade brasileira.

IV — Conclusões

Dezesseis meses de contato pessoal com organizações militares de outras nações de um mesmo sistema interamericano de defesa, com o infeliz povo dominicano, saído de um longo período de privações sociais causadas pela endemia Trujillista, seguida por um curto período de convulsões internas que culminaram em uma explosão social sangrenta, e contra agentes rebeldes filiados ao Comunismo Internacionalista, são suficientes para dar a um Regimento, que dêste lapso da História das Américas teve a oportunidade de participar diretamente, um amadurecimento profissional que não se pode deixar esvair em fantasias e sonhos.

Se por si só, e por seu passado de trabalho profícuo, representava o Regimento-Escola de Infantaria, legitimamente, a liderança da Infantaria Brasileira, em termos de Instrução de Operações Militares, eis que é chegada a hora de despertar ao máximo o aproveitamento da experiência vivida, em benefício do Exército Brasileiro, objetivo dêste artigo.

Principalmente, quando encontramos no depoimento sobre a FAIBRAS escrito por seu Comandante e outros oficiais, as palavras que abaixo se transcreve:

"Em face dos exemplos da República Dominicana, Suez, Congo, da situação do Brasil no conjunto das nações democráticas e da evolução da situação internacional, a experiência nos sugere uma solução definitiva, sem os atropelos e improvisações da última hora. Dêsse modo, poder-se-ia adotar as seguintes medidas:

— Criar um Centro para Formação e Treinamento de Unidades a serem empregadas no estrangeiro. O Centro incorporaria a experiência de todos os contingentes e a difundiria para todo o Exército. Atuaria também como depósito e elemento de ligação com os Órgãos Provedores. Teria também esse Centro a organização semelhante à de um comando de Brigada de Infantaria.

— Enquadradados por esse Centro, apenas para efeito de instrução, seriam constituídos, no mínimo, dois Batalhões, de organização especial, disposto de autonomia administrativa e com todos os seus quadros e dotação de material completos.

Um Batalhão incorporaria no Gpt "A" e outro no Gpt "G" e seriam integrados por voluntários, reservistas de 1.^a Categoria, selecionados mediante padrões adequados de estatura, rigidez e nível de inteligência e cultura, que serviriam por um prazo mínimo de 18 meses.

Dêsse modo estariam asseguradas: a continuidade da experiência, a unidade de doutrina, a seleção, o treinamento adequados e a constituição de unidades autônomas de emprégio imediato. Essa força em suma constituiria o embrião nacional de uma futura Fôrça de Paz, pronta para intervir a qualquer momento e em qualquer local, em defesa da democracia."

Carto é, que a motivação maior do momento em que o livro "A experiência do FAIBRAS" foi escrito, era o envio de tropas para a Fôrça Interamericana de Paz, motivação hoje desatualizada na prática, mas atual no espírito da sugestão, ilustrada naquele livro, pelos subsídios à instrução constantes de uma relação de assuntos e de detalhes técnicos referentes a sua execução, visando o enrijecimento do soldado brasileiro.

O Regimento-Escola de Infantaria já foi um pouco além da sugestão.

MARCHAS ADMINISTRATIVAS DA DI

PROCESSO PARA VERIFICAÇÃO DA EXEQÜIBILIDADE DAS MARCHAS E ORGANIZAÇÃO DAS COLUNAS

Maj Cav

JOSÉ DE FARIA CORRÉA

(Instrutor Estagiário da ECEME)

1. Considerações Iniciais

a. O processo a ser apresentado pode ser utilizado nas marchas motorizadas e nas marchas por escalões ou mistas para os elementos motorizados. É possível a sua aplicação, também, nas marchas a pé.

b. Baseia-se na utilização de dados existentes na divisão de infantaria e que são mantidos constantemente atualizados pela Sec Trnp/Cia Cmdo do Cpt Log Div (*). Esses dados dizem respeito, particularmente, à disponibilidade real de Vtr no momento considerado e aos tempos de escoamento dos diversos elementos da grande unidade, obtidos nas diversas formações adotadas em diferentes situações (**).

2 Desenvolvimento

Consideremos a marcha administrativa, na qual a divisão de infantaria possa contar com reforço de viaturas que possibilite a sua realização como um todo.

a. Para verificar a exeqüibilidade da mesma, devemos, inicialmente, procurar determinar o menor tempo dentro do qual será possível realizar a marcha para, em seguida, compará-lo com o tempo disponível para tal ação.

A determinação desse tempo mínimo de duração deve ser feito com a utilização da fórmula:

$$T = tp + te + tm$$

Onde:

T é o tempo de duração da marcha;

tp é o tempo de percurso;

te é o tempo de escoamento do elemento considerado; e

tm é tempo morto (soma dos tempos mortos).

b. Quando a divisão de infantaria realiza a marcha em um único movimento, só existirão tempos mortos no início e no fim do mesmo, pois que não haverá retorno de viaturas. Esses tempos mortos podem

ser abatidos, inicialmente, do tempo disponível para a realização da marcha. Não considerando, portanto, o tempo morto (t_m) na realização da marcha e sim abatendo-o do tempo disponível para realizá-la, a fórmula a ser considerada será:

$$T = t_p + t_e$$

c. Existindo um único eixo, o problema não oferece alternativas e toda a divisão terá que escoar por ele. A existência de mais de um eixo, entretanto, por onde possa haver o escoamento simultâneo da grande unidade, obriga-nos a organizá-la para a marcha de modo que a realize no menor prazo.

(1) Tomemos, por exemplo, a existência de dois eixos (Fig. 1).

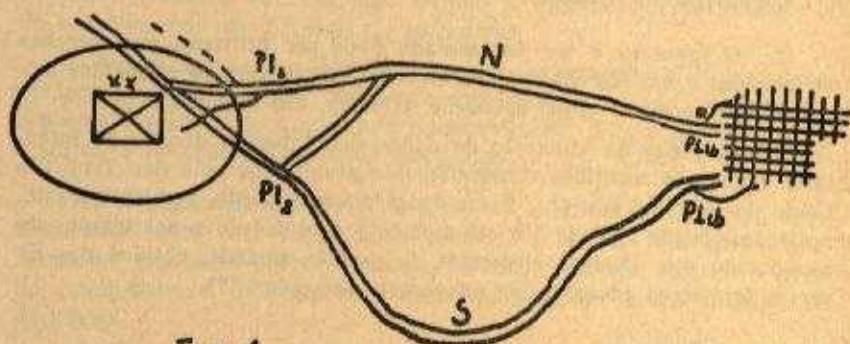


Fig. 1

(2) Considerando que a marcha da divisão de infantaria sómente estará concluída quando o último elemento ultrapassar o ponto de liberação (P_{Lib}), de nada adiantaria obter um tempo de duração do movimento pequeno no eixo Norte, se tivermos um tempo maior de duração do movimento no eixo Sul. Para obtermos o tempo de duração do movimento mínimo devemos tê-los iguais em ambos os eixos. Isso sómente será possível se colocarmos em cada eixo considerado uma coluna com o escoamento adequado.

Assim o tempo mínimo de duração do movimento será:

$$T_m = \frac{t_{pn} + t_{ps} + t_e}{2}$$

Onde:

T_m = Tempo mínimo em que o movimento poderá ser realizado;

t_{pn} = Tempo de percurso no eixo N;

t_{ps} = Tempo de percurso no eixo S;

t_e = Tempo de escoamento de toda a DI (dado fornecido pela Sec Trnp/Cia Cmdo do Gpt Log Div) e

2 = Número de eixos utilizados.

Conhecido o tempo mínimo de duração do movimento, dentro do qual a grande unidade poderá realizar a marcha, devemos compará-lo com o tempo disponível para concluirmos pela exequibilidade ou não do movimento. (***)

d. Organizações das colunas.

- (1) Verificada a exequibilidade, devemos organizar a grande unidade para a marcha de modo a obtermos o tempo mínimo de duração do movimento anteriormente calculado, ou seja, organizar as colunas, em cada eixo, de forma a concluirem o movimento no mesmo momento, ou com uma diferença mínima de tempo.

Para tanto, considerando que o tp é constante em cada eixo, procuramos variar o escoamento (te) de cada coluna de modo a satisfazer a condição acima, isto é, conclusão simultânea dos movimentos nos diferentes eixos.

Esse escoamento (te), que chamamos de escoamento ideal, obtemos para cada eixo valendo-no das fórmulas:

$$ten = Tm - tpn$$

e

$$tes = Tm - tps$$

Onde:

ten = Tempo de escoamento ideal no eixo N e

tes = Tempo de escoamento ideal no eixo S. (***)

- (2) De posse desses escoamentos ideais para cada eixo, estamos em condições de organizar as colunas por forma a obtê-lo. Para tanto devemos utilizar os dados de escoamento referidos em I.b.

OBSERVAÇÕES:

(*) Organização da DI adotada para efeitos didáticos na E C E M E;

(**) Exemplo de dados de escoamento obtidos na Sec Trnp/Cia Cmdo do Gpt Log Div:

Grupamento de Marcha	VTR Orgânicas na Coluna	Indisponíveis	Complemen-tação	VTR na Coluna	Fórmula simplifi-cada	Escoa-mento (min)
2da a — S/Trens	513	— 28	+ 3	490	$\times 0,12 + (2 \times 3)$	61
2 BI — C/Trens	552	— 28	+ 3	527	$\times 0,12 + (2 \times 3)$	70
2da a — S/Trens	629	— 32	+ 3	600	$\times 0,12 + (3 \times 3)$	81
3 BI — C/Trens	680	— 34	+ 3	649	$\times 0,12 + (3 \times 3)$	87

Considerando: Formação em coluna cerrada, velocidade de 18 Km/h, densidade de 47 Vtr/Km, indisponibilidade de 5% e suplementação de transporte para as Cia Cmdo de Bda de 3 Vtr da Cia Trnp orgânica da DI.

- (***) Sendo o tempo mínimo de duração da marcha superior ao tempo disponível para a realização do movimento em uma jornada ou etapa, esse excesso corresponderá, em cada eixo, ao escoamento do elemento que não poderá realizar o movimento nessa etapa, devendo ser considerado para uma etapa posterior.
- (****) Havendo restrição em um eixo, que possa atrasar o inicio do movimento em relação ao do outro eixo, esse atraso deve ser acrescido ao tempo de percurso no eixo considerado.

O PREÇO DESTA REVISTA...

"A DEFESA NACIONAL" vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Fôrças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,50) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em aguentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropósito com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA



A chave do êxito será a capacidade para cruzar a selva e aparecer em qualquer ponto sem que o inimigo possa perceber, aliada à capacidade do grupo para atuar decisiva e independentemente

LEI DA GUERRA NA SELVA

- I) PROCURE A SURPRESA POR TODOS OS MODOS
- II) TENHA INICIATIVA, POIS NAO RECEBERA ORDEM PARA TODAS AS SITUAÇÕES
"TENHA EM VISTA O OBJETIVO FINAL"
- III) MANTENHA SEU CORPO, ARMAMENTO E EQUIPAMENTO EM BOAS CONDIÇÕES
- IV) APRENDA A SUPORTAR O DESCONFORTO E AS FADIGAS SEM QUEIXAR-SE E SEJA MODERADO EM SUAS NECESSIDADES
- V) PENSE E AJA COMO CAÇADOR, NAO COMO CAÇA
- VI) COMBATA SEMPRE COM INTELIGÊNCIA E SEJA O MAIS ARDILOSO

UMA OPINIÃO SÔBRE A TROPA DE SELVA

Cap Inf
GELIO A. BARBOSA FREGAPANI

Diz o nosso regulamento que a Divisão de Infantaria é apta, mediante pequenas modificações, para operar nas selvas e montanhas.

Quais serão estas adaptações? Não pretendo me estender mas tão-somente contribuir com minhas observações sobre o combate na selva e sobre a organização da tropa para este fim.

Iniciemos pelo grupo de combate:

Creio que em nosso tipo de selva o grupo de combate deverá poder agir isoladamente, sem apoio e sem grande possibilidade de evacuar seus feridos. Sob estas premissas é que apresento este estudo.

O QG de selva deve continuar com 9 (nove) homens como o de Infantaria, em princípio para facilitar a adaptação da tropa de Infantaria em tropa de selva.

As funções dos homens serão as seguintes:

Sargento Comandante do GC

Cabo Auxiliar

Soldado especialista em armadilhas

Soldado especialista em destruição

Soldado especialista em saúde

Soldado especialista em comunicações

Soldado especialista em orientação

Soldado especialista em orientação

Soldado especialista em caça

Todos necessitam de instrução geral da QM Selva, como emboscadas, contra-emboscadas, defesa de clareiras, construção de abrigos, orientação e deslocamentos, alimentos da selva e sobrevivência; todos são combatentes, mesmo o especialista em saúde. As especialidades dos soldados devem ser adquiridas mediante cursos especializados. Nada impede de um soldado ter mais de uma especialidade, o que deve ser estimulado mediante distintivos de curso, gratificações et.; entretanto seria conveniente que não se acumulasse funções mas quem tivesse mais de uma especialidade pudesse servir indiferentemente em uma ou outra.

— O Cmt do QG, 2º ou 3º Sgt, deverá obrigatoriamente possuir o Curso de Guerra na Selva. Missão: comandar o grupo em operações. É o responsável pela instrução, controle e emprêgo do GC.

Armamento: fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, facão, bússola, lanterna, dois cantis, mochilas, poncho, rede de selva e rações (coletivas e individual).

— O Cb auxiliar necessita de um CFC especial que inclua instruções de Guerra na Selva, ou então teremos que estender o Curso de Guerra na Selva para os cabos. Sua função será secundar o cmt do grupo, eventualmente o substituir, deve ainda estar em condições de comandar uma fração do grupo isoladamente.

Armamento: Fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, facão, bússola, lanterna, dois cantis, mochilas, poncho, rede de selva, panela e rações (coletivas e individual).

— O soldado especialista em armadilhas será o responsável pela instalação das armadilhas. Todo o grupo deve cooperar no trabalho, como

fazendo estacas panji, fossos etc. Mas a instalação é de responsabilidade do especialista. Quando as armadilhas contiverem explosivos serão montadas em conjunto com o especialista em destruições. Sobre a importância destas funções lembramos que mais da metade das baixas americanas no Viet-Nam, são causadas por armadilhas.

Armamento: Fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, machadinha especial, faca, dois cantis, mochilas, broca para cartucho calibre 12 e para cartucho de fuzil, pregos, poncho, rede de selva e rações coletivas e individual.

— O soldado especialista em destruições, deverá calcular e preparar as destruições. Do mesmo modo que nas armadilhas, todo o grupo operará nas destruições sob sua orientação técnica. Sobre a importância deste especialista lembramo que grande parte da Guerra na Selva pode ser destruições de pontes, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, barcos, aviões etc.

Armamento: Fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, faca, alicate de estriar, dois cantis, mochilas, explosivos e espolétas, rotor, poncho, rede de selva e ração individual. Não conduz rações coletivas tendo em vista o peso dos explosivos.

— O soldado especialista em saúde será um enfermeiro capaz de fazer algo quando isolado. Tendo em vista a dificuldade de evacuação na selva, tudo o que se possa fazer por um ferido, poderá ter que ser feito pelo especialista em saúde de seu grupo, que deverá ser capaz de dar pontos, fazer transfusões, tratar de mordeduras de cobras, das doenças tropicais, como a malária e leishmaniose, de ferimentos diversos, fazendo inclusive amputações. Podemos objetar: é demais para um soldado. Então promovamo-lo a cabo, mas alguém tem que fazer estas coisas quando não houver ninguém mais habilitado. O comandante do grupo? Sim, este também entenderá disto, pois faz parte do currículo de Guerra na Selva, mas é necessário um especialista. Ninguém pode ser bom em todas as coisas.

A aprendizagem para este importantíssimo ramo, será em curso dado por médico e o tratamento será nos prontos-socorros militares e civis.

Armamento: Fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, facão, dois cantis, mochilas, bisturi, agulhas e linhas, farmácia, plasma, poncho, rede de selva e ração individual. Não leva rações coletivas, por causa do peso de seu material.

— O soldado especialista em comunicações será o encarregado do transporte e manejo do material de comunicações existente. O problema das comunicações de selva ainda não foi resolvido e não sabemos qual será este material, pois o peso é um limite imperioso.

De qualquer modo um rádio para ligação com aviões e outros grupos próximos não é difícil de conseguir na própria indústria nacional. Este

rádio poderia ouvir as mensagens de um Comando Central, mesmo que não tivesse alcance para transmitir. Este homem deve também estar em condições de ser mensageiro.

Armamento: Fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, facão, dois cantis, mochilas, poncho, rede de selva, material de comunicações, ração individual e uma lata de leite em pó com café solúvel.

— Os soldados especialistas em orientação, estarão em condições de servir também como homem-bússola, como homem-passo ou home-carta. Com isto o grupo poderá constituir até duas equipes elementares de orientação, pois o Cmt do GC e Cb Auxiliar estarão em idênticas condições. Sem isto o grupo não poderia destacar elementos na selva. Deverão ainda ter condições de agir como mensageiros em dupla ou individualmente.

Armamento: Fuzil e granadas.

Equipamento: cinto, facão, bússola, dois cantis, mochilas, poncho, rede de selva e rações (coletivas e individual).

— O soldado especialista em caça será o caçador do grupo e o silenciador de sentinelas. Deverá ser escolhido entre os naturais do interior que já foram caçadores ou entre os que revelem forte tendência para este tipo de atividade. Seu treinamento depois das noções teóricas deve ser a prática de caça na selva. Necessita também de instrução de orientação. A caça é abundante em nossa selva e já observamos que podemos nos alimentar dela, quer em deslocamentos, quer parados em uma sede, se contarmos com um bom caçador. É claro que não me refiro a uma coluna numerosa, mas mesmo em uma poderá auxiliar.

Armamento: Espingada calibre 12 e granadas.

Equipamento: cinto, facão, faca, bússola, lanterna, dois cantis, mochilas, poncho, rede de selva e rações (coletivas e individual).

Explicações sobre o emprêgo: cremos que a guerra na nossa selva deverá tomar as seguintes características: a) Lutar para destruir aeroportos e instalações portuárias do inimigo e defender os próprios. b) Luta para cortar o suprimento do inimigo. c) Fazer emboscadas para tropa inimiga e atacar seus acampamentos. d) Ação de patrulhas, na maior parte com grandes deslocamentos pela selva, por via fluvial e por ar.

As condições da selva condicionam as tropas para se organizar de modo a poder agir por si, quase independentemente de suprimentos, em incursões profundas e por longo tempo. As ações na Birmânia são um exemplo, embora não sejam modelo.

Sabemos dos incriíveis problemas de recompletamento que a organização apresentada criaria, mas não cremos ser possível recompletamentos no decorrer de uma missão na selva, e formar o soldado para desempenhar todas as funções é mais difícil ainda.

Quanto ao armamento, o fuzil necessita ser o mais leve possível, pois o peso terá muita influência sobre os deslocamentos, principalmente o peso da munição. O modelo ideal, seria o AR-18 Americano com sua munição .223. Poderíamos também pedir à indústria nacional um fuzil automático .22 que serviria muito bem para a distância de combate na selva. A arma de caça calibre 12, além de ser ótima para caçar, tem excelente efeito em emboscadas. Quanto às granadas, sómente defensivas e de fuzil.

Quanto ao equipamento, todos conduzirão cinto e dois cantis, mochilas segundo o modelo do CIGS, poncho e a rede de selva, que é uma rede com cobertura e mosquiteiro. Um facão é utilizado por todos, com exceção do especialista em armadilhas, que utiliza uma machadinha. As bussolas são utilizadas pelo Cmt, Cb Aux, Sd especialistas em orientação e pelo caçador. Os demais soldados utilizam os equipamentos necessários à sua especialidade ou QMP.

As rações, se liofilizadas, quase não teriam peso. Entretanto como medida prática, sugerimos que as coletivas sejam 1,5 kg de arroz com carne seca envolvidos em plásticos. Isto fácil de fazer e cada pacote seria uma refeição para todo o grupo, como cada homem pode levar dois pacotes, isto garante refeições para seis (6) dias para o grupo, independente de reabastecimento, ainda sem contar com a caça, pois levam rações todos os que não carregam peso extra, como o Cmt, o Cb Aux e Esp em armadilhas, os dois Esp em orientação e o caçador. O Esp em comunicações levará leite em pó e café solúvel. As rações coletivas serão para abrir um pacote de cada vez, para todos, pois depois de abrir seu pacote de plástico, a umidade estragará o que não for utilizado. A reação individual constará de um pequeno pacote de 200 gramas de farinha de mandioca e sopa de tipo "Magi", o que poderá alimentar um homem por mais um dia em uma emergência. Parece muito desconforto, mas nós lidamos na selva, sabemos que não há conforto que pague o carregar peso.

Passemos ao Pelotão: não vemos motivos para o Pel ter apenas três grupos, mas achamos que deve ter um número variável, baseado em cinco. Mesmo porque será comum ter grupos destacados. Deve ter ainda um grupo de Cmdo, composto de um Sgt Adjunto com o Curso de Guerra na Selva, um Sgt de Saúde com mais recursos do que os soldados de saúde dos grupos, inclusive em material, dois soldados de saúde, seis soldados mensageiros, mais o pessoal de comunicações compatível. O Cmt do Pel deve ser um Ten ou Cap com o Curso de Guerra na Selva.

Quando o Pel atuar reunido serão fáceis as comunicações com pequenos transmissores receptores, mas quando estiverem separados sómente uma cadeia de mensagens poderá manter a ligação. O Cmdo do Pel neste caso seguirá com um dos grupos.

O escalaõ Companhia será igualmente leve, se for enquadrado em um Batalhão; senão, tenderá para ser um Cmdo de Área. Básicamente

deve consistir de um número variável de Pelotões, baseado em cinco, mais os órgãos de comunicações, apoio logístico e saúde compatíveis com a missão.

Gostaríamos de chamar a Cia de Selva de Cia de Emboscadas, por motivos tradicionais e psicológicos. O Btl poderá também ser ou não, um Cmdo de Área, dependendo da missão. Contará com um número variável de Cias. Todo Cmdo de Área deve ter um órgão de transporte com barcos ou meios disponíveis, guias e práticos de rios, de modo a poder utilizar serviços de outras organizações.

Para estes casos nenhum quadro de organização pode atender a todas as situações. Conclui-se que os QO são sagrados e o Cmt deve empregar os recursos disponíveis, de acordo com a missão a cumprir.

O Cmdo Geral poderá ser fixo ou móvel, em região dominada por nós, ou oculto. Do Cmdo e dos escalões subordinados se exigirá muita flexibilidade para se adaptar às situações e iniciativa, pois estarão muitas vezes isolados e sem ligações.

O assunto apresentado é apenas uma idéia, idéia que se aproveita da tribuna que é esta revista para aparecer. Sabemos que é discutível e incompleto, mas se outros pensarem sobre o assunto já terá atendido seu objetivo.

Não é necessariamente a opinião do Centro de Instrução de Guerra na Selva, mas está em estudo por seu Comandante.



CAXIAS E O RISCO CALCULADO

Cap. Inf.
FILADELFO REIS DAMASCENO
(Aluno da ECEME)

Os grandes capitães da História tiveram de correr o risco calculado em certos momentos de suas campanhas. Todos êles viveram instantes dramáticos em que abdicaram da Segurança recomendada pelo bom-senso, em favor da Surpresa ou da audácia. O Comandante vive, nessas ocasiões, um dilema psicológico angustiante, tanto maior quanto fôr a sua capacidade profissional e o conhecimento do ônus a pagar por sua decisão, se fôr mal sucedido.

CAXIAS, guerreiro provado em múltiplos confrontos, não fugiu a regra. Em inúmeros lances de sua brilhante carreira, aceitou o risco calculado como uma contingência própria da guerra e enfrentou-o sempre com desassombro. No presente trabalho, alinharemos alguns desses episódios, caracterizando-os de modo muito sintético. Veremos, então, que o brioso militar jamais vacilou em tomar uma dessas difíceis decisões e, quando o fêz, fê-lo perfeitamente cônscio de suas drásticas consequências. O risco calculado define quase sempre a témpera moral de um chefe e jamais é fruto de um arrebatamento emocional. No caso em estudo, notamos, nas decisões de CAXIAS por nós analisadas, a ausência de improvisação e, ao revés, uma apreciação criteriosa dos prós e contras antes de fazer a arrojada opção.

Durante a campanha da CISPLATINA, LUIS ALVES dá-nos um exemplo admirável de risco calculado. Havia um lanchão pirata que durante o dia atacava os navios nacionais e, à noite, procurava refúgio no ARROIO DO PANDO. Passemos agora a palavra a um dos biógrafos do grande General e que nos conta com precisão o extraordinário acontecimento:

"Operando para além das linhas inimigas e sob a cobertura eficaz das baterias dessas mesmas linhas, não poderia ser atingido senão por forças que se aproximassem o suficiente. E a esquadra andava demasiado ocupada em tarefas de maior significado para que pudesse destacar contra êle um navio capaz de obstar-lhe as ações corsárias. Esse o problema. Lima e Silva avoca a tarefa de solucioná-lo. Toma o comando de uma guerrilha montada, sob a proteção de uma companhia de caçadores. Ao abrigo da noite infiltra

seus homens por entre os sitiantes, recompõe a tropa para além das linhas adversárias, encontra o lanchão, organiza o ataque e o desfecha com tamanha rapidez e debaixo de tal surpresa que o barco e a inteira tripulação de 50 homens caem em seu poder. Entra vitorioso em águas brasileiras e transforma o aborrecimento em motivo de orgulho".⁽¹⁾

No MARANHÃO, ao reprimir o movimento balaio, CAXIAS toma outra decisão não menos ousada. Contrariando as normas e opiniões até então vigentes concedeu anistia aos rebeldes que se mostrassem arrendidos e, foi mais além, incorporou os melhores às suas tropas e autorizou aos demais a combater os antigos comparsas. Resolvia, assim, dois problemas a um só tempo: Aumentava os seus efetivos, então desfalcados, em detrimento das fileiras dos rebeldes.

Em 1842, no combate a Revolução de SÃO PAULO, LUIS ALVES investe contra os revoltosos com um efetivo insignificante, os "400 cadáveres ambulantes" na opinião de Antonio Carlos. Outro chefe menos cioso de sua responsabilidade teria alegado insuficiência de recursos face o vulto da empresa. Para CAXIAS as dificuldades constituiram motivo de estímulo. A rapidez e eficiência das ações empreendidas contra Campinas e a capital responderam por uma fulminante vitória, apesar da precariedade de meios com que contou o notável soldado.

A sedição de BARBACENA, no mesmo ano, proporciona-lhe ensejo de realizar um "raid" espetacular sobre OURO PRETO. CAXIAS realiza marchas forçadas e obtém um recorde sensacional: enquanto o Governador ANTONIO DE ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO gastou 17 dias, de MINAS GERAIS ao RIO, para combater o corsário francês DUGUAY TROUIN, o nosso Patrono fez o mesmo percurso, em sentido contrário, subindo a serra, em apenas 11 dias! Mesmo reconhecendo que o seu ato fôra uma temeridade, ele declara, eufórico, em carta a JOSE CLEMENTE PEREIRA, Ministro da Guerra:

"Passsei entre dois mil rebeldes e entrei nesta capital sem ser incomodado por êles, consequência das forçadíssimas marchas que fiz: pois que, quando os mesmo rebeldes me julgavam ainda em QUELUZ e projetavam atacar a cidade eu me achava nos seus subúrbios".

O combate de SANTA LUZIA é outro exemplo de risco calculado aceito pelo "grande herói tranquillo". Atacado por inimigo entrincheirado em ótima posição e com o flanco direito apoiado num rio obstáculo, CAXIAS engaja-se na peleja. A coluna comandada por seu irmão, o Cel JOSE JOAQUIM DE LIMA, somente deveria incor-

porar-se ao seu exército no dia seguinte, segundo o plano concerto. Após desalojar os insurretos da primeira posição, à custa de tremidos sacrifícios, ele percebe que as suas forças exaustas e inferiorizadas em número estavam a um passo da derrota. Do mesmo modo que Napoleão em Waterloo dependia da chegada de GROUCHY assim ele também olhava aflijo para o horizonte na esperança de ver chegar seu irmão. Súbito, convenceu-se de que não receberia o reforço tão desejado e compreendeu que, por menosprezar o inimigo e aceitar o combate, ia ser batido por partes. Quando mais critica era a situação, todavia, eis que chega o Cel JOSE JOAQUIM que, tendo ouvido o troar da artilharia, encaminhou-se para o campo de batalha a tempo de transformar uma derrota iminente em estupendo triunfo.

O próprio LUIS ALVES admitiria depois, em carta a JOSE CLEMENTE PEREIRA, que arriscara demasiado naquela jornada: "Fique V. Excela. certo, quer me creia, quer não, de que estive em grandes apuros, pois tive de me bater, desde às 8 1/2 da manhã até às 3 da tarde, com 3.000 rebeldes bem armados e desesperados, dispendo eu apenas de 800 caçadores, quase todos recrutas da Guarda Nacional de MAGÉ, e, se, às 3 horas da tarde, não chega meu irmão JOSE, com o 8º Batalhão de 1ª Linha e um outro Batalhão Províscio, não teria remédio".

A GUERRA DOS FARRAPOS deu-lhe oportunidades para novas audácia. Logo no inicio de seu comando viu-se em dificuldades para conduzir para perto de sua tropa uma cavalhada que comprara no interior. Ou enviava uma pequena escolta com o risco de ser desbaratada pelo inimigo ou remetia uma força poderosa desfalcando a guarda de regiões importantes. Caxias decidiu-se pela primeira linha de ação cercada de algumas precauções. Fazendo propalar o boato de que dividiria o exército em duas colunas, para atuar ao longo das fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo, atraiu NETO e CANABARRO para essas regiões e o seu caminho ficou completamente livre. Ilustre escritor militar narra desse modo o acontecimento: "CAXIAS começou a executar seu plano a 11 de janeiro de 1843, de modo espetacular, transpondo o SÃO GONÇALO com uma coluna de 1.800 homens e conduzindo 5.000 cavalos, a fim de reunir-se ao grosso, então na região de CACHOEIRA. Iludi a vigilância dos Farrapos, e num risco calculado, escoou-se entre a serra de TAPES e a margem esquerda da LAGOA DOS PATOS, reunindo-se ao grosso a 11 de fevereiro, em segurança". (2)

Na mesma Revolução Farroupilha, CAXIAS toma uma decisão que poderia comprometer o êxito da campanha. Convoca para servir sob suas ordens ex-chefes rebeldes e, o que é mais incompreensível ainda, entrega o comando da principal coluna de seu exército ao inconstante BENTO MANOEL RIBEIRO. O valoroso líder guerreiro pertencera por duas vezes aos rebeldes e militava agora, pela

segunda oportunidade, entre os imperiais. Apesar dos seus antecedentes CAXIAS prestigia-o e dá tratamento igual ao de CHICO PEDRO, o futuro herói das 'califórniás'. A coragem de LUIS ALVES foi amplamente recompensada pelas vitórias significativas que ambos lhe proporcionaram: BENTO MANOEL é o vencedor de PONCHE VERDE e o famoso "MORINGUE" triunfa em PORONGOS.

O fato seguinte, ocorrido na guerra contra ROSAS, em 1852, é assim descrito pela pena precisa de BORMAN:

"Um dia, mete-se com o Almirante GRENfell a bordo do vapor "AFONSO"; singra para o pôrto de BUENOS AIRES, onde penetra à vista da esquadra inimiga e navios de guerra estrangeiros; manda fundear nas vizinhanças de PALERMO, residencial do feroz ditador ROSAS, e aí se conserva mais de 5 horas, empregadas em sondar o ancoradouro, ante a admiração dos estrangeiros e o terror do inimigo, por semelhante ato de ousadia".

O fato acima exposto é muito significativo e dispensa qualquer comentário a respeito.

Coroando a sua esplêndida atuação militar encontramos na GUERRA DO PARAGUAI dois episódios marcantes em que está caracterizado o emprêgo do Risco Calculado pelo Marquês de Caxias. O primeiro deles de ordem estratégica não é senão a genial concepção conhecida como "MANOBRA DO PIQUICIRI" e o segundo de caráter tático e parte componente do primeiro, é o lance épico de ITORORÓ. Para focalizar os dois eventos vamos nos valer de dois distintos companheiros que os analisaram magistralmente:

"Não só na repartição das fôrças, mas principalmente na combinação de direções e atitudes e ritmo da manobra — inclusive na região de desembarque ao N do PIQUICIRI, que poderia ter sido VILLETA, IPANÉ ou SANTO ANTONIO, decidindo-se CAXIAS pela mais afastada — os movimentos para a Batalha do Piquiciri se configuraram como autêntico RISCO CALCULADO. Foi uma cartada decisiva a que o Cmt-Chefe lançou-se: quando condicionou o êxito da marcha de flanco a uma estrada a ser construída em menos de um mês e que só poderia ser utilizada durante o mês de novembro, pois em dezembro ficaria submersa; portanto, sob a "ameaça tenebrosa de ver o Exército trazido pela cheia do rio PARAGUAI". Quando afastou-se de sua base de operações e foi colocar o grosso de suas fôrças entre o Exército inimigo e seu centro vital, cortando-lhe as linhas de transportes, de inicio. Finalmente, quando lançou-se heróicamente pela ponte de ITORORÓ para vencer o inimigo num combate frontal quando a ação de flanco se tornava duvidosa."(3)

Pela apreciação acima feita verificamos que CAXIAS aceitou inúmeros riscos calculados ao mesmo tempo para realizar a sua "elegante manobra".

Finalmente, em ITORORÓ, ante o retardo da coluna comandada por OSÓRIO e a resistência ferrenha oposta pelos paraguaios, resolve lançar-se à frente de seus bravos exclamando: "SIGAM-ME OS QUE FOREM BRASILEIROS!" O fato é por demais notório para dispensar maiores descrições, mas, o que tem suscitado especulações é a razão que teria levado o Cmt-Chefe a encabeçar o assalto final. Concordamos, in totum, com as conclusões do Ten Cel JONAS CORREIA NETO, em seu magnífico estudo intitulado "Cáxias em TORORÓ", do qual extraímos alguns trechos para fundamentar a nossa tese." Cáxias somou e subtraiu os argumentos com um golpe de vista. Deu o seu golpe moral. — e venceu. Vencemos". Em outro local, afirma com exatidão: "Sómente aos predestinados é dado agir em, sob determinadas pressões, como CAXIAS agiu, arriscando a vida num gesto dêsses que a posteridade reverencia para sempre, entre espantada e maravilhada". Após demonstrar cabalmente que a decisão de LUIS ALVES foi fruto de maduro refletir e perfeitamente coerente com os princípios da arte militar, acentua: "CAXIAS não cometeu um grave erro, e nem agiu movido por um mero sentimento de dignidade nacional. Esta estêve sempre presente nos seus atos (e a sua longa vida é toda uma prova) — mas nunca o induziu a precipitações inócuas ou injustificáveis".⁽⁴⁾

Vimos, assim, que o gesto heróico de ITORORÓ enquadra-se sob medida no que conceituamos como Risco Calculado, uma decisão audaz preferida, a despeito dos graves prejuízos decorrentes em caso de insucesso. No lance focalizado, a derrota seria duplamente desastrosa, pois, além do pânico que se seguiria, traria reflexos negativos duradouros no moral de nossas destemidas forças.

Observamos a adoção do Risco Calculado por CAXIAS no decurso de sua agitada e vitoriosa carreira militar. A grande lição a extrair, em primeiro lugar, é a transformação de situações críticas em oportunos triunfos. Julgamos que a explicação para isso encontra-se, antes de tudo, no imprevisto da linha de ação adotada, que causa perplexidade ao inimigo. Geralmente o Risco Calculado não figura entre as "possibilidades do inimigo" pois foi posto de lado como inexequível. Apesar disso, observamos que CAXIAS ponderava todos os fatores da decisão e analisava-os com cuidado. Mesmo em ITORORÓ, em plena conduta de combate, sentimos essa apreciação sumária embora antes de aceitar o desafio da situação e arrojar-se na contenda.

Devemos acrescentar que não pretendemos ofuscar o valor da bravura inerente a tais atitudes. A audácia física e moral são intrínsecas ao Risco Calculado, que exige, além delas, uma apreciação criteriosa e realística da situação e o domínio da própria impulsividade.

CAXIAS, soldado completo, legou-nos preciosos e inúmeros exemplos de arrôjo, coragem, bravura e, também, para felicidade nossa,

de Risco Calculado. Ele nos mostrou que, quando julgarmos imprescindível aceitar o último e visualizarmos uma possibilidade de êxito, por mínima que seja, devemos fazê-lo com desassombro.

BIBLIOGRAFIA

- (1) "OS GUERREIROS" — Hernani Donato.
- (2) "CAXIAS E UMA OPERAÇÃO ANTIGUERRILHA" — Francisco Ruas Santos in "A Defesa Nacional" de Ago/57.
- (3) "CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR" — Amerino Raposo Filho.
- (4) "CAXIAS EM ITORORÓ" — Jonas Correia Neto em "Revista do Clube Militar".

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 3.00).

COMISSAO DE LIMITES BRASIL — URUGUAI: ORIENTAÇÃO E TRABALHOS DE ANDRÉA

(1852-1858)

JOSE ANDRÉA

Bel. em Direito

A República Oriental do Uruguai, anteriormente incorporada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, tornou-se em estado livre e independente em 27 de agosto de 1828. (1) Os primeiros anos da nova nação, ensanguentados por lutas internas, impossibilitaram a demarcação das fronteiras com o Brasil, para estabelecer-se uma aliança duradoura. Sómente aos 12 de outubro de 1851, foi assinado no Rio de Janeiro o tratado, com certa dosagem contenciosa. A 30 de abril do ano seguinte, depois de volumosa troca de correspondência, o visconde do Paraná recebia as últimas ponderações dos orientais. O Brasil reluta em aceitá-las, mas graças à mediação argentina, evitou-se o rompimento dos dois países. (2)

Destarte, a 15-5-1852, estabelecia-se novo ajuste, alterando-se o anterior, na parte que dizia respeito ao arroio Chui e à lagoa Mirim (art. 3º)

(1) O Uruguai (Banda Oriental) foi disputado e ocupado pelos charruas, espanhóis, portuguêses, argentinos, brasileiros, ingleses. Em 1820, o governador do Rio de Janeiro fundou Sacramento (atual cidade de Colônia). Posteriormente, os espanhóis estabeleceram-se em San Felipe de Montevidéu (1726), abandonando-a em 1814. Os luso-brasileiros, porém, continuaram a luta, derrotando Artigas. Os orientais tiveram de aceitar inicialmente a sua anexação ao Brasil. A Cisplatina não ficaria com o Brasil nem com a Argentina. Constituir-se-ia em "estado tampão" autônomo, que viria a ser por longo tempo um pomo de discórdia na parte atlântica meridional sul-americana e quiçá foco de revoluções e guerras, consoante a opinião do historiador, tenente-coronel Henrique Oscar Wiederspahn.

O mar. Andréa, que tomou parte ativa e brilhante na sangrenta batalha de Ituzzango bem como na entrega da praga de Montevidéu (23-4-1829) aos orientais, viria a demarcar, decorridos 23 anos, os limites entre o Brasil e o Uruguai.

(2) Vejam-se os relatórios dos Negócios Estrangeiros apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelos respectivos ministros e secretários de Estado. Idem, a "fala imperial" na abertura da Assembleia Geral de 3 de maio de 1852: "farei valer com firmeza os nossos direitos". ("Falas do Trono, desde o ano de 1823 até o ano de 1859, acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara Temporária, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados, 1859.")

e à cessão de uma légua de terreno (art. 4º). (3) Em consequência, o território do Taim ao Chui, ou melhor os Campos Neutrais, como eram conhecidos, passaram ao domínio do Brasil, por força da doutrina do *uti possidetis*. Mas, em contraposição, o Brasil perderia grande e ubertosa extensão de terras. (4)

* * *

Ratificados os tratados, apressaram-se os dois governos em nomear os comissários, que deveriam proceder à demarcação da linha divisória de seus respectivos países. O marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréa, apesar de reformado e com a saúde um tanto abalada, foi nomeado por decreto de 23-6-1852, comissário e chefe dos engenheiros da mais importante comissão internacional do Império. Do lado oriental, o escolhido, foi o coronel de engenheiros D. José Maria Reyes. (5)

Andréa requisitou imediatamente 15 oficiais do Exército e da Armada capazes de coadjuvá-lo, ficando à sua disposição a aparelhagem do Real Arquivo Militar. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, promoveu instruções gerais para o complexo exercício. O escritório central da Comissão de Limites ficou instalado na vila S. José do Norte, defronte da cidade do Rio Grande. Em setembro de 1852, partiu no vapor de guerra "Fluminense", para o pôrto da cidade de Santa Vitória do Palmar, (6) em companhia de seu filho, tenente-coronel José

(3) O tratado modificativo foi ratificado pelo Brasil e Uruguai, a 10 de Junho e 5 de julho de 1852. O art. 1º foi definido no protocolo de 22-4-1853 e ultimamente alterado pelo tratado de 20-10-1909 e pela convenção de 7-5-1913 (o Brasil cedeu território e as ruínas do forte S. Miguel ficaram pertencendo ao Uruguai). *V. Atos Internacionais Vigentes no Brasil*, coligidos e anotados por Hildebrando Accioly, ed. 1927. O Parlamento oriental a 3 de julho de 1852 aprovou o tratado de 1852.

(4) As negociações consubstanciam dois séculos de discussões diplomáticas, em que se procuraram anular hesitações, para uma justa solução de limites. As pastas dos Negócios da Guerra, Estrangeiros e do Império bem como o Conselho de Estado opinaram em 1847 sobre a defesa das fronteiras, abordando o problema dos limites com o Uruguai (Inst. Hist. Geog. Bras., lata 194, doc. 19). Os tratados no meado do sec. XIX levantaram celeumas inflamadas. O escritor J. J. Machado d' Oliveira *in Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéu*, S. Paulo, 1852, julga-os onerosos e atentatórios à integridade do Brasil, quicás opressivos à província do Rio Grande do Sul, por quanto seu território seria mutilado em área superior a 1.000 léguas quadradas, onde se teriam estabelecido abastados estancieiros, na fé da convenção de 1819 (*Misiones Diplomáticas sobre Limites* de Albert Reyes Thévenet, 1855, deu-a como ocorrida em 1821) e que ficariam à mercê de antigas rivalidades. A *Policia Brasileira na República Oriental do Uruguai*, de Justiniano José da Rocha, Rio, 1854, porém, louva a nobreza e a justiça do Brasil, para com a nação vizinha fraca.

(5) Autor da *Descripción Geográfica del Territorio de la República Oriental del Uruguay*, 2 tomos, 1860.

(6) Antiga "povoação Andréa". O topônimo atual surgiu do apelido da família de sua esposa e por estar situado sobre o palmar dos Lemos (*O Município de Santa Vitória do Palmar* de Tancredo Fernando Melo, 1912).

de Vitória Soares de Andréa, 1^o tenente João Soares Pinto e o futuro barão de Ladário, (7) e outros. A 1-10-1852, iniciava-se a demarcação na fronteira do Chui.

Nesse meio tempo, dava-se o encontro dos dois comissários, a 2 de novembro no passo do Chui. A 1º de janeiro de 1853, voltaram a reunir-se para fixar a direção da linha divisória, quando surgiram as primeiras dúvidas em torno da interpretação do tratado em relação aos terrenos. A imperfeição das cartas e o zélo dos comissários contribuíram sobremodo para uma contraditória exegese. Andréa procurou fazê-lo da melhor forma sobre o pontal de S. Miguel e o que se deveria entender por lagoa Mirim. Argumentou que para o Brasil o *uti possidetis* não poderia deixar de abranger o terreno em litígio, ocupado desde muitos anos por famílias genuinamente brasileiras. Seguiu-se larga discussão, mas sem lograr-se resultado positivo. A controvérsia da mais alta magnitude, pois, teria de ser resolvida diretamente pelos governos. Andréa retornou ao escritório central, e em defesa de grande extensão territorial, tal qual estava nos tratados, fez sentir patrioticamente à nossa legação em Montevidéu que "esta questão vale uma guerra, se não puder ser decidida amigavelmente, conforme o nosso direito". (8) A demarcação prosseguia lentamente nos pontos que não afetava.

Triunfou a tese de Andréa, sustentada e defendida em Montevidéu por José Maria da Silva Paranhos, conforme consta do acôrdo assinado na segunda quinzena de abril e aprovado pelo imperador a 8 de maio de 1853.

Vencida tal dificuldade, os comissários lavraram a ata de 15-6-1853, fixando-se a verdadeira linha divisória. Depois de concluídos os trabalhos de demarcação da linha do Chui, Andréa, Reyes e o filho deste, Eng. Júlio, procuraram determinar os pontos para a colocação dos marcos. Assentaram-se quatro provisórios de madeira, nos pontos que assinalam a linha do Chui ao pontal de S. Miguel, com legendas e armas das nações contratantes. (9) A operação ficou completada em 15 de junho. Os demais trabalhos ficaram paralisados por causa da estação invernosa.

Andréa retirou-se a 25 de julho de 1853 para S. José do Norte, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Os oficiais que ficaram em Jaguarão ocuparam-se dos trabalhos inerentes a cálculos para resolução de triângulos.

(7) Fundador do combativo jornal "O Povo" na cidade do Rio Grande.

(8) Adotado o ponto de vista oriental, o Brasil perderia importante território, compreendido entre a lagoa Mirim e os passos gerais dos arroios São Miguel e Chui, além de considerável região na margem oriental da mesma lagoa. Graças à tão nobre atitude de Andréa e Paranhos, diz o Cel. Felicio Lima, patrono do "Instituto de Geografia e História Militar do Brasil", o Brasil conseguiu uma vitória sem derramar o precioso sangue de seus filhos.

(9) Fotos no livro citado à nota 6. Os marcos são de granito. Os maiores têm o formato de pilastra de cantaria, assentados sobre dois degraus, que repousam em base cilíndrica e pedra e cal. Altura aproximada de 5 m e 9 metros de diâmetro.

gulos, observações astronómicas, elaboração de plantas e alguns trabalhos topográficos. Reyes, de Montevidéu, reclamou, porém, a respeito da inscrição do terceiro marco, sendo atendido pelo aviso de 30-5-1854, diante do parecer favorável de Andréa. Em decorrência foram redigidas e assinadas pelos comissários duas atas com as alterações indicadas. Elaboraram-nas em Jaguarão, onde já estavam desde princípios de 1854, aguardando as carrétes encomendadas para os trabalhos especializados. Determinou-se a elaboração de carta completa. Novas dúvidas suscitararam-se sobre o galho mais ao sul do rio Jaguarão e sobre a determinação do verdadeiro arroio S. Luis. Mas a divergência foi contornada pelos dois comissários.

Em março de 1855, o destino levaria Andréa à Corte para compartilhar dos graves padecimentos de sua querida companheira — Germana — de quase meio século de vida em comum.

Regressava poucos dias depois ao sul, de onde não voltaria, para curtir sua viuvez no árduo trabalho.⁽¹⁰⁾

A demarcação chegara em 1855 até a coxilha de Santana, ⁽¹¹⁾ avizinhando-se de toda a fronteira.

Dúvidas ocorrentes foram resolvidas de comum acordo, como se vê das extensas atas de 6-4-1856 e 28-4-1856, lavradas em Santana do Livramento e Alegrete. Toda a fronteira estava reconhecida, desde quando a linha do Quarai, ainda não percorrida, seguia o curso daquele rio, e consequentemente se achava demarcada.

Em 1857, os trabalhos localizaram-se na linha do Jaguarão à coxilha de Santana. O chefe político do Cêrro Largo embaraçou de algum modo a marcha dos serviços por não conceber a entrada do pessoal em território uruguai, na ausência, aliás, voluntária do comissário. Esclarecida a situação, procurou-se adiantar os trabalhos até o arroio da Invernada.

Novas dificuldades toldariam o ambiente de cordialidade. A linha divisória da fronteira cortava a vila de Santana do Livramento, com dependências no Estado Oriental. Do interior da província do Rio Grande do Sul não se poderia ir aquela vila, e vice-versa, sem passar por um estado estrangeiro. Para obviar esse grave incômodo, os comissários assentaram que "o Uruguai cederia ao Brasil uma área de terreno suficiente para logradouro da vila de Santana do Livramento, cedendo, por sua parte, o Império àquela República uma igual superfície de terreno de idêntico valor e condições, em outro ponto da fronteira" (ata de 1-4-1857).

(10) Nesse transe não lhe faltaram o imperador, o visconde do Rio Branco, ministro residente em Montevidéu e que depois ocuparia a pasta dos Estrangeiros, políticos, estadistas e devotados companheiros. Agraciado, um dia antes do falecimento da esposa, com o título barão de Caçapava com honras de grandeza.

(11) V. relatório citado, 1856, do ministro José Maria da Silva Paranhos.

A demarcação de superfície, pois, dos terrenos reciprocamente cedidos e compensados, era atribuída aos respectivos comissários, para ratificação posterior dos governos. Celebraram-se no Rio a 4 de setembro e a 31 de outubro, entre os plenipotenciários os ajustes necessários. A troca, porém, jamais se operaria, conservando o *statu quo* anterior à demarcação sem a influência prevista. As fronteiras do Aceguá e S. Luís ficaram reguladas definitivamente.

Andréa nos anos de 1857 e 1858, intensificou os trabalhos para antecipação de férias ou licença como lhe aconselhavam Caxias (12) e Paranhos. O próprio ministro, no relatório oficial de 1856, já dizia: "É digno de maior elogio o zélo com que o Sr. Barão de Caçapava, apesar do rigor dos anos, e de uma enfermidade que lhe sobreviera nos trabalhos da fronteira, se esforça por levar ao fim a tarefa que o governo imperial cometeu à sua perícia e patriotismo".

Exatamente, neste momento, discussões com autoridades da Corte tomavam uma tonalidade áspera. (13) Andréa revidava com veemência. Isso viria agravar-lhe os padecimentos crônicos do estômago, a ponto de obrigá-lo a recolher-se ao leito por algumas semanas, sem embargo da assistência aos casos mais importantes até às antevésperas do falecimento, ocorrido a 2-10-1858, com a idade de quase 78 anos. (14)

Deixou os trabalhos praticamente ultimados, apesar de certo desinteresse, em várias etapas, por parte dos representantes orientais. (15)

* * *

José de Vitória Soares de Andréa, o oficial mais graduado, ficou na supervisão da Comissão de Limites até o primeiro decêndio de dezembro. O novo presidente, brigadeiro Pedro Alcântara Bellegarde, de grande projeção política e internacional, nomeado a 25 de novembro, assumiu o exercício a 11 de dezembro, percorrendo toda a fronteira do Rio Grande

(12) O imperador, a instância de Caxias, presidente do Conselho de Ministros, conferiu a Andréa em 9-9-1856 a maior honraria do Império — conselheiro de estado extraordinário — (V. ofício de agradecimento, 6-10-1856, na lata 496, 2º livro do Arq. Hist. Itamarati).

(13) Em carta de 2-2-1858 acentuava, por exemplo, a deficiente lotação de oficiais e a ameaça de perda da metade da força dos Piquetes. Não obstante, este estimulava os subordinados, instruindo-os nessa emergência.

(14) V. Marechal Soares de Andréa (barão de Caçapava), *Dados biográficos e subsídios correlativos*, de José Andréa in "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil", 1966, n. 52, pp. 129-165.

(15) Andréa consumiu as últimas reservas físicas em 6 anos de hercúleos esforços. Normalmente era tarefa para o dôbro ou triplo do tempo. Bellegarde, nos arremates e na simples colocação de marcos, despenderia 4 anos.

do Sul. A triangulação já alcançara o chamado passo do Ijuguari no Quarai e os "caminhamentos" até a barra da Invernaça. Achou os marcos bem colocados em toda a linha, dando por terminados os trabalhos geodésicos e topográficos em 23 de março de 1859. Um mês depois participava ao governo central que reduzira os trabalhos à sua expressão gráfica para ultimar os atos demarcatórios.⁽¹⁶⁾ Completou-se a carta geral de toda a fronteira.⁽¹⁷⁾ A colocação material dos marcos continuaria, gradativamente, em obediência à linha traçada e ajustada em 6-4-1856.⁽¹⁸⁾ O governo imperial deu afinal por concluída a Comissão de Limites em comêço de 1860.⁽¹⁹⁾

* * *

O trabalho da Comissão é muito valioso: "uma rede de triângulos geodésicos — para usar a linguagem dos técnicos — unia o pôrto do Rio Grande ao Chui, dêste se desenvolvia por toda a longa fronteira até a barra do Guarai e por uma ramificação à vila de Uruguaiana sobre o Uruguai".

A Andréa, portanto, as honrarias a que tem indiscutível direito, por ter fixado definitivamente as fronteiras com o Uruguai. O Brasil, que pôde entrar pacificamente na posse de terrenos, compreendidos entre a antiga

(16) Bellegarde, em exposição oficial, refere-se carinhosamente ao relatório do seu antecessor, datado de 20 de março de 1857, "que historia todas as ocorrências e se torna bem visíveis os relevantes serviços prestados pelo ilustre barão de Caçapava".

"Era o principal desiderato do mar. Andréa estabelecer uma fronteira que impedissem toda e qualquer reclamação futura da parte do Estado vizinho, e foi por isso que sem quebra do andamento da demarcação de limites, tratou de criar uma base para a carta do Império, cuja falta é sobremodo sensível. Levantou plantas de zonas de terrenos em distâncias da fronteira e tomou todos os apontamentos que julgou indispensáveis ao bom resultado do seu plano" Galeria dos Brasileiros Ilustres, Sisson, contemporâneo de Andréa, tomo II.

(17) O escritor gaúcho, Abelard Barreto, domiciliado no Rio, possui uma magnífica coleção de plantas parciais levantadas tanto pelo Brasil como pelo Uruguai.

(18) Em o 1º trimestre de 1863 estavam instalados 62 marcos (13 grandes e 49 pequenos), conforme mapa demonstrativo de sua posição, isto é, da foz do Chui à do Guarai (vide relatório de 1861, doc. 17).

(19) V. relatório cit., 1860, do ministro João Lins Vieira Cansanção Sinimbu bem como a carta geral (1852-1860) arquivada no Itamarati. Bellegarde assinou o expediente no Rio Grande até meados de junho de 1859 e dai até 23 de abril de 1860 do Rio de Janeiro. José de Vitória foi destilgado da Comissão a 1-1-1859.

e a nova linha divisória, numa extensão calculada em 152 léguas quadradas em que se dilata a respectiva fronteira, (20) escreveu uma página luminosa e deu um exemplo edificante de patriotismo e perseverança ao mundo. (21)

(20) V. relatório cit., 1863, do ministro, marquês de Abrantes (doc. 153).

O citado escritor Abelard, que está preparando uma notável bibliografia de autores estrangeiros sobre o Rio Grande do Sul incluindo trabalhos cartográficos e iconográficos, acredita que a inteligência de Andréa contornou a desvantagem do tratado de 1852, incorporando excelentes e extensas terras ao Estado do Rio Grande do Sul.

(21) O Ministério das Relações Exteriores deveria divulgar o precioso documentário. Os relatórios, atas, correspondência, ordens de serviço, diários, plantas, croquis, mapas, cadernetas de cálculo estão guardados no Arquivo Histórico do Itamarati. Há, na lata 496, 8 livros de registro de correspondência oficial, com 894 páginas, em caligrafia bem legível, de 14-6-1852 a 28-6-1860, faltando a de fins de julho de 1854 a fins de setembro de 1855. O volumoso livro encadernado (papéis diversos) de 1852-1857, talvez supra a inexplicável omissão (lata 497). Outros livros de correspondência da Pasta dos Estrangeiros bem como documentos confidenciais, conferências, relatórios e quadros de despesa (latas 497 e 502, correspondência do ano de 1855?). O livro-diário na lata 498. Encontram-se, ainda, documentário nas latas 169, 171, 222, 258, 272, 278, 284, 340, 499, 500, 501, em relação a Andréa.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem também os relatórios até 1854 e documentos interessantes. Estão arquivados nas latas 194 e 125 (os principais) 180, 139 e 281.

O Arquivo do Exército, o Arquivo Nacional em obras e outras entidades talvez possuam documentários de primeira ordem.

A maior coleção de plantas e mapas está na Mapoteca do Itamarati.

É proveitosa a leitura dos relatórios dos Negócios Estrangeiros dos anos de 1853 a 1863, com a transcrição de tratados, atas e correspondências aos orientais. Da mesma forma, o livro *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção Completa dos Tratados celebrados pelo Brasil com diferentes Nações estrangeiras* de Antônio Pereira Pinto, livro III, 1866.

As peças em conjunto devem ultrapassar a casa de um milhar, revelando a excepcional capacidade de trabalho de Andréa e dos dirigentes de outrora.

Da imprensa gaúcha, rareiam, no Rio de Janeiro, os exemplares que poderiam interessar as nossas pesquisas.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO CHILE

Maj. Inf.
HELIO COSTA

SUMÁRIO

1. Generalidades
2. Situação da Capitania Geral do Chile no início do Século XIX
3. A Situação pré-revolucionária e revolucionária
4. A ação de SAN MARTIN e BERNARDO O'HIGGINS
5. A consolidação da República
6. Conclusão

DESENVOLVIMENTO

1. Generalidades

O Chile teve sua conquista realizada de 1539 a 1558. Em 1541 foi fundado Santiago. Criou-se a Nova Extremadura sendo eleito Valdivia Governador. A conquista do Chile foi realizada com base em Lima tendo já fracassado tentativas partidas de Espanha.

Teve caráter privado e foi objeto de múltiplas concessões da Coroa. A resistência dos indígenas foi violenta. Como ficou dito acima, em 11 de junho de 1541, Pedro de Valdivia foi aclamado Governador do Chile pelo Cabildo sendo depois reconhecido pelo V R do Peru, La Gasca.

Em 1609 a Audiência, fundada anteriormente em Concepción, transladou-se para Santiago. Em 1783 foi elevado a Capitania Geral e declarou-se autônoma em relação ao V R do Peru. Em 1783 foram organizadas as Intendências de Santiago e Concepción. Este é um pequeno resumo da formação histórica do Chile necessário a compreensão do seu processo de emancipação política. Este processo observado de um modo amplo, apresenta aspectos semelhantes com o que aconteceu em toda H S A. Efetivamente, os ressentimentos criados pelos processos coloniais da Espanha eram comuns. Deu-se o rompimento de clausura intelectual cujos efeitos logo se faziam sentir. Com isto, os ideais de liberdade que agitavam o mundo, no final do século XVIII chegaram a H S A. Eram idéias relativas à liberdade do Comércio, organização democrática dos Governos e tantas outras que impressionavam os americanos desejosos de melhores dias.

Deste modo, pouco a pouco se ia formando um clima pré-revolucionário e posteriormente de completa Revolução.

O desmoronamento do trono espanhol, no início do Século XIX, consequente da ação de Napoleão, criou uma oportunidade excepcional para o desencadeamento do movimento emancipador.

No entanto, a Revolução do Chile apresenta caracteres originais. Nenhuma das Colônias espanholas parecia menos preparada que esta para alcançar sua Independência. Nenhuma era mais pobre e atrasada.

O pouco caso com que a Espanha o havia tratado, foi motivo para que o Chile recebesse menor herança de vícios e corrupção.

O desprezo com que os monarcas espanhóis tratavam o Chile favoreceu grandemente o aliciamento de descontentes, que, sob a orientação de espíritos mais adiantados e ousados começaram a se congregar em torno da idéia de liberdade, pregada pelos intelectuais que procuravam mostrar a seus compatriotas a diferença existente entre a Obscura Colônia e os Povos livres.

A fim de que se possa compreender o Processo Chileno é necessário que inicialmente se mencione a situação da CGC no início do Século XIX.

A situação pré-revolucionária e posteriormente revolucionária como repercussão da ação de Napoleão bem como a ação admirável de San Martin e O'Higgins devem necessariamente também ser vistas.

Finalmente, mister se faz verificar como se deu a Consolidação da República. E o que veremos.

2. Situação da CGC no inicio do século XIX

A CGC compreendia a Audiência de Santiago e estava dividida em várias Intendências.

A população era estimada em 600.000 habitantes com predominância do branco e pequeno número de mestiços.

A propriedade privada estava mais dividida que em qualquer outra parte dos domínios espanhóis.

As instituições de "Encomienda" e de "Repartimiento" sofreram na Capitania, grandes adaptações do que resultou uma organização social muito mais aproximada do Brasil do que da de outros V.R. Os proprietários rurais tinham ao seu lado, grupos de Colonos denominados "inquilinos" que lhes estavam submetidos voluntariamente e com os quais mantinham relações cordiais e benéficas.

Formou-se assim uma sociedade com algumas características de cooperativista, denominada pelos proprietários rurais radicados na terra que conquistaram e trabalharam para dela arrancarem a

subsistência e muito ressentidos com as autoridades metropolitanas que relegaram a Capitania a um plano secundário.

- A CGC tinha uma Universidade.

As idéias liberais corrente no século foram introduzidas por alguns viajantes, por chilenos ilustres educados no estrangeiro e como conseqüência do intercâmbio comercial mantido com Portos Americanos.

3. A situação Pré-revolucionária e Revolucionária

Na CGC como em toda HSA, a ação de Napoleão, na Espanha, em 1808, teve também repercussão na marcha dos acontecimentos.

Governava em 1808 a CGC D. Luiz Nunez de Guzman. Com o falecimento dêste, assumiu o Governo o Brigadeiro D. Francisco Garcia Carrasco, militar de maior graduação.

Carrasco ao tomar conhecimento de que Napoleão invadira a Espanha, em face de agitação surgida e já suspeitando de uma conspiração, contra seu Governo, mandou prender vários membros do Cabildo que vinham insistindo na constituição de uma Junta.

A agitação estava formada o que obrigou a Audiência a forçar a Carrasco que renunciasse.

Com a saída de Carrasco foram convocados os chefes militares e os civis mais importantes de Santiago os quais escolheram a D. Mateus de Toro Zambrano, Conde de La Conquista, para governar o Chile, assumindo o Poder a 16 de julho de 1810.

A luta, no entanto, entre realistas e patriotas prosseguiria.

Os patriotas revolucionários acabaram por forçar a renúncia também de Zambrano cujo governo era simpático aos espanhóis e foi organizada uma Junta de Governo, de 7 membros, em 18 de setembro de 1810, da qual figurava ainda como Presidente o próprio Zambrano.

A partir daí a situação se acalmou inclusive com a convocação de um Congresso.

Em 12 de abril de 1811 irrompeu uma sedição em Santiago, chefiada pelo Cel espanhol Tomas de Figueroa que tentou depôr a Junta sendo no entanto debelada.

Em 4 de julho de 1811 o Congresso se reuniu em Santiago. Houve grande agitação por parte dos liberais o que acabou originando a dissolução do mesmo, a 10 de agosto de 1811, sendo organizada nova Junta de 3 membros.

Em 4 de setembro de 1811 a Junta organizada a 10 de agosto foi por sua vez também dissolvida e confiado o Governo a D. José Miguel Carrera.

Os liberais reorganizaram o Congresso, no entanto, Carrera o dissolveu em 15 de novembro de 1811 e organizou um governo de 3 membros do qual iria participar como representante de Concepción D. Bernardo O'Higgins que estava destinado a desempenhar papel relevante na emancipação política de seu país. Nesta altura, o VR do Peru D. Fernando Abascal decidiu intervir. Enviou uma expedição sob o comando de Pareja que chegou ao Chile em janeiro de 1813. Em 31 de janeiro de 1814 novos reforços vindos do Peru chegaram ao Chile sob o comando do Brigadeiro D. Gavino Gainza. Entrementes, em 7 de março de 1814 foi eleito para o governo do Chile D. Francisco Lastra que contrariando o que se esperava, negociou com os espanhóis o Tratado de Lircay em 3 de maio de 1814 em que o VR do Peru reconheceu o governo do Chile que por sua vez se submetia a autoridade de Fernando VII.

Claro estava que os patriotas não se sujeitariam a isso. Carrera, tendo sido posto em liberdade pois havia sido preso pelos realistas, regressou a Santiago e comandou uma rebelião em 23 de julho de 1814 se apoderando do governo e organizando uma Junta. O'Higgins no entanto não reconheceu o governo. Era pois a luta civil.

Disto se aproveitou Abascal para enviar ao Chile mais reforços, agora sob o comando do Cel. Osório. Carrera e O'Higgins esquecendo os ressentimentos se uniram para combater o inimigo comum. Era, no entanto, muito tarde.

As tropas chilenas foram derrotadas em Rancáguia em 1 de outubro de 1814. O'Higgins chefiou então uma retirada através dos Andes e se refugiou em Cuyo a 12 de outubro de 1814 cujo Intendente era San Martin.

Agora a luta pela Independência Chilena ia ser comandada pelo intrépido argentino.

4. A ação de San Martin e O'Higgins

San Martin que desde 1814 havia chegado a Tucuman, no comando de forças argentinas, era em 1816, Intendente do Cuyo (atuais Províncias argentinas de Mendoza, S. Juan e S. Luiz).

Desde cedo compreendeu que os fundamentos do Poder Militar espanhol na HSA estavam no Peru e que sem destruí-lo integralmente não conseguiria de modo definitivo a Independência das Províncias Unidas do Prata, que era afinal o seu objetivo maior.

Concebeu uma manobra estratégica que consistia em manter-se na defensiva no Alto-Peru (atual Bolívia) e conquistar através dos Andes, uma Base de Operações no Chile onde através o Pacífico se deslocaria ao Baixo-Peru (atual Peru), para bater o grosso do Exército espanhol.

Com esse fim, organizou e treinou seu Exército dos Andes. Estava pronto para iniciar sua grande empreza.

Deste modo, a 18 de janeiro de 1817, iniciou o deslocamento com sua coluna principal e após ter atravessado os Andes, travou a 12 de fevereiro de 1817 a Batalha de Chacabuco cuja vitória foi um passo decisivo para a próxima emancipação do Chile.

No dia 14 de fevereiro de 1817, San Martin entrava em Santiago recusando o Governo que lhe ofereceram, em benefício de O'Higgins.

A sombra do triunfo de Chacabuco se estabeleceu o Governo Nacional do Chile sob a direção de O'Higgins.

Lançaram-se as bases de um novo Exército e se pôs em equação o problema da invasão do Peru como único meio de assegurar a Independência dos países sul-americanos. Nem todo o Chile estava em mãos dos Patriotas. Era preciso expulsar os espanhóis definitivamente.

Entrementes, o VR do Peru preparava uma expedição de 3.000 homens sob o comando do General D. Mariano Osório e a enviou contra os chilenos.

O'Higgins achou que era necessário tratar logo da Proclamação da Independência. Decidiu então fazer um Plebiscito para que o povo se manifestasse sobre a conveniência de declarar a Independência. O povo se declarou maciçamente a favor e aquela foi proclamada a 12 de fevereiro de 1818.

As operações iriam prosseguir. E chegou-se ao desastre de Cancha Rayada a 19 de março de 1818 em que os realistas obtiveram uma grande vitória.

Na manhã de 21 de março de 1818, começaram a chegar em Santiago notícias da derrota de Cancha Rayada atemorizando a população que se preparou para retirar-se na direção de Mendoza.

No entanto, no dia 24, O'Higgins entrou em Santiago, reassumiu o Governo e dominou a situação.

Retomadas as operações San Martin travou, finalmente, a Batalha de Maipú a 5 de abril de 1818 cuja vitória selou definitivamente a Independência Chilena. A Batalha de Maipú se por um lado consolidou a Independência do Chile, recém declarada, por outro repercutiu sobre o Poder espanhol no Peru, obrigando suas forças militares a se confinarem nessa área, impedindo-a de reforçarem os realistas em outros TO, desafogou também a situação militar do VR do Prata com a diminuição de pressão no Alto Peru. A guerra, porém, continuaria por mais algum tempo no Chile.

E somente a 23 de fevereiro de 1822 com o enferramento de Vicente Benevides estava tudo terminado.

5. A consolidação da República

Após a Batalha de Chacabuco, realizada no dia 12 de fevereiro de 1817, San Martin entrou em Santiago no dia 14 e recusou a chefia

subsistência e muito ressentidos com as autoridades metropolitanas que relegaram a Capitania a um plano secundário.

A CGC tinha uma Universidade.

As idéias liberais corrente no século foram introduzidas por alguns viajantes, por chilenos ilustres educados no estrangeiro e como consequência do intercâmbio comercial mantido com Portos Americanos.

3. A situação Pré-revolucionária e Revolucionária

Na CGC como em toda HSA, a ação de Napoleão, na Espanha, em 1808, teve também repercussão na marcha dos acontecimentos.

Governava em 1808 a CGC D. Luiz Nunez de Guzman. Com o falecimento d'este, assumiu o Governo o Brigadeiro D. Francisco Garcia Carrasco, militar de maior graduação.

Carrasco ao tomar conhecimento de que Napoleão invadira a Espanha, em face de agitação surgida e já suspeitando de uma conspiração, contra seu Governo, mandou prender vários membros do Cabildo que vinham insistindo na constituição de uma Junta.

A agitação estava formada o que obrigou a Audiência a forçar a Carrasco que renunciasse.

Com a saída de Carrasco foram convocados os chefes militares e os civis mais importantes de Santiago os quais escolheram a D. Mateus de Toro Zambrano, Conde de La Conquista, para governar o Chile, assumindo o Poder a 16 de julho de 1810.

A luta, no entanto, entre realistas e patriotas prosseguiria.

Os patriotas revolucionários acabaram por forçar a renúncia também de Zambrano cujo governo era simpático aos espanhóis e foi organizada uma Junta de Governo, de 7 membros, em 18 de setembro de 1810, da qual figurava ainda como Presidente o próprio Zambrano.

A partir daí a situação se acalmou inclusive com a convocação de um Congresso.

Em 12 de abril de 1811 irrompeu uma sedição em Santiago, chefiada pelo Cel espanhol Tomas de Figueroa que tentou depôr a Junta sendo no entanto debelada.

Em 4 de julho de 1811 o Congresso se reuniu em Santiago. Houve grande agitação por parte dos liberais o que acabou originando a dissolução do mesmo, a 10 de agosto de 1811, sendo organizada nova Junta de 3 membros.

Em 4 de setembro de 1811 a Junta organizada a 10 de agosto foi por sua vez também dissolvida e confiado o Governo a D. José Miguel Carrera.

Os liberais reorganizaram o Congresso, no entanto, Carrera o dissolveu em 15 de novembro de 1811 e organizou um governo de 3 membros do qual iria participar como representante de Concepción D. Bernardo O'Higgins que estava destinado a desempenhar papel relevante na emancipação política de seu país. Nesta altura, o VR do Peru D. Fernando Abascal decidiu intervir. Enviou uma expedição sob o comando de Pareja que chegou ao Chile em janeiro de 1813. Em 31 de janeiro de 1814 novos reforços vindos do Peru chegaram ao Chile sob o comando do Brigadeiro D. Gavino Gainza. Entrementes, em 7 de março de 1814 foi eleito para o governo do Chile D. Francisco Lastra que contrariando o que se esperava, negociou com os espanhóis o Tratado de Lircay em 3 de maio de 1814 em que o VR do Peru reconheceu o governo do Chile que por sua vez se submetia a autoridade de Fernando VII.

Claro estava que os patriotas não se sujeitariam a isso. Carrera, tendo sido pôsto em liberdade pois havia sido preso pelos realistas, regressou a Santiago e comandou uma rebelião em 23 de julho de 1814 se apoderando do governo e organizando uma Junta. O'Higgins no entanto não reconheceu o governo. Era pois a luta civil.

Disto se aproveitou Abascal para enviar ao Chile mais reforços, agora sob o comando do Cel. Osório. Carrera e O'Higgins esquecendo os ressentimentos se uniram para combater o inimigo comum. Era, no entanto, muito tarde.

As tropas chilenas foram derrotadas em Rancáqua em 1 de outubro de 1814. O'Higgins chefou então uma retirada através dos Andes e se refugiou em Cuyo a 12 de outubro de 1814 cujo Intendente era San Martin.

Agora a luta pela Independência Chilena ia ser comandada pelo intrépido argentino.

4. A ação de San Martin e O'Higgins

San Martin que desde 1814 havia chegado a Tucuman, no comando de forças argentinas, era em 1816, Intendente do Cuyo (atuais Províncias argentinas de Mendoza, S. Juan e S. Luiz).

Desde cedo comprehendeu que os fundamentos do Poder Militar espanhol na HSA estavam no Peru e que sem destruí-lo inteiramente não conseguiria de modo definitivo a Independência das Províncias Unidas do Prata, que era afinal o seu objetivo maior.

Concebeu uma manobra estratégica que consistia em manter-se na defensiva no Alto-Peru (atual Bolívia) e conquistar através dos Andes, uma Base de Operações no Chile onde através o Pacífico se deslocaria ao Baixo-Peru (atual Peru), para bater o grosso do Exército espanhol.

Com esse fim, organizou e treinou seu Exército dos Andes. Estava pronto para iniciar sua grande empreza.

Deste modo, a 18 de janeiro de 1817, iniciou o deslocamento com sua coluna principal e após ter atravessado os Andes, travou a 12 de fevereiro de 1817 a Batalha de Chacabuco cuja vitória foi um passo decisivo para a próxima emancipação do Chile.

No dia 14 de fevereiro de 1817, San Martin entrava em Santiago recusando o Governo que lhe ofereceram, em benefício de O'Higgins.

A sombra do triunfo de Chacabuco se estabeleceu o Governo Nacional do Chile sob a direção de O'Higgins.

Lançaram-se as bases de um novo Exército e se pôs em equação o problema da invasão do Peru como único meio de assegurar a Independência dos países sul-americanos. Nem todo o Chile estava em mãos dos Patriotas. Era preciso expulsar os espanhóis definitivamente.

Entrementes, o VR do Peru preparava uma expedição de 3.000 homens sob o comando do General D. Mariano Osório e a enviou contra os chilenos.

O'Higgins achou que era necessário tratar logo da Proclamação da Independência. Decidiu então fazer um Plebiscito para que o povo se manifestasse sobre a conveniência de declarar a Independência. O povo se declarou maciçamente a favor e aquela foi proclamada a 12 de fevereiro de 1818.

As operações iriam prosseguir. E chegou-se ao desastre de Cancha Rayada a 19 de março de 1818 em que os realistas obtiveram uma grande vitória.

Na manhã de 21 de março de 1818, começaram a chegar em Santiago notícias da derrota de Cancha Rayada atemorizando a população que se preparou para retirar-se na direção de Mendoza.

No entanto, no dia 24, O'Higgins entrou em Santiago, reassumiu o Governo e dominou a situação.

Retomadas as operações San Martin travou, finalmente, a Batalha de Maipu a 5 de abril de 1818 cuja vitória selou definitivamente a Independência Chilena. A Batalha de Maipu se por um lado consolidou a Independência do Chile, recém declarada, por outro repercutiu sobre o Poder espanhol no Peru, obrigando suas forças militares a se confinarem nessa área, impedindo-a de reforçarem os realistas em outros TO, desafogou também a situação militar do VR do Prata com a diminuição de pressão no Alto Peru. A guerra, porém, continuaria por mais algum tempo no Chile.

E sómente a 23 de fevereiro de 1822 com o enfocamento de Vicente Benevides estava tudo terminado.

5. A consolidação da República

Após a Batalha de Chacabuco, realizada no dia 12 de fevereiro de 1817, San Martin entrou em Santiago no dia 14 e recusou a chefia

do Governo que lhe ofereceram, em benefício de O'Higgins. O'Higgins governou por 6 anos consecutivos com relativa calma. Em meados de 1822 começaram no entanto, as aspirações de vários cidadãos para impôr uma nova ordem no Chile mais conforme com o sistema Republicano.

Um Congresso de Deputados foi convocado por O'Higgins e este ditou uma Constituição (1822) que não correspondia as exigências liberais da opinião pública pois o Diretor continuava com um Poder "Supremo quase sem limite".

O'Higgins era Republicano por caráter e por sistema mas acreditava que a verdadeira República não podia ser implantada depressa.

Em janeiro de 1823 foi chamado a comparecer a uma Reunião feita pelos Titulados de Santiago, na qual O'Higgins se apresentou com altivez, digna de si e depois o Governo nas mãos de uma Junta.

Acreditando que seu afastamento do Chile poderia facilitar mais a ação da Junta, seguiu para o Peru. O governo em março de 1823 foi assumido por D. Ramon Freire que foi eleito Diretor Supremo.

De 1823 a 1830 não foi das mais calmas a vida da novel República. No entanto entrava em pleno gôzo de sua vida Constitucional. Deixara de ser Colônia.

6. Conclusão

O Processo de Emancipação Política do Chile, teve como condicionantes fatôres diversos, entre os quais julgamos necessário ressaltar como conclusão do estudo feito:

1) O tratamento de desprezo que os governantes espanhóis sempre davam ao Chile, se por um lado foi motivo para que recebesse menor herança de vícios e corrupções por outro favorecia o aliciamento de descontentes.

2) As adaptações que sofreram as instituições da "Encomienda" e do "Repartimiento" das quais surgiu uma Organização social impar na HSA, muito parecido com o Brasil, da qual se formou uma classe de proprietários rurais muito ressentida com as autoridades metropolitanas que relegaram a Capitania a um plano secundário.

3) A investida de Napoleão, em 1808 sobre a Espanha, criando uma oportunidade excepcional para o desencadeamento do movimento emancipador.

4. O episódio da negociação com os espanhóis do Tratado de Lircay, em 3 de maio de 1814, contra o qual se revoltaram os patriotas revolucionários.

5) A ação esclarecida de San Martín em que se destaca sua concepção de que os fundamentos do Poder Militar Espanhol na HSA estavam no Peru e que sem destrui-lo inteiramente não conse-

guiria a Independência das Colônias HSA, do que resultou sua conhecida "Manobra Estratégica" em direção ao Peru, passando antes pelo território Chileno, sendo travada então a Batalha de Chacabuco, cuja vitória foi um passo decisivo para a próxima emancipação Chilena.

6) A ação valiosa de Bernardo O'Higgins, patriota chileno que em todas as ocasiões surgidas se bateu bravamente pela emancipação de sua Pátria.

7) A Batalha de Maipu (5 Abr 1818), que se por um lado consolidou a Independência do Chile por outro repercutiu sobre o Poder Espanhol no Peru, obrigando suas forças militares a se confinarem nessa área, impedindo-a de reforçarem os realistas em outros Teatros de Operações.



O QG DO EXÉRCITO NO RIO DE JANEIRO

Maj.

REGINALDO M. MIRANDA

Com sua imponente fachada olhando para o sul e, através do Panteon e Praça Duque de Caxias, para a área verde do velho Campo de Santana depois Praça da República, o vasto edifício do Ministério do Exército é um dos marcos característicos do Rio de Janeiro.

Animados por uma sugestão do Maj João Sihler, dedicado servidor do Patrimônio do Exército, lembramos nesta nota a origem do tradicional quartel cujas construções atuais são conhecidas como Palácio do Exército.

Uma Carta Régia de 29 de setembro de 1699 determinou a vinda de Companhias de Infantes de Lisboa para aumentar a Infantaria paga (tropa regular) do Rio de Janeiro e para a guarnição de Santos. Foi assim criado e organizado o Térço Nôvo do Rio de Janeiro, com quatro Companhias, ficando como guarnição dos Fortes. Tomou a denominação de Regimento do Rio de Janeiro — o Nôvo, pela Resolução de Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de outubro de 1749, passando a 2º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, composto de dez companhias, pelo decreto de 23 de outubro de 1793.

A chegada de D. João VI em 1808 ativou o desenvolvimento urbano, fazendo-se sentir a falta de quartéis para a guarnição do Rio. Resolveu o operoso Ministro da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, construir um quartel para o 2º Regimento de Infantaria de linha, apresentando em 12 de novembro de 1810 uma representação a respeito.

Estando então o Regimento ocupando casas pertencentes aos Bénetinos, ofereceram aquêles religiosos fornecer as telhas e tijolos para o novo quartel, a fim de terem desocupadas suas casas servindo de casernas.

O local do novo aquartelamento seria nas imediações do Campo de Santana que, por suas dimensões, permitia exercícios da tropa. No mesmo mês de novembro de 1810, tomaram as autoridades conhecimento da oferta de doação, de um terreno ao norte do Campo de Santana e para a construção do novo quartel, por parte de Manoel José da Costa Martins Gil e sua mulher Emerenciana Isabsl Dantas e Castro. Certamente, foi o local vistoriado por Frei Custódio de Campos e Oliveira que, com o posto de Coronel, foi de fevereiro de

1808 até fins de 1822 Cirurgião-Mor dos Exércitos e Armada Reais, sendo assim considerado o primeiro Diretor do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

Começaram então a surgir alguns dos costumeiros problemas em assuntos imobiliários.

No terreno oferecido por Martins Gil existia uma área, de umas dez braças de frente por umas quinze de fundo, que o mesmo já havia cedido à Irmandade do Espírito Santo da Freguesia de Santana. A piedosa confraria havia construído, na esquina do seu terreno com a rua de Santana, uma varanda de colunas servindo de "Império do Espírito Santo", opondo-se à cessão da área aos militares. Outra sorte de terras, nas imediações, era disputada pelo Brigadeiro Domingos José Ferreira e pelo futuro doador Martins Gil, correndo as demandas pelo Juízo das Almotaçarias. Outros terrenos, contiguos à área litigiosa, pertenciam ao Brigadeiro Ferreira, que não pretendia dar nem vender suas terras.

Sobre essas complicadas questões foi solicitado parecer ao Intendente de Polícia Paulo Fernandes Vianna, primeiro titular do importante cargo criado por Alvará de 10 de maio de 1808. Do Intendente Vianna ficou a memória de uma autoridade severa porém comedida e respeitadora da lei.

Em ofício datado de 3 de dezembro de 1810 e dirigido ao Conde de Linhares, o Intendente Vianna informava que o terreno da Irmandade, depois de avaliado, seria pago pela quinta parte a mais de seu valor, nos termos da lei, dizendo ainda que, com a importância recebida, a Irmandade poderia, cada ano, construir uma varanda portátil para servir de "Império"; quanto aos outros terrenos, poderia o governo examinar as condições pelas quais eram cedidos aos particulares. Por fim, acabou o governo pagando pelos terrenos particulares a elevada quantia de 7.808\$320. Em 8 de março de 1811 o tabelião Joaquim Carlos da Rocha Pita lavrou a escritura de doação feita por Martins Gil e sua mulher do terreno para o novo quartel.

Destarte, entrou o governo no domínio e posse das áreas em que se ergue o QG do Exército no Rio de Janeiro, jamais tendo se verificado, desde aquéle afastado ano de 1811, nenhuma dúvida sobre a regularidade da incorporação do imóvel ao patrimônio nacional. Já em 1811 foi iniciada a construção do vasto quartel, ocupando toda a quadra formada pelo lado norte do Campo de Santana, Rua de São Lourenço, Rua Detrás dos Quartéis e Rua de Santana, sendo encarregado das obras o Cel Antonio Lopes de Barros, Cmt do Regimento. Orgando o custo total de construção em 200.000 cruzados, até 1821 continuaram os Beneditinos, cumprindo o prometido, a fornecer tijolos e telhas.

Pelo projeto original, do arquiteto Manoel da Costa, o quartel do Regimento seria vasta e espaçosa construção, cada lado da quadra

medindo mais de cem braças de comprimento. Em cada canto haveria um sobrado e, no centro da face principal, um pavilhão para Casa da Ordem, Estado-Maior, etc. Os dois sobrados da frente seriam ocupados um pelo Cel e Secretaria e outro pelo Ten-Cel e Quartel-Mestre. Nos dois sobrados dos fundos ficariam os Majores e seus Ajudantes. Existiriam ainda dependências e alojamentos para os Capitães, Tenentes, Alferes e Oficiais Inferiores (Sargentos), estes junto às suas Companhias.

Pouco depois de 1814, ainda em construção, foi o quartel ocupado pelo 2º Regimento. O esforçado Conde de Linhares não chegou a assistir a vinda dos infantes para o Quartel do Campo, visto ter falecido em 1813, sendo sepultado na Igreja do Convento de Santo Antônio. Em 1828 estava alojado no quartel o 3º Batalhão de Granadeiros, com soldados irlandeses.

As dependências de construção primitiva foram sofrendo sucessivas modificações. Em 1861 foram construídos sobrados na face principal, sobre os antigos alojamentos térreos das Companhias, ligando os sobrados dos cantos ao do centro, importando as obras em 61:1923000. Em fins de 1872 estava concluída uma varanda envidraçada ligando, pelo lado interno, todas as repartições em funcionamento e colocando seu pessoal ao abrigo das intempéries. Custou aquela varanda 18.775\$448. Todo o flanco ao longo da rua de São Lourenço, oposta à de Santana, foi depois demolida para a construção de um sobrado, abrangendo toda aquela ala do quartel. Os trabalhos desta ampliação foram contratados em 1876 por 145.000\$000.

Em seu livro "Casernas e Escolas", editado em dezembro de 1945 pela Biblioteca Militar, atual do Exército, Lima Figueiredo apresenta aspectos da fachada principal nos períodos de 1814 a 1907 e dessa época a 1939.

Antigamente, Oficiais e praças costumavam residir com suas famílias no próprio quartel em que serviam. No velho Quartel do Campo viveram muitas famílias de Oficiais. Na face do fundo existiam cinco grandes tanques de pedra, com uma caixa d'água, também de pedra, onde se lia uma inscrição: 2 de Dezembro de 1853. Seriam aqueles tanques o ponto de reunião para as brincadeiras da criançada que, no século passado, dava a nota alegre no interior do severo casario.

Oportuno lembrar as transformações por que passou o Térço Nôvo de 1700 que, sob a denominação de 2º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, foi o Corpo de Tropa que fez surgir o Quartel do Campo.

Em abril de 1818 foi transformado em 2º Batalhão de Fuzileiros da Corte; depois 3º Batalhão de Caçadores em outubro de 1822. Como Batalhão de Caçadores tomou sucessivamente os números 1, 5, 11 e 10. Em agosto de 1888 tomou a denominação de 10º Batalhão, com 1 Estado-Maior, 1 Estado-Menor e 4 Companhias, que conservou até ser

extinto em 1903, quando três de suas Companhias entraram na organização do 2º RI. Embora com diferentes denominações, essa Unidade é o mesmo Corpo de Tropa e um dos mais tradicionais do Exército. Sempre estêve sediado no Rio de onde partiu por vêzes para cumprir importantes missões, inclusive participando das Campanhas do Uruguai e do Paraguai.

Encerrado este pequeno resumo, transcrevemos a seguir a ata, valiosa pelos detalhes do prédio, lavrada por ocasião da inauguração do pavilhão principal do Quartel-General e que veio a ser, mais tarde, demolido para ser levantado o atualmente existente:

"Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e nove, com a presença dos Exmos. Srs. Marechal Hermes da Fonseca, altas autoridades do Exército e da Armada e representantes de todas as classes sociais, procedeu-se à inauguração do corpo principal do Quartel-General do Exército, situado em uma das faces da Praça da República entre as ruas Visconde da Gávea e dr. João Ricardo, mandado reconstruir por aviso n. 121, de 21 de julho de 1905, sendo os trabalhos de adaptação e demolição iniciada em fevereiro de 1906. Esta construção cobrindo uma área de 2.576 metros quadrados, tem a sua fachada formada pelos torreões extremos ligados por mansardas ao corpo central, compreendendo estes dois torreões e os aticos que os destacam do torreão central encimado por uma cúpula de base retangular. Compõe-se de três pavimentos, sendo um térreo com três metros e sessenta de altura e dois assobradados com seis metros e meio, o pavimento central da cúpula onde estão instaladas quatro caixas de água com capacidade de 4.500 litros cada uma. Estes três pavimentos comunicam-se por três escadas, duas laterais e uma central e um elevador elétrico automático. O primeiro pavimento compõe-se de vinte e oito salas, destinadas ao Estado-Maior e ao Departamento-Geral da Guerra, arquivos, usina elétrica, imprensa militar, oficina de encadernação, Corpo de Guarda, xadrez, biblioteca, laboratório e instalações sanitárias. O segundo pavimento compõe-se de vinte e três salas, compreendidas pelo Salão de Honra, Gabinetes do Chefe e Subchefe do Estado-Maior, portarias, salas de ajudantes-de-ordens, primeira e segunda secções do Estado-Maior, primeira, segunda e terceira secções do departamento central, primeira de Cavalaria, gabinete do chefe do departamento central, primeira, segunda e terceira secções do departamento central, primeira, segunda e terceira secções de Artilharia e salão de recepção. O terceiro pavimento compõe-se de vinte e duas salas destinadas ao Gabinete do Ministro da Guerra e suas dependências, sala do Ajudante-de-Ordens, sala do Chefe do Gabinete, secção de redação e protocolos, arquivos, salas para trabalhos gráficos de engenharia e Estado-Maior, terceira e

quarta secções do Estado-Maior, gabinete do Chefe do departamento e serviços auxiliares, sala de espera e centro telefônico, primeira secção do departamento da Guerra. No pavimento de cúpula acham-se as caixas de água ligadas entre si e de onde partem dois encanamentos gerais que abastecem todo o edifício. Essas caixas são convenientemente mantidas em um ambiente de temperatura constante. O edifício, externamente, é circundado por um passeio de quatro metros de largura e internamente por uma varanda de ferro com friso de cimento armado e ladrilhamento cerâmico. O edifício foi construído sobre fundações de concreto de cimento, sendo as paredes do rés-do-chão de alvenaria de pedra, e a dos pavimentos superiores de alvenaria de tijolo 6cc. O vigamento, de peroba, repousa sobre madres de ferro, apoiadas em colunas no pavimento térreo. Os soalhos são de frisos de peroba, canela, guarabu em painéis com tabeiras, sendo colocada nos trechos da mansarda frisos de pinho de Riga e canela. Os forros são de pinho de Riga com abas, duas ordens de tabeiras formando diversos painéis e gregas de diversos desenhos. O fôrro do vestíbulo da entrada principal é de aço estampado (esteleonite) e os do salão de honra e do Gabinete do Ministro são de estuque, pintados e decorados a óleo, com ornamentos a claro-escuro e coloridos, estilo Renascença. Os marcos, alizares e rodapés duplos são de canela preta e as esquadrias são de cedro e peroba, com vidros gravados. A estrutura metálica da cobertura compõe-se de tesouras de ferro com encaibramento e ripamento de pinho de Riga e cobertura de telhas de asbestos. O pavimento térreo é todo revestido de ladrilho cerâmico e bem assim a calçada externa e interna da varanda. Internamente, as paredes são emboçadas, rebocadas e pintadas a capricho, sendo artística a pintura da entrada principal. Externamente são paredes revestidas com rebôco de cimento branco, a côr natural. Em todos pavimentos estão instalados aparelhos sanitários, determinados pelas exigências do serviço. A iluminação do edifício é elétrica, sendo mista no Corpo da Guarda e suas dependências. Essa iluminação é feita por meio de lustres, arandelas e lâmpadas pendentes, dando um total de 850 lâmpadas, assim discriminadas: cinqüenta de arco aberto com carvão de efeito, 2.500 velas cada uma; uma de arco fechado de 700 velas, no portão principal; setecentos e quarenta e oito, incandescentes, de 16 velas; vinte incandescentes, de 32 velas e trinta e uma incandescentes, 50 velas. A corrente é fornecida pela Light and Power Company, em instalação de propriedade do Ministério do Exército. Esta corrente, chegada com a alta voltagem de 6.000 volts, é transformada em 216 volts, para os motores e 120 para a iluminação, sendo empregados três transformadores, dois de cem e um de vinte quilowatts ampère de capacidade. A corrente passa pelos competentes aparelhos de fiscalização tais como: amperômetros, voltímetros, interruptores e fusos a óleo para depois de transformada entrar no quadro

geral de distribuição. Este, além de medidores, chaves e fusíveis para cada um dos transformadores, contém, desde já, os aparelhos destinados à distribuição da corrente para os outros edifícios a reconstruir. Do quadro geral de distribuição, a corrente vai ao quadro especial de distribuição da ala já construída. Este quadro contém doze chaves e fusíveis tri-polares para os de quadros secundários espalhados pelo edifício, uma chave e fusível para o elevador e uma de sobressalente. As cinqüenta e uma lâmpadas de arco e as lâmpadas da entrada principal são fiscalizadas por chaves e fusíveis contidos no mesmo quadro de distribuição. A usina transformadora ainda fornece a corrente para a oficina de impressão, a qual é movida por quatro motores trifásicos, de meio, um e dois cavalos, tendo cada máquina o seu motor independente. Dá também a corrente para o elevador, o qual é provido de um jôgo completo de pára-choques "Ennes de Souza", destinado à absorção e desvio lateral das forças de choque como garantia máxima de segurança dada àquele aparelho elétrico-mecânico".

E com a transcrição acima, encerramos este resumo histórico do Quartel-General do Exército no Rio de Janeiro.

PREÇOS

ASSINATURA ANUAL

Brasil	NCr\$	3,00
Exterior	NCr\$	12,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$	0,60
Número atrasado	NCr\$	0,80

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 68.

ENSINAMENTOS DA GUERRA ÁRABE-ISRAELENSE

(OPERAÇÕES)

Gen. BEAUFRE

Trad. da Revista Stratégie de Set-67,
pelo Maj P. MARCOS.

A guerra árabe-israelense apesar de suas particularidades de terreno, clima e de desproporção de forças dos adversários, comporta numerosos ensinamentos de capital importância. Em outros artigos tratei dos principais ensinamentos de natureza estratégica que desde já se poderia destacar. Desejo aqui analisar sumariamente, os ensinamentos de caráter militar operacional, postos em evidência nessa campanha relâmpago.

I — A conquista da superioridade aérea

Admitia-se desde 1945 que a superioridade aérea e se possível o domínio aéreo assumiam uma tal importância de decisão que a totalidade, ou quase, das forças aéreas deveria, no inicio da guerra, se consagrar à batalha aérea visando à conquista dessa superioridade ou desse domínio. No mais puro estilo clássico, que é o que os de ISRAEL fizeram, os resultados que obtiveram em três horas são tais que nos levam a reexaminar várias das idéias sobre a batalha aérea prévia.

Com efeito, no decorrer da última guerra mundial, a batalha aérea surgira como uma ação de desgaste que exigia uma notável superioridade de meios e um esforço prolongado. E sob esse ponto de vista que em 1956 os britânicos exigiam três dias de batalha aérea prévia para destruir os 200 aviões modernos egípcios que havia na época — operação que foi realizada em 48 horas a meu pedido, mas, é preciso dizer, sem que a aviação egípcia haja combatido.

Efetivamente a idéia de uma batalha aérea de curta duração não parecia possível com o número limitado de aviões que se dispõe em tempo de paz a não ser com o emprêgo da arma atômica. Se esse emprêgo fosse negado, estimava-se que a batalha aérea poderia ser longa e até mesmo indecisa.

Ora, na guerra árabe-israelense, constatou-se que, quando a ação de surpresa podia ser executada, uma força de mais ou menos 200 aviões era capaz de destruir 400 quase que sólamente em uma passa-

gem. É preciso reconhecer que, nesse caso, a aviação egípcia, completamente surpreendida por uma aproximação a baixa altitude e em frente não prevista, estava estacionada em campos sem proteção adequada, a não ser pela DCA que, geralmente, intervinha muito tarde. Mas é preciso notar também que o ataque israelense, notavelmente informado, pôde atacar seus objetivos com grande precisão, e dessa forma com a melhor economia de meios. Em geral a segunda passagem só era utilizada para completar as destruições, principalmente para tornar as pistas inutilizáveis.

O que prova este "caso concreto" é o valor decisivo do *ataque de surpresa* e o fato de que, assim, uma aviação inferior numéricamente pode ganhar, de um só golpe, o domínio do ar. Correlativamente encontra-se posta em evidência, a importância vital das *táticas anti-surpresa* que foram elaboradas no quadro da estratégia nuclear mas que encontram sua aplicação direta no quadro da guerra aérea clássica.

É essencial que as forças aéreas disponham de campos que possuam abrigos subterrâneos para os aviões, que sejam tomadas disposições de alerta rápida para a decolagem dos aviões não protegidos antes que o ataque inimigo possa atingi-los e também é necessário que o dispositivo de vigilância permita alertar a tempo as penetrações a baixa altitude, de qualquer que seja a direção de onde venham. É necessário também que o desdobramento dos meios aéreos não seja rigidamente fixo (caso não seja bem protegido) e que as freqüentes mudanças deixem os atacantes na dúvida dos resultados obtidos apesar da surpresa. Finalmente, o desdobramento aéreo não deve ser muito avançado, pelo menos com a totalidade dos meios, a fim de tornar difícil se não impossível o ataque de surpresa na totalidade dos campos de pouso. Todas essas disposições são sabidas desde muito tempo como meio de proteção contra um "Pearl Harbour atômico", mas seu valor parecia haver diminuído devido a existência de forças nucleares de represália praticamente invulneráveis. Parece todavia que elas se impõem para a aviação clássica, se quisermos guardar a possibilidade de decisão de desencadear ou não os revides nucleares. Como tais disposições são muito custosas e cansativas para o pessoal manter durante muito tempo, elas não podem ser permanentes em "tempo de paz" e sim ficar em condições de entrar em prontidão rigorosa assim que o ambiente político seja toldado por nuvens ameaçadoras.

A realidade que se confirmou é a da grande vulnerabilidade da aviação em seus próprios campos, mesmo contra um ataque clássico. Daí provém um grande incentivo ao ataque de surpresa que exigirá para sua defesa um sistema de medidas de alerta bem concebido e um dispositivo de proteção conveniente incluindo a DCA eficaz, é óbvio.

II — A mobilidade na manobra terrestre

É fato que o terreno no Oriente Médio, em geral descoberto, e o céu, de um azul firme na boa época, promovem uma vantagem ainda

maior, que em qualquer outra parte, a quem dispõe da superioridade aérea. É verdade também que tal superioridade constitui a condição principal para a conduta das operações terrestres móveis de certo vulto.

Efetivamente ela permite o emprego das forças aerotransportadas, da mesma forma que a concentração dos fogos aéreos em apoio à batalha terrestre. Esses são fatores que se mostraram essenciais nas batalhas árabe-israelenses.

Essa condição sómente, embora necessária, não é suficiente. A demonstração apresentada pelo Exército de ISRAEL nas três campanhas de 1967 demonstraram a absoluta necessidade da VELOCIDADE. Foi a velocidade de suas penetrações e de seus envolvimentos que emprestou a cada uma dessas campanhas suas características de rapidez e o terem sido elas militarmente decisivas. Nenhuma das campanhas precedentes parece haver terminado em tão curto prazo.

Para obter tal velocidade os israelenses scuberam combinar todos os processos conhecidos, levando-os até a perfeição. Primeiramente, a motorização total das tropas, associando estreitamente o carro de combate à viatura auto, blindada ou não e excelentes meios de comunicação orgânicos e permitindo um emprego muito flexível que proporcionava engajamentos e variações de formação muito rápidas. É preciso notar que nessa guerra clássica o carro desempenha um papel essencial, mas é preciso que a infantaria de apoio seja, antes de tudo, móvel o que não implica em a viatura de transporte ter de ser blindada. O essencial reside na mobilidade em qualquer terreno e na velocidade dos reflexos. Em tódas as operações israelenses, a unidade de emprego tático foi a Brigada orgânica, equivalente ao GT e ao "Combat Command" da última guerra; a Divisão desempenhando sempre o papel de coordenadora e orientadora do conjunto da manobra tática. Em suas ações, estudadas e planejadas com bastante antecedência mas bastante flexíveis e com a organização de meios adequada a cada uma, parece que o problema logístico se baseou na premissa de que as operações seriam de curta duração e descentralizadas. Assim eles se aparelharam com estoques de combustíveis e de munição, sobre rodas e que correspondiam ao consumo de uma batalha de poucos dias, após o que os suprimentos viriam da retaguarda. Em vez de se atravancarem com um mundo de unidades logísticas correspondentes à necessidade de uma ação prolongada, os israelenses preferiram dar a cada Brigada uma grande autonomia temporária; graças a esse procedimento, capaz de apoiar dia e noite sem interrupção, eles puderam realizar progressões diárias de 100 a 150 km., números que tódas as teorias indicavam como desejáveis mas que, até o presente, só raramente haviam sido alcançados. Naturalmente que se tratava de uma batalha de curta duração, de 2 ou 3 dias, e se não tivessem sido decisivas eles teriam que fazer uma parada para reajustamentos e retomada da ação em uma nova fase.

portância decisiva do fator aéreo e da aptidão para as operações rápidas. A respeito desse último ponto, as vitórias israelenses demonstraram que os prazos até então usuais podem ser consideravelmente reduzidos. A Blitz de 1940 durara mais ou menos um mês da mesma forma que as ida e vinda da campanha da LÍBIA. Graças a ações muito violentas e continuas (de dia como à noite) e a uma logística apropriada, a duração da batalha foi de 48 horas. É a essa escala de tempo que teremos agora que nos adaptar.

A conclusão que se impõe é que a batalha clássica terrestre, quando se vale da superioridade aérea, voltou a ser essencialmente instável, contrariamente à evolução que se desenvolvera após o fim do Século XIX. A razão dessa instabilidade repousa no ressurgimento da velocidade e também na limitação, cada vez maior, do volume das forças (devido ao seu alto custo) em comparação com os espaços a cobrir. Na batalha moderna o que se revela decisivo não é tanto a relação numérica das forças em presença mas a relação entre suas capacidades táticas. Esta verdade, que fôra demonstrada em 1940, assumiu agora uma importância capital. Quando essa relação apresenta grandes desniveis, a guerra clássica permite a obtenção de vitórias fulminantes.

Em presença dessa nova instabilidade, a dissuasão nuclear das armas atómicas, táticas ou de ameaça de repressálias estratégicas, permanece até segunda ordem como o único verdadeiro elemento estabilizador.

PAULO AFONSO, SONHO DO PASSADO E REALIDADE DO PRESENTE

A visita do Presidente Costa e Silva à Usina
da Hidrelétrica do São Francisco

Como coroamento aos festeiros do 20º aniversário de sua criação, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco programou a inauguração da 8ª unidade geradora da "Paulo Afonso II", que é a nona do Sistema de Paulo Afonso, e que, a título experimental, já vinha funcionando desde dezembro do ano findo.

Com a presença do Ministro Costa Cavalcanti, das Minas e Energia, Congressistas, Governadores do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, Deputados Estaduais, Presidente da ELETROBRAS, oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica, e após a bênção procedida pelo vigário local, o Sr. Presidente Costa e Silva acionou a chave que pôs o gerador em funcionamento, sob aplauso dos presentes.

Após o ato inaugural e depois de haver percorrido as instalações das duas Casas de Fórmula, S. Exa. o Sr. Presidente da República passou ao canteiro de obras da "Paulo Afonso III", onde o Eng. Amaury Alves Menezes, Diretor-Técnico da CHESF, fez detalhada e completa explanação sobre o andamento das obras.

Ao término da visita, num palanque armado à beira do "cañon", em posição feliz, de vez que dominava a vasta esplanada onde se espinhava grande parte do operariado, funcionários e convidados. Falaram o Dr. Apolônio Sales, Presidente da CHESF e, em nome do Sr. Presidente da República, o Ministro Costa Cavalcanti.

Ponto alto da cerimônia foi a declaração do Ministro das Minas e Energia definindo a firme resolução do Governo de apoio ao prosseguimento das obras de Paulo Afonso e autorizando a construção de uma barragem reguladora do rio, cerca de quatro quilômetros a montante da atual.

Essa solução, que se encontra em fase final de exame por uma Comissão Interministerial, para esse fim nomeada, virá assegurar à CHESF o pleno funcionamento da terceira Casa de Fôrça, com suas quatro unidades geradoras de 206 MW cada uma, possibilitando, por sua vez, em horas de ponta, um reforço adicional de energia, da ordem de um milhão de quillowatts, que serão aproveitados oportunamente.

Sobre esse particular pronunciou-se o Ministro das Minas e Energia em seu discurso, de que destacamos os seguintes trechos:

OUTRA USINA

"Cabe-me também a honra de anunciar nesta oportunidade que, além da terceira Casa de Fôrça da Usina de Paulo Afonso, de acordo com a orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e levando em conta as recomendações do Grupo de Trabalho Interministerial, autorizei a CHESF a iniciar imediatamente a execução do projeto da Usina de Moxotó, distante apenas quatro quilômetros dêste local, no curso principal do rio São Francisco, e que representará um aporte adicional de pelo menos 1.000.000 kw ao sistema do Nordeste. Além de se constituir em valioso agente regularizador da vasão dêste rio, propiciará o novo Projeto o aumento considerável da capacidade geradora de Paulo Afonso.

OTIMISMO

Nenhum local mais significativo e próprio para crermos no Brasil, na nossa gente e no nosso operário, na capacidade de nossos técnicos, engenheiros, empresários, do que nas barrancas desta monumental Cachoeira de Paulo Afonso, hoje transformada em fonte geradora e impulsionadora do progresso dêste Nordeste que já está em marcha acelerada.

Nós, Senhor Presidente Costa e Silva, como Vossa Exceléncia, somos otimistas e deixamos todos esta magnífica e impressionante Hidrelétrica do São Francisco, acreditando cada vez mais no Grande Brasil de Amanhã".

Após a cerimônia, o Presidente da República, que ficou hospedado na residência da Diretoria da CHESF, participou de um banquete de 300 talheres, oferecido pela Empresa aos convidados, às autoridades, funcionários e famílias.

De acordo com as declarações do Presidente da CHESF e, de passagem, com o que foi verificado pela nossa reportagem, os trabalhos de ampliação da Usina de Paulo Afonso estão sendo executados em ritmo extraordinariamente acelerado.

Diz o Senhor Apolonio Sales:

"O potencial energético do São Francisco, na área de concessão da CHESF, é uma garantia para o desenvolvimento agrícola e industrial do Nordeste, por mais otimistas que sejam as previsões. Mais de doze milhões de quilowatts se admitem nas soluções que se antevêm, de Sobradinho ao Xingó, num estirão do rio da ordem de 400 quilômetros.

Água e desnível não faltam para os projetos que os engenheiros brasileiros venham a planejar e tentem executar.

Se este é o panorama a médio prazo da evolução energética da área, justo é que se assegure que a CHESF, dentro da entrosagem harmônica do Ministério das Minas e Energia, da ELETROBRAS e da SUDENE, está absolutamente atenta às necessidades do momento histórico da evolução nordestina.

Admitindo o crescimento reconhecidamente lisonjeiro da demanda na área, até 1970 as disponibilidades de energia já captadas da cachoeira atendem perfeitamente.

Nesse ano, no final do período, impõe-se que nova fonte de energia esteja à disposição dos consumidores. É o de que cuida agora a CHESF, empenhada na construção da terceira Usina — (Paulo Afonso III) — cujas obras, em andamento, prosseguem em ritmo de 24 horas de trabalho por dia. Para tal programa, tem contado com o apoio financeiro maciço da ELETROBRAS. A etapa da "Paulo Afonso III" consta de uma usina subterrânea: (82 metros abaixo do nível do rio) comportando 4 unidades de 208 MW efetivos cada uma, com o correspondente reforço do sistema de transmissão. Prevê-se uma nova linha de 230 mil volts para Salvador, outra de igual tensão para Recife e uma para Campina Grande, servindo ao Rio Grande do Norte e à Paraíba. Pela primeira vez, uma linha de tensão de 400 mil volts constituirá o tronco Paulo Afonso-Angelim, de onde saem as linhas para Recife, Maceió, Campina Grande, Santa Cruz e Natal.

Constará também no reforço da capacidade transformadora das subestações, que já a esta hora é da ordem de 1 milhão e trezentos mil kVA.

O sistema de transmissão da CHESF, nesta altura, já passa de 8.259 quilômetros. Com as obras da terceira etapa se avizinhará de 10 mil quilômetros.

Devo esclarecer que este surto expansionista da CHESF se deve às diretrizes do Governo, expressas nas determinações do Senhor Ministro das Minas e Energia, General Costa Cavalcanti, bem como nas diretrizes e apoio financeiro da ELETROBRAS, sob a direção esclarecida e serena do Engenheiro Mário Penna Bhering".

Prosseguindo nas suas explicações, o Dr. Apolônio Sales repetiu com ênfase:

"Não tenho qualquer receio de que venha a faltar energia à crescente demanda do Nordeste. No cronograma de obras, que estamos superando, graças às providências tomadas em tempo, estaremos, no final do ano de 1970 com a primeira das quatro unidades geradoras novas de 206 MW em funcionamento. As outras três seguir-se-ão em intervalos convenientes.

A obra admirável da SUDENE não terá contra si o "handicap" da falta de energia. A SUDENE, a CHESF e o Banco do Nordeste se completam numa harmônica obra de Governo, em prol do desenvolvimento do Nordeste".

Perguntado sobre o custo das obras em andamento, foi preciso na resposta:

"Para esta terceira etapa da CHESF foram conseguidos 29 e meio milhões de dólares, assegurados em empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento. A segunda etapa teve também o financiamento de 15 milhões de dólares no mesmo Banco.

A parte em cruzeiros está sendo provida pela ELETROBRAS, em aplicações que irão até 54 milhões de cruzeiros novos de financiamento, além de investimento dos dividendos da CHESF que cabem a "holding", durante os anos da obra, num total de 56 milhões.

A SUDENE, por sua vez, e o Ministério das Minas e Energia, com os recursos postos no orçamento pelos dignos Deputados nordestinos, financiam o sistema de transmissão em tensões mais baixas, possibilitando a presença da CHESF

em números cada vez maiores de comunidades humanas. Nesta altura, já mais de setecentas localidades, ou seja, mais de sete milhões de nordestinos se beneficiam da CHESF".

Por último o repórter abordou o Presidente da CHESF sobre a falada barragem de Moxotó. Absorvido pelas inúmeras solicitações decorrentes da presença de mais de uma centena de personalidades às festas da inauguração, nem por isso tardou a resposta:

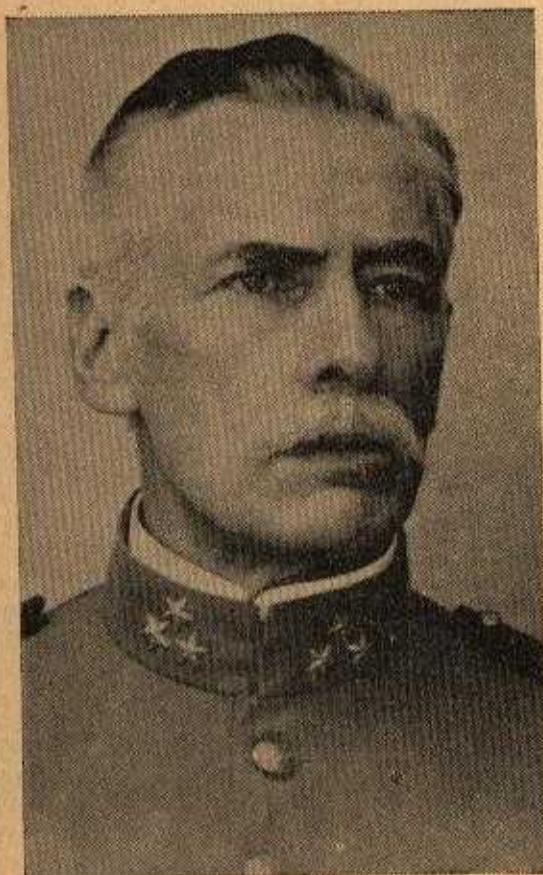
"A solução dita Moxotó, que melhor deveria ser chamada de "Solução Paulo Afonso IV", consiste numa barragem reguladora da vazão do rio para as horas de ponta. Uma solução que não interfere, antes completa e aperfeiçoa, a regularização definirá a permanente do rio, a ser feita em Sobradinho, como, no meu entender, os estudos finais decidirão.

Consiste numa represa de vinte metros de altura na linha da barragem, a ser construída a três quilômetros da atual Usina de Paulo Afonso.

O remanso desta represa apenas atingirá as lindes à jusante de Itaparica, assegurando um armazenamento de água para as horas de ponta, da ordem de 800 milhões de metros cúbicos. Esta água, a ser vertida nas horas de maior demanda, garante a vazão necessária para a plenitude do funcionamento da Usina "Paulo Afonso III", dando tempo a que se conclua a regularização do rio na solução regularizadora escolhida.

O escoamento desta água, por sua vez, comportará a instalação de 15 unidades de 70 MW cada, funcionando como de usina base e de ponta, no tocante a algumas unidades. Regularizando o rio, a montante, a Usina de Moxotó, ou melhor, "Paulo Afonso IV" passará a funcionar exclusivamente como usina de base, com capacidade de 1 milhão e 50 mil quillowatts, adicionais ao que se obterá na cachoeira".

O ex-Senador não escondia o seu entusiasmo, principalmente depois que o Ministro Costa Cavalcanti, com o assentimento do Presidente Costa e Silva, assegurou que tal projeto seria levado adiante pelo Governo.



*Centenário
de
nascimento
do
General
Alfredo
Vidal*

**Fundador
do
Antigo
Serviço
Geográfico
Militar**

Nasceu a 28 de agosto de 1868, na cidade de S. Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; Alfredo Vidal filho do Engenheiro José Maria Vidal e D. Augusta Vidal. Seu progenitor, de nacionalidade espanhola, chegou ao Brasil em 1848 e se empenhou em trabalhos da profissão, entre êles o levantamento da região Serrana da então Província do Rio Grande do Sul.

Orfão de pai aos 14 anos, Alfredo Vidal empregou-se como desenhista, colaborando no levantamento para a construção da estrada de ferro Pôrto Alegre-Laguna, a qual seria realizada por uma companhia inglesa. Traba-

lhando e estudando, completou os cursos preparatórios no Colégio dos Jesuítas da cidade natal, ingressando em 1885 na Escola Militar de Porto Alegre.

Em 1888, transferiu-se para o Rio de Janeiro e concluiu um ano depois o curso na Escola Militar da Praia Vermelha, sendo nomeado alferes-aluno. Em 1890, já era 2º Tenente de Artilharia e em 1892, como 1º tenente terminava o curso de engenharia da Escola Superior de Guerra. Em 1893, fazia o concurso para professor da cadeira de Arquitetura da mesma Escola, sendo aprovado e nomeado. Nesse ano, durante a revolta, foi o chefe de locomoção da EFCB, quando a mesma era dirigida pelo Gen Vespasiano de Albuquerque. Além desse cargo, exerceu várias comissões importantes, como as de construção do Palácio Monroe, Biblioteca Nacional e Quartéis do Corpo de Bombeiros, edifícios ainda hoje existentes. Em 1907, serviu como Major assistente do Material do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, então comandado pelo Cel Feliciano Benjamin de Souza Aguiar. Em 1914, passou à disposição do Gen Bento Ribeiro, então Prefeito do Distrito Federal, para elaborar os projetos dos edifícios escolares a serem construídos na Capital da República. O meticuloso trabalho do então Maj Vidal previa o desdobramento de uma rede escolar para os próximos cinqüenta anos e descia a pormenores técnicos de instalação de salas-ambiente, de estudos sobre a ventilação e iluminação, de utilização dos meios auxiliares de ensino, em estágios considerados pioneiros à época. As maquetas e planos desse trabalho foram apresentados pela Delegação Brasileira chefiada pelo Dr. Carlos Seidl, na Exposição Internacional de Higiene, em 1914, em Lyon (França) e obtiveram o 1º lugar, com Menção Honrosa, como protótipos de prédios escolares. Infelizmente, nem um só desses prédios foi construído no Brasil.

Em 1912, levou ao conhecimento do Chefe do Estado-Maior do Exército os resultados desses seus estudos, salientando a conveniência da adoção dos novos métodos em todos os trabalhos de levantamento.

A revista A Defesa Nacional, no seu número inicial, de 10 Out 1913, publicou nota a respeito daqueles estudos, como se segue:

"Estereofotogrametria — Por uma louvável iniciativa do Exmo. Sr. Prefeito do Distrito Federal (então Sr. Gen Bento Ribeiro) e a instâncias do hábil engenheiro, operoso e dedicado oficial, o Sr. Maj Alfredo Vidal, vai brevemente ser introduzida no Brasil essa genial aplicação da fotografia à cartografia."

Esta mesma revista, em Out 1915, publicou o circunstanciado Relatório que o então Maj Alfredo Vidal apresentara ao Chefe do Estado-Maior do Exército sobre a introdução da estereofotogrametria no Brasil e o plano geral de criação do Serviço Geográfico Militar. Tal plano iniciou-se com a organização de uma Seção especializada no EME, a aqui-

sição do material necessário e a instrução técnica de operadores nacionais, tudo a cargo do Maj Vidal.

O plano de organização do SGM é, finalmente, autorizado pelo Ministro da Guerra em 1917. Em 1919, graças ao empenho permanente de Alfredo Vidal, são contratados vários técnicos do antigo Instituto Geográfico Militar de Viena, que a partir de 1920 e durante longos anos, aqui prestaram relevantes serviços: Dr. Arthur Von Huebl, Augusto Pokorny, Eduardo Vallo, Eng. D. Gaksch, Max Kolbe, J. Antengruber e Rudolf Langer. Nessa época o Ten Cel Vidal recebeu do então Cel Alfredo Malan, carta procedente de nossa Legação em Paris, onde seu ilustre correspondente assegura:

“Estou certo de que se não fosse o seu espírito de tenacidade e a confiança que soube inspirar ao nosso Estado-Maior, essa instituição (referia-se ao SGM) já teria ido por águas abaixo.”

Auxiliado por aquele corpo de abalizados instrutores estrangeiros, deu inicio aos trabalhos de campo e de gabinete. Com a transformação da primitiva Seção de Estereofotogrametria no Serviço Geográfico Militar, em organização, pôde o Cel Vidal, a 21 Nov 1921, empreender a grandiosa tarefa do levantamento da Carta do Distrito Federal, que em Nov 1922 aquela Serviço apresentou no recinto da Exposição do Centenário da Independência. Era uma carta impressa em sete cores, na escala de 1/50.000 cobrindo uma área aproximada de 1.000 quilômetros quadrados.

Em boletim do dia 19 Nov 1921, o Cel Alfredo Vidal estabeleceu que, doravante, essa data fosse considerada a de aniversário convencional do SGM e nesses eventos seria dada uma “cabal demonstração da produção útil do Serviço durante o ano”. Assinaram esse histórico Boletim seus auxiliares imediatos professores e instrutores técnicos, cujos nomes com os postos da época, incorporam-se à tradição daquele Serviço: Cap João Carlos Barreto, Primeiros-Tenentes Telemaco Rodrigues, Hermenegildo Portocarrero, Othelo de Oliveira, Clodoaldo da Fonseca, Antônio José de Lima Câmara, Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz, Gontran Gonçalves Cruz, Ariosto Daemon, Ignacio José Veríssimo, João Masson Jacques, Antunes Guimarães, Aureliano Luiz de Farias, José C. S. Vasconcelos, Oscar Barros Falcão, Alkinder P. Ferreira, Dulcidio Cardoso, Tasso de Oliveira Tinoco, Edgar de Albuquerque Alves Maia, Olympio Falconiere, L. Agapito da Veiga, E. Theophilo de Serpa, Djalma Poli Coelho, Victor Geolaz, Henrique Duffles Teixeira Lott, Dr. Gilberto Peixoto.

Em 1923, já contando com 43 anos de serviço ativo no Exército, solicitou como Gen Div transferência para a reserva, deixando a direção do SGM cercado do respeito e amizade de seus discípulos e subordinados e merecendo signatários registros nas publicações oficiais da época.

O Gen Alfredo Vidal foi membro de várias associações científicas, nacionais e estrangeiras, e irmão benfeitor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, cujo templo reconstruiu, reproduzindo rigorosamente o estilo arquitetônico original.

Faleceu o Gen Alfredo Vidal em 4 Fey 47, deixando nove filhos, dos quais dois já falecidos, dezesseis netos e vinte e oito bisnetos. Entre êsses, ligaram-se à carreira militar os filhos Maj Brig RI Godofredo Vidal (falecido em 1958) e o Ten Cel Art RI Jorge Augusto Vidal e os netos, em serviço ativo, Cel Art Germano Seidl Vidal e Maj Art Claudio Vidal Barboza.

A Diretoria do Serviço Geográfico, do Ministério do Exército, herdeira do Serviço Geográfico Militar, está prestando homenagens, ao seu pionero, General Vidal, no seu centenário, a 28 de agosto de 1968, às quais se associa esta Revista.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!





Preço d'este exemplar

NCr\$ 0,60

S Ge Ex
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1968